

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANA CAROLINA TRINDADE

O POTENCIAL DAS FANPAGES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PROL DA
DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO:
UM ESTUDO SOBRE A COMUNICAÇÃO ONLINE DO INTERVOZES E FÓRUM
NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

BAURU

2020

ANA CAROLINA TRINDADE

O potencial das fanpages dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: um estudo sobre a comunicação online do Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Caroline Kraus Luvizotto.

BAURU

2020

T833p

Trindade, Ana Carolina

O potencial das fanpages dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: um estudo sobre a comunicação online do Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação / Ana Carolina Trindade. -- Bauru, 2020
160 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru
Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. 3. Participação social. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ANA CAROLINA TRINDADE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 17 dias do mês de setembro do ano de 2020, às 10:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Professora Assistente Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO - Orientador(a) do(a) Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO do(a) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista, Prof.^a Associada com Agregação MARIA ISABEL RIBEIRO FERIN CUNHA do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Jornalismo / Universidade Nova de Lisboa, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ANA CAROLINA TRINDADE, intitulada **O potencial das fanpages dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: Um estudo sobre a comunicação online do Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.** Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Professora Assistente Doutora CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO

Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO **realizado via videoconferência**

Prof.^a Associada com Agregação MARIA ISABEL RIBEIRO FERIN CUNHA **realizado via videoconferência**

Ana Carolina Trindade

O potencial das fanpages dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: Um estudo sobre a comunicação online do Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação Midiática

Linha de Pesquisa: Gestão e Políticas de Informação e da Comunicação Midiática

Banca Examinadora:

Presidenta/Orientadora: Prof^a Dr.^a Caroline Kraus Luvizotto

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP)

Prof. Associado Carlo José Napolitano

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP)

Prof.^a Associada com Agregação Isabel Ferin Cunha

Instituição: Universidade Nova de Lisboa

Resultado: Aprovada.

Bauru, 17 de setembro de 2020.

Dedicado aos meus pais,
Tabajara e Antonieta.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo milagre da vida.

Aos meus pais, Antonieta e Tabajara, por sempre me apoiarem em minhas decisões e serem maravilhosos em todos os sentidos da minha vida. Ao meu noivo Eduardo por ser meu companheiro há sete anos e por sempre desejar a minha realização pessoal e profissional. Marco e Caio pela irmandade e carinho de sempre, meu sobrinho Rafael por me mostrar um outro sentido do amor, e todos os familiares que torcem por mim. Vocês são admiráveis. Eu amo vocês.

À minha orientadora Caroline Luvizotto, sempre atenta às minhas dificuldades e disposta a orientar com uma dedicação ímpar. O apoio e a leveza na condução dos trabalhos e conversas transformam toda a trajetória de estudos ainda mais prazerosa. Tornou-se uma amiga e uma inspiração em minha vida. Espero que o trabalho atenda às expectativas.

Às minhas amigas de longa data Luisa Barreto, Clara Fassoni, Mariel Biancardi, Laura Ferrari, Louise Sanches e Daniela Pasquarelli, que nesses dois últimos anos escutaram sobre os meus objetivos acadêmicos e pessoais. À Fernanda, Juliana e Keithy também sempre amáveis. Elas foram minhas incentivadoras e acolhedoras sempre que precisei. Saudades de conviver diariamente com vocês.

À Jéssica de Cássia Rossi e Marcelo Pereira da Silva, meus queridos amigos que me acompanham há anos, e sempre estão disponíveis para bons conselhos e boas reflexões. Desejo que continuemos próximos e que a vida nos guarde reencontros e estudos.

À Isabel Ferin Cunha, minha supervisora no estágio em Lisboa, com quem pude ter uma rica experiência de pesquisa. Sempre atenciosa e gentil durante nossos momentos na Universidade NOVA de Lisboa.

À Sonia Aparecida Cabestré, minha primeira orientadora e incentivadora da área acadêmica. Seus conselhos e lembranças seguem em meu coração.

Aos membros da banca de qualificação, Carlo José Napolitano e Maximiliano Martin Vicente. Sou grata às contribuições sugeridas para essa dissertação.

Obrigada a todos os amigos e colegas, e especialmente à Daniele Seridório que sempre esteve disposta a ajudar e compartilhar suas experiências.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo auxílio financeiro concedido para a realização dessa pesquisa (processo nº 2018/17825-6), e do Estágio no Exterior (processo nº 2019/12815-5). Experiências únicas em minha vida.

À Unesp, aos servidores e professores que conheci desde a Especialização em Linguagem, Cultura e Mídia, até as disciplinas do Mestrado em Comunicação. Em especial, ao José Carlos Marques que me deu a oportunidade de cursar a disciplina de análise do discurso de linha francesa como Aluna Especial durante o primeiro semestre de 2017.

E, por fim, agradeço à minha madrinha Tia Nininha (*in memorian*), a quem devo as minhas primeiras lembranças de pesquisa nos laboratórios da Unesp de Botucatu, além de boas memórias durante a minha infância e adolescência. Para sempre: todo o meu Amor e Saudades.

*“Aqueles que passam por nós, não vão sós.
Deixam um pouco de si, levam um
pouco de nós”.*

Antoine de Saint-Exupéry

TRINDADE, Ana Carolina. **O potencial das fanpages dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação:** um estudo sobre a comunicação online do Intervozes e Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. 160f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

Resumo: As redes sociais digitais possibilitaram o dinamismo comunicacional, estabelecendo-se como um novo local de produção e recepção de informações e geração de conhecimento. Neste cenário, percebe-se que a comunicação online deu origem a novas perspectivas para a atuação dos movimentos sociais contemporâneos e para a articulação política e social dos cidadãos. Esta pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre o percurso histórico da democratização da comunicação e estimar o potencial da comunicação online, em especial, no Facebook do Intervozes e do FNDC. Especificamente, pretendemos: compreender as discussões sobre os processos históricos da democratização da comunicação, especialmente no Brasil; descrever e caracterizar as estratégias da comunicação nas fanpages do Intervozes e do FNDC, enquanto movimentos em prol da democratização da comunicação; analisar o conteúdo produzido por esses movimentos nas postagens no Facebook e o quanto isso se relaciona com o tema da democratização da comunicação; e verificar, à luz da atuação do Intervozes e do FNDC no Facebook, o papel da comunicação online a serviço da cidadania. Trata-se de uma pesquisa exploratória, analítica e descritiva que fez uso da Análise de Conteúdo para analisar as fanpages dos movimentos sociais que compõem o *corpus* da pesquisa. Os resultados da pesquisa sugerem que Intervozes e FNDC manifestam claramente o apoio ou repúdio aos conteúdos que noticiam, enfatizam a importância das ações sociais que exercem e, em alguns momentos, compartilham postagens um do outro. A fanpage do FNDC contempla 100% dos conteúdos relacionados à democratização da comunicação e, a fanpage do Intervozes, 86,32%, sendo que os outros 13,68% tratam de assuntos distintos da temática, mas que, ainda assim, se relacionam à temática da participação e cidadania. Este estudo contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) que, além de financiar a pesquisa no Brasil, também financiou a Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, usufruída na Universidade Nova de Lisboa, Portugal (processos nº 2018/17825-6 e nº 2019/12815-5, respectivamente).

Palavras-chave: Comunicação online; Democratização da Comunicação; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Intervozes; Movimentos Sociais.

TRINDADE, Ana Carolina. **The potential of the fanpages of social movements for the democratization of communication:** a study on the online communication of the Intervozes and Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. 160p. Thesis (Master's in Communication) – School of Architecture, Arts and Communication, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2020.

Abstract: Digital social networks made communicative dynamism possible, establishing itself as a new place of production and reception of information and generation of knowledge. In this scenario, online communication has given rise to new perspectives for the performance of contemporary social movements and for the political and social articulation of citizens. The general objective of this research is to reflect on the historical path of the democratization of communication and to estimate the potential of online communication, especially on Facebook of Intervozes and FNDC. Specifically, we intend to: understand the discussions about the historical processes of democratization of communication, especially in Brazil; describe and characterize the communication strategies in the fan pages of Intervozes and FNDC, as movements in favor of the democratization of communication; analyze the content produced by these movements in Facebook posts and how much this relates to the theme of democratization of communication; and to verify, in the light of the work of Intervozes and FNDC on Facebook, the role of online communication in the service of citizenship. It is an exploratory, analytical and descriptive research that used Content Analysis to analyze the fanpages of social movements that make up the research corpus. The results of the research suggest that Intervozes and FNDC clearly express their support for or rejection of the content they report, emphasize the importance of the social actions they exercise and, at times, share each other's posts. The FNDC fanpage covers 100% of the contents related to the democratization of communication, and the Intervozes fanpage, 86,32%, with the other 13,68% dealing with issues other than the theme, but which are still related to the theme: participation and citizenship. This study was supported by the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), which in addition to funding research in Brazil, also financed the Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, which was taken at Universidade Nova de Lisboa, Portugal (processes nº 2018 / 17825-6 and nº 2019 / 12815-5, respectively).

Keywords: Online Communication; Democratization of Communication; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Intervozes; Social Movements.

Lista de Figuras

Figura 1 – Logotipo Intervozes	75
Figura 2 – Logotipo FNDC	81
Figura 3 – Fanpage Intervozes	91
Figura 4 – Fanpage FNDC	93
Figura 5 – Postagem do Intervozes categorizada como linguagem oficial (i)	108
Figura 6 – Postagem do Intervozes categorizada como linguagem interativa (ii)	109
Figura 7 – Postagem do FNDC categorizada como linguagem interativa (ii)	111
Figura 8 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (i).....	113
Figura 9 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (i).....	114
Figura 10 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (ii).....	115
Figura 11 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (ii).....	116
Figura 12 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (iii)	117
Figura 13 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (iii)	118
Figura 14 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (i).....	121
Figura 15 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (i).....	122
Figura 16 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (ii)	124
Figura 17 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (ii).....	125
Figura 18 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (iii)	126
Figura 19 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (iii)	128
Figura 20 – Postagem do Intervozes categorizada como assunto (i)	130
Figura 21 – Postagem do FNDC categorizada como assunto (i).....	131
Figura 22 – Postagem do Intervozes categorizada como assunto (ii)	133
Figura 23 – Destaque dos conteúdos	138

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Curtidas e Seguidores do Intervozes e FNDC	95
Gráfico 2 – Postagens quinzenais do Intervozes e FNDC	97
Gráfico 3 – Horários das postagens do Intervozes	105
Gráfico 4 – Horários das postagens do FNDC	106
Gráfico 5 – Postagens categorizadas em linguagem, fonte, tipo e assunto	137

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Descrição da fanpage do Intervozes	91
Tabela 2 – Reviews Intervozes.....	92
Tabela 3 – Descrição da fanpage do FNDC	94
Tabela 4 – Quantidade de postagens em agosto, setembro e outubro de 2019	96
Tabela 5 – Modelo de Análise de Conteúdo das postagens	99
Tabela 6 – Exemplo de sistematização dos conteúdos durante pré-análise do Intervozes.	101
Tabela 7 – Exemplo de sistematização dos conteúdos durante pré-análise do FNDC	104
Tabela 8 – Análise de Conteúdo da categoria linguagem do conteúdo	107
Tabela 9 – Análise de Conteúdo da categoria fonte do conteúdo.....	112
Tabela 10 – Análise de Conteúdo da categoria tipo do conteúdo.....	119
Tabela 11 – Análise de Conteúdo da categoria assunto	129

SUMÁRIO

Introdução	17
 CAPÍTULO I – Movimentos Sociais e Cidadania.....	25
1.1 Os conceitos e a trajetória histórica dos movimentos sociais	26
1.2 A caracterização dos movimentos sociais.....	31
1.3 A teoria dos novos movimentos sociais	34
1.3.1 Os novos movimentos sociais no Brasil	40
1.3.2 Os movimentos sociais no contexto português.....	44
 CAPÍTULO II – Democratização da Comunicação	47
2.1 Cronologia dos acontecimentos e de órgãos relacionados à comunicação ..	48
2.2 Processos históricos da democratização da comunicação.....	51
2.3 Movimentos sociais em prol da democratização da comunicação no Brasil	62
2.4 Regulação da comunicação em Portugal.....	69
 CAPÍTULO III – Histórico dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: Intervenções e FNDC	74
3.1 Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação	74
3.1.1 Propostas de mobilizações	76
3.1.2 Publicações	77
3.2 Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação	81
3.2.1 Propostas de mobilizações	83
3.2.2 Publicações	85
3.3 Considerações sobre o histórico do Intervenções e FNDC.....	87
 CAPÍTULO IV – Procedimentos Metodológicos e Análise de Conteúdo	89
4.1 Descrição das fanpages no Facebook.....	90
4.2 Coleta de dados da comunicação online nas fanpages.....	95
4.2.1 Codificação	96
4.2.2 Categorização.....	98
4.2.2.1 Linguagem do conteúdo	106
4.2.2.2 Fonte do conteúdo	111
4.2.2.3 Tipo do conteúdo.....	119

4.2.2.4 Assunto.....	129
4.2.3 Inferência	133
4.3 Reflexões sobre a Análise de Conteúdo	136
 CAPÍTULO V – Considerações finais.....	 140
 REFERÊNCIAS.....	 144
 APÊNDICE A – Roteiros de perguntas (Portugal)	 154
APÊNDICE B – Links de postagens.....	156
ANEXO A – Capítulo V da Comunicação Social (Art. 220 a 224) (Brasil)	157
ANEXO B – Capítulo I do Poder Legislativo (Art. 54) (Brasil).....	160

Introdução

O contexto histórico dos movimentos sociais abrange lutas e transformações nos diversos campos em que atuam. Tendo em vista que a conceituação de movimentos sociais é ampla e se define a partir de critérios utilizados por cada autor, para este estudo, a definição do conceito está fundamentada na literatura sociológica contemporânea de Alain Touraine, Maria da Glória Gohn e Manuel Castells. Parte-se dessa contextualização sociológica para que se desenvolva o debate sobre o tema da pesquisa, o qual procura verificar o potencial da comunicação online dos movimentos em prol da democratização da comunicação no Brasil inseridos nas redes sociais digitais.

Os movimentos sociais foram nomeados como novos movimentos sociais (NMS) após 1970, uma denominação criada a partir da crítica à abordagem clássica marxista (GOHN, 2012). Diante da existência de diversas concepções fundamentadas em paradigmas teóricos sobre os movimentos sociais, autores como Alain Touraine e Manuel Castells são utilizados nesta dissertação para caracterizar as diferenças entre o paradigma europeu, proposto por Touraine, e a perspectiva de Castells.

De acordo com Gohn (2012, p. 146), Touraine se destaca pelo distanciamento da abordagem marxista e foca na teoria social que corresponde a uma “análise centrada no desempenho dos atores sociais” e que se constrói a partir da relação dupla entre produção e organização social. Quanto a Castells, influenciado por Touraine depois dos anos de 1980 e com interpretações diferentes sobre determinados conceitos, o autor define que os movimentos sociais são “uma forma de resistência e distingue três tipos básicos de protestos urbanos”: o sindical – que objetiva o consumo coletivo como a infraestrutura urbana; o comunitário – que busca a identidade e autonomia cultural; e o cidadão – que visa o aumento do poder local (GOHN, 2012, p. 192).

A nova estruturação do capitalismo global aumentou a visibilidade dos movimentos sociais no início da década de 1980 por causa das novas formas de emprego, relacionamentos sociais e funcionamento de sistemas. Segundo Gohn (2011), o conceito de movimentos sociais se refere às ações sociais realizadas a partir da união de um grupo com o objetivo de diagnosticar problemas na sociedade, sugerir propostas de melhorias e lutar pela inclusão social da população.

Os estudos conduzidos por Castells (2013) evidenciam que os movimentos sociais são propulsores de transformações na sociedade contemporânea. A utilização da internet possibilita a autocomunicação, uma vez que permite a transmissão autônoma e rápida dos

conteúdos produzidos por atores sociais. A partir de seu uso, os movimentos sociais exercem o contrapoder perante a mídia hegemônica, como resultado de uma comunicação online desempenhada por qualquer ator social de forma livre e coletiva sem que exista a interferência de poder do mercado ou do Estado.

Esta dissertação se baseia no conceito de comunicação proposto pelo cientista social e jornalista Ciro Marcondes Filho. O autor cita cinco teses ao abordar a questão da comunicação como um fenômeno que ocasiona a desestabilização das pessoas a partir do incômodo provocado durante um acontecimento comunicacional. Segundo Marcondes Filho (2019, p. 20), a primeira tese “sugere que comunicação seria essa coisa que faz com que a pessoa não saia da mesma forma como entrou, que nela ocorra algum fato que tenha a possibilidade de alterá-la” e promova certa transformação.

A segunda definição de Marcondes Filho (2019) corresponde a produção de sentido promovida pela comunicação, a qual se incorpora e constitui parte da identidade pessoal do cidadão. A terceira seria a comunicação como um fenômeno, onde as pessoas não estão presentes e a comunicação é provocada por objetos ou estruturas inseridas na sociedade. A quarta diz respeito a uma comunicação dependente da concepção de mundo da própria pessoa, ou seja, deve fazer parte de um projeto e interferir no modo de agir e pensar do cidadão. A última tese oriunda do acontecimento comunicacional se trata da participação em fenômenos coletivos que reúne cidadãos em prol de uma mesma ação. Estas teses do autor tornam-se significativas nesta dissertação quando nos direcionamos aos conteúdos criados por movimentos sociais inseridos na internet, gerando uma comunicação com possibilidades de participação e transformação dos cidadãos.

A comunicação online, a qual Lima (2011) se refere como nova mídia por acontecer através da internet, possibilita a criação e a divulgação de ações e propostas desvinculadas dos meios de comunicação hegemônicos, concedendo espaço e voz a inúmeros sujeitos sociais. Esta seria apenas uma parte do processo comunicativo dos movimentos sociais contemporâneos, que também precisam de um espaço público, onde reúnem causas e motivos estruturais que ajudam a combater o que Castells (2013) nomeia de dominação social. Parte também do processo, a ação dos movimentos sociais se efetiva a partir da emoção criada pela mobilização dos atores sociais envolvidos.

Os movimentos sociais colaboraram com conquistas relacionadas aos direitos sociais desde que estes foram instituídos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O capítulo designado à Comunicação Social na Constituição estimulou diversos processos de participação política e cidadã no país. No documento, dispõem-se

que pensamento, criação, expressão e informação não podem sofrer restrições (BRASIL, 1988). Ainda assim, a democracia brasileira não possui efetividade em relação à regulamentação do Conselho de Comunicação Social, mesmo após trinta e dois anos de existência, devido a uma herança autoritária e com falhas de fiscalização sobre o cumprimento dessas leis.

Perante tais conquistas oriundas da Constituição de 1988, entre as décadas de 1990 e 2010 presenciamos uma “extensa rede de participação institucionalizada em políticas públicas e a constituição de conselhos, conferências, fóruns, assembleias, promotorias públicas e outros inúmeros espaços públicos de participação de representantes da sociedade civil” (GOHN, 2019, p. 247). O ano de 2013 marcou, também, um novo ciclo de movimentos após manifestações em prol da democracia e mudança política ao tomarem conta das ruas, desenvolvendo, assim, novos formatos de associativismo.

A democracia é aqui considerada como processos que circundam a participação social para o Estado e além dele, os quais pretendem superar as barreiras em prol da liberdade de expressão ligadas às instituições com base nos recentes estudos acadêmicos e na compreensão da historicidade brasileira (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014). Neste sentido, compreendemos que os movimentos sociais em prol da democratização da comunicação constituem um benefício para a sociedade contemporânea.

O combate ao coronelismo midiático presente no país é uma demanda dos movimentos que lutam em prol do setor de comunicação, pois tal prática está relacionada à liberdade de expressão, ao direito à informação e fiscalização, e controle do exercício do poder estatal (INTERVOZES, 2015). À vista disso, o tema da democratização da comunicação é um ponto essencial para o desenvolvimento desta pesquisa pelo fato do Brasil ser um dos países que possui uma grande concentração de mídia perante as falhas no cumprimento da Constituição, além de apresentar a prática da propriedade cruzada devido aos grupos de comunicação que são proprietários, concomitantemente, de rádio e televisão (DEMARCHI; KERBAUY, 2018).

No passado, a concentração da mídia ficou sob responsabilidade de grandes proprietários e se mantém até hoje, os quais dificultam a diversidade de informações inseridas no setor midiático. Essa situação reflete a atual problemática da mídia no país, a qual pode ser aprimorada através do exercício da cidadania e da implantação de políticas públicas de comunicação, que têm o propósito de exercer o direito à comunicação para todos (LIMA, 2011). As políticas públicas dependem do governo, enquanto isso, os

movimentos sociais apresentam as reivindicações de melhoria para essa área e disseminam informações que a mídia hegemônica não transmite.

O ano de 2009 foi marcado pela realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, conhecida também como CONFECOM, com o tema *Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital*. O evento teve suma importância ao debater a regulação e concentração do setor de comunicação no Brasil, e ao reunir instituições, profissionais e população em geral com interesses sobre o tema. No Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (COMUNICAÇÕES, 2010), é possível ter acesso aos debates e às propostas discutidas na primeira e única edição da conferência no país.

O acesso à comunicação livre é praticado, muitas vezes, através da internet. Lima (2011) afirma que a internet permite a pluralidade e a diversidade que a mídia tradicional coíbe, entretanto alerta para o fato de que a internet se insere em uma lacuna jurídica que não possui as regulamentações fundamentais para uma atuação segura e coerente. Diante desse cenário inicial, acredita-se que a comunicação no país está atrelada basicamente aos interesses políticos e econômicos.

As principais características dos movimentos sociais em prol da comunicação envolvem a proposta de remodelação da regulação da comunicação perante o Estado e a cobrança de leis que atendam as demandas do setor (BARROS, 2014). Surgem, então, as críticas sobre os impasses ocasionados pelos sistemas majoritários de comunicação concentrados, excludentes e elitistas que resultam diretamente na qualidade da comunicação social brasileira.

A internet possibilita uma comunicação rápida e com grande alcance contribuindo para que atores sociais ampliem suas próprias estratégias de disseminação de mensagens (MACHADO, 2007). Com tal característica, a atuação dos movimentos sociais no ambiente online também pode ser importante para a disseminação de informações sobre a democratização da comunicação no país.

A comunicação que antes era verticalizada se tornou horizontalizada com o advento das redes sociais digitais, e possibilita a integração de novos atores e conteúdos “que, pautados pela busca de um processo de comunicação mais democrático, não apenas transmitem conteúdo, mas estimulam o diálogo e a participação dos cidadãos na constituição coletiva dos processos de produção, circulação e consumo de informações” (BITTENCOURT, 2014, p. 58). Os espaços online são aliados dos movimentos sociais devido aos usos que esses grupos passam a fazer deles, visto que, como afirma Bittencourt

(2014), os movimentos em prol da democratização da comunicação objetivam o acesso à informação para os mais diversos públicos.

A qualidade da mídia no Brasil é uma luta desempenhada por inúmeros atores sociais, os quais utilizam as redes sociais digitais para também alcançar os objetivos propostos. Para exemplificar alguns movimentos em prol da democratização da comunicação inseridos no ambiente online, destacam-se: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social que luta pelo direito à comunicação para todos os cidadãos; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) – apoiado por mais de 500 filiadas, possui a meta de denunciar e combater a concentração da mídia; Fórum Interinstitucional pelo Direito à Comunicação (FINDAC) – coordenado pelo Ministério Público Federal de São Paulo com a intenção de criar iniciativas para garantia do direito à comunicação de 2012; e Artigo 19 – objetiva a criação e defesa da Lei de Acesso à Informação e do Marco Civil da Internet. Elegemos Intervozes e FNDC como *corpus* desta pesquisa, pelo fato de serem os mais representativos em suas propostas de ações na sociedade contemporânea e nas redes sociais digitais e, mais especificamente no Facebook, plataforma objeto de estudo.

O Intervozes está presente em quinze estados brasileiros e no Distrito Federal desde 2003, e a atuação é marcada pelo(a): acompanhamento e fiscalização de serviços de comunicação; sensibilização de grupos para debate e produção de materiais sobre o tema; articulação política através de fóruns e redes ligados à democratização da comunicação; monitoramento de violação de direitos ligados à comunicação; e formação para interação crítica com a mídia. Semelhante em relação às propostas, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) é uma organização que possui vinte comitês estaduais e regionais que atuam em prol da Democratização da Comunicação no Brasil. O movimento também promove o debate acerca da democratização da comunicação desde a década de 1980.

Diante da relevância científica da pesquisa sobre os movimentos sociais e comunicação no Brasil, da capacidade de articulação dos movimentos sociais nas plataformas digitais, da importância da questão social em torno dos movimentos em prol da democratização da comunicação e da atuação do Intervozes e do FNDC, nosso problema de pesquisa concentra-se no potencial da comunicação online dos movimentos sociais que lutam pela democratização da comunicação no Brasil, visando estabelecer um processo democrático e informativo sobre o tema. Esta pesquisa propõe uma reflexão sobre o percurso histórico da democratização da comunicação, estimando o potencial da

comunicação online, em especial no Facebook, do Intervozes e do FNDC. Especificamente, compreendemos as discussões sobre os processos históricos da democratização da comunicação, especialmente no Brasil; descrevemos e caracterizamos as estratégias da comunicação nas fanpages do Intervozes e do FNDC; analisamos o conteúdo produzido por esses movimentos nas postagens no Facebook e o quanto isso se relaciona com o tema da democratização da comunicação; e verificamos, à luz da atuação do Intervozes e do FNDC no Facebook, o papel da comunicação online a serviço da cidadania.

A democratização da comunicação não é um tema exclusivo de movimentos sociais no Brasil. A *Coalición por una Comunicación Democrática* é um movimento da Argentina que visa defender a pluralidade de vozes, a liberdade de expressão e uma democracia plena. O Canadá conta com o *Friends of Canadian Broadcasting*, uma organização que objetiva a melhora da qualidade e quantidade de programação no sistema audiovisual canadense (FRIENDS, 2019). Em relação à democracia na internet, o Canadá também conta com a *OpenMedia*, uma organização dedicada à internet como um direito universal com acesso irrestrito a todos, e para um futuro moldado através de processos transparentes e participativos. Na Espanha, o Movimento 15 de Maio Espanhol (*15-M*) manifestou, como um de seus trabalhos, o assunto sobre a democratização da comunicação no país; e o nome do movimento no México foi *#yosoy132*. Esse é somente um breve levantamento para exemplificar a luta pela democratização da comunicação no mundo. É fato notório que cada um desses movimentos possui suas particularidades devido às diferenças regulatórias encontradas em cada país.

A justificativa para a escolha desse tema compreende dois aspectos específicos: a importância acadêmica da pesquisa sobre Comunicação, cidadania e movimentos sociais no Brasil, e a relevância social dos movimentos em prol da democratização da comunicação, que propõem informar sobre os impactos de uma comunicação democrática contribuindo para a cidadania. Esses aspectos já foram comentados em dissertações e teses relacionadas ao tema e, para exemplificar, destacam-se a dissertação de mestrado de Mello (2015) sobre *Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação: da CONFECOM ao projeto de lei da Mídia Democrática (2009-2013)*, produzida na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UNB); e a tese de doutorado de Stevanim (2017) sobre *A luta pela comunicação democrática: os atores, concepções e práticas movimento pela democratização da comunicação no Brasil*, apresentada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A incidência

desse assunto devidamente fundamentada provoca importante discussão crítica sobre o tema dentro e fora da academia.

Iniciamos esta dissertação com a fundamentação teórica acerca dos conceitos e características dos novos movimentos sociais somados aos aspectos relevantes sobre esse fenômeno para o exercício da cidadania no Brasil. A aproximação do Intervozes e do FNDC com a teoria apresentada nesse primeiro capítulo é feita, principalmente, a partir dos estudos realizados por Maria da Glória Gohn (2011) e Ilse Scherer-Warren (2006). Com o objetivo de apresentar um panorama contemporâneo e internacional dos movimentos sociais, dissertamos sobre os movimentos sociais em Portugal, utilizando autores daquele país. Esta abordagem tornou-se possível a partir dos estudos desenvolvidos na Universidade Nova de Lisboa, Portugal, sob a supervisão da pesquisadora Prof.^a Dr.^a Isabel Ferin Cunha. Esta etapa da pesquisa contou com Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE) financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), usufruída entre janeiro e março de 2020, intitulada *Atuação dos movimentos sociais em Portugal e o uso dos meios de comunicação: possibilidades e desafios da regulação da comunicação*.

O segundo capítulo aborda a cronologia da democratização da comunicação no Brasil, utilizando os órgãos existentes em cada época, bem como a trajetória do processo histórico da democratização da comunicação perante referências bibliográficas e estudos científicos já realizados. A fim de entender o contexto da regulação da comunicação no cenário internacional de maneira elucidativa, apresentamos o contexto português apreendido na pesquisa BEPE ora mencionada.

O terceiro capítulo evidencia o histórico, o ativismo e a configuração da comunicação online dos movimentos sociais *corpus* deste estudo: Intervozes e FNDC. Dedicamos o quarto capítulo para os procedimentos metodológicos. A Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011) foi a metodologia escolhida para analisar os movimentos sociais inseridos no Facebook e a coleta diária de dados foi realizada durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2019.

Os resultados da pesquisa sugerem que o Intervozes e o FNDC divulgam constantemente sua parceria em eventos, campanhas e publicações. Ambos manifestam claramente o apoio ou repúdio aos conteúdos que noticiam, enfatizam a importância das ações sociais que exercem e, em alguns momentos, compartilham postagens um do outro. A fanpage do FNDC contempla 100% dos conteúdos relacionados à democratização da comunicação e, a fanpage do Intervozes, 86,32%, sendo que 13,68% tratam de assuntos

distintos da temática, mas que ainda assim, se relacionam à temática participação e cidadania.

Esta pesquisa tem apoio e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) sob os processos nº 2018/17825-6 (Bolsa de Mestrado Regular no País) e nº 2019/12815-5 (Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Fapesp.

CAPÍTULO I – Movimentos Sociais e Cidadania

Os movimentos sociais surgem diante das dinâmicas políticas presentes em diversas situações da sociedade, e representam os interesses individuais e coletivos da população em prol dessas situações. O propósito do levantamento bibliográfico e documental sobre essa temática visa apresentar o histórico e as características dos movimentos sociais do século XX e como se apresentam no início do século XXI para que, posteriormente, seja possível discorrer sobre as discussões dos processos da democratização da comunicação no Brasil junto aos movimentos sociais contemporâneos.

Nesse sentido, o conteúdo do primeiro capítulo apresenta a conceituação de movimentos sociais e os efeitos iniciais desse fenômeno para o exercício da cidadania no caso do Brasil. O capítulo está dividido em quatro partes: a primeira aborda os conceitos dos movimentos sociais e o contexto histórico, a qual se fundamenta nas obras dos sociólogos Maria da Glória Gohn (2007, 2011, 2012), Angela Alonso (2009) e Alain Touraine (2006); a segunda expõe as características dos movimentos sociais e como os objetos de estudo – Intervenções e FNDC – são classificados na área acadêmica a partir das definições de Maria da Glória Gohn (2011) e Ilse Scherer-Warren (2006). A terceira parte se baseia em Alain Touraine (1989, 1998, 2006), Ilse Scherer-Warren (1987) e Manuel Castells (2013), e aborda a teoria dos novos movimentos sociais, especificamente, no Brasil. Com o objetivo de elucidar um panorama contemporâneo e internacional dos movimentos sociais, apresentamos uma perspectiva sobre os movimentos sociais portugueses a partir de Simões e Campos (2016) e Viegas, Belchior e Seiceira (2011).

O percurso histórico dos movimentos sociais brasileiros está respaldado, principalmente, nas obras de Maria da Glória Gohn pelo fato de a autora ter uma trajetória científica consolidada sobre esse tema específico. Ademais, o primeiro capítulo também apresenta outras bibliografias contemporâneas que contemplam o tema dos movimentos sociais. Esse embasamento teórico é essencial para a análise de conteúdo realizada na internet sobre a atuação dos movimentos em prol da democratização da comunicação no Brasil apresentada ao final desse estudo.

1.1 Os conceitos e a trajetória histórica dos movimentos sociais

As discussões que abrangem a definição do conceito de movimentos sociais são citadas e discutidas por diversos autores da área da Sociologia. A dificuldade em determinar um significado para os movimentos sociais é justificada por Maria da Glória Gohn (2012, p. 12) ao explicar que os fenômenos sociais não possuem uma trajetória linear e estão em constante inovação, e “transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais”. Destarte, o contexto histórico dos movimentos sociais contempla uma trajetória marcada por transformações e aspectos singulares que justificam as definições e variações do conceito pelos autores de cada período.

As abordagens clássicas americanas, como as investigações da Escola de Chicago no decorrer dos anos de 1910 a 1940, contam com contribuições sociológicas importantes durante os anos de existência para a pesquisa científica sobre os movimentos sociais. Com um princípio reformista, a Escola visava “a reforma social de uma sociedade convulsionada em direção ao que se entendia como seu verdadeiro caminho, harmonioso e estável” (GOHN, 2012, p. 27). A investigação da sociologia aborda as mudanças sociais ocorridas desde aquela época e, portanto, a Escola de Chicago pautou as principais produções sobre os movimentos sociais.

As investigações oriundas da Escola de Chicago de matriz sociológica analisavam o indivíduo inserido em macroestruturas sociais. Os estudos foram nomeados como abordagem sociopsicológica, pois também se apoiavam na psicologia e procuravam explicar o comportamento da sociedade perante os movimentos sociais. Gohn (2012, p. 29) afirma que “os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos” e apareciam em situações que se diferenciavam do comum. Essas abordagens eram consequências de tensões sociais vividas durante a sociedade industrial na qual os indivíduos estavam diante de diversas mudanças ao longo da metade do século XX, e por causa do encontro com grupos que possuíam características diversas. As correntes de estudos da abordagem clássica coexistiram no tempo, eram pautadas na participação dos indivíduos na sociedade e nas relações sociais, e estão apresentados a seguir.

A primeira corrente foi proposta por Blumer sobre as relações sociais fundamentadas no interacionismo simbólico, conceito da psicologia social que indica que a ação provocada por um grupo de indivíduos se mescla conforme as necessidades de um

movimento e produzem comportamentos. “Assim, a nova forma de ação conjunta sempre surge de um contexto de comportamentos coletivos anteriores, e a ele se associa” (BLUMER, 1980, p. 136). A mudança social era desempenhada por pessoas que possuíam certa liderança e que incentivavam o povo através de exemplos de sua própria vida e das relações já vivenciadas. Eram os chamados líderes, os quais deveriam participar ativamente e promover a interação entre os indivíduos do grupo. As experiências sociais que as pessoas deveriam enfrentar se relacionavam aos atos voluntários e às ações espontâneas e, conseqüentemente, poderiam determinar quais eram os comportamentos a serem seguidos. Nesse caso, os impactos das diferenças entre culturas e realidades ocasionados por causa do convívio entre os indivíduos acontecia de maneira habitual, e isso era trabalhado pelos líderes de forma que as relações fossem pacificadas e, então, transformadas “em instituições sociais por meio do equacionamento das demandas em questão” (GOHN, 2012, p. 29).

A corrente do interacionismo simbólico é estudada através de três premissas. Tendo em vista que o significado dos elementos encontrados na sociedade é importante para Blumer pelo fato de o indivíduo ser analisado por suas vivências, a primeira premissa corresponde aos significados provocados pelo contato com o mundo e abrange todos os elementos: objetos físicos, pessoas próximas, instituições, ideias e atividades. A segunda contempla os significados da primeira premissa, e são “provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas”. Por fim, a análise se finda ao propor que os significados podem se alterar perante o processo interpretativo do indivíduo conforme o contato com o mundo (BLUMER, 1980, p. 119).

A segunda corrente analisa o comportamento coletivo de massas durante as décadas de 1940 e 1950. Kornhauser (1959, tradução nossa) foi um teórico que caracterizou os comportamentos dos movimentos como irracionais pelo fato de entender a sociedade de massa como uma população alienada e dominada pela elite. Isto posto, o autor elucidou que a sociedade de massa seria um sistema no qual a mobilização ocorre em prol das elites¹. Já a terceira associa as classes e relações sociais de produção, e o principal estudioso foi Heberle (1951). Essa corrente da década de 1950 foi marcada por uma grande desarticulação da sociedade devido à conjuntura política da época. Smelser (1995) fez parte da quarta corrente, que abarcava o comportamento coletivo e as ações coletivas. Esse comportamento coletivo dependia de avaliações situacionais, desejos e

¹ No original: “*Mass society is a system in which there is high availability of a population for mobilization by elites*” (KORNHAUSER, 1959, p. 33).

expectativas para que, através do esforço coletivo, a ação social coletiva fosse construída perante a comunicação e interação dos indivíduos. A quinta e última corrente não gerou uma teoria específica sobre os movimentos sociais, apenas influenciou as três teorias que substituiriam futuramente essas abordagens clássicas.

O termo Movimentos Sociais possui estudos desenvolvidos dentro da área da Sociologia e Política desde antes de 1950, entretanto, a visibilidade do tema ocorre após esse período. Os documentos na área de Ciências Sociais até a década de 1950 atrelavam a ideia de movimentos sociais a conflitos e luta de classes. Com isso, o termo revolução era considerado sinônimo de movimento social naquela época demarcada pela teoria marxista (GOHN, 2012).

Diante disso, os temas como mobilização e revolução são notáveis na Europa e nos Estados Unidos a partir de 1960. Com motivações a respeito de etnias, gênero e estilo de vida, os movimentos se mostravam organizados e não “cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo” (ALONSO, 2009, p. 51). Esses movimentos aspiravam a uma qualidade de vida satisfatória e eram compostos predominantemente por mulheres, jovens e profissionais de classe média.

Antes de apresentar as três teorias sobre os movimentos sociais, uma contextualização sobre a teoria marxista e funcionalista é recomendada para elucidar detalhadamente a trajetória histórica dos movimentos. O marxismo foi inaugurado com os estudos de Karl Marx e Friederich Engels com uma crítica ao capitalismo e com o ideal de uma sociedade sem divisões de classes. Segundo Bobbio (1998, p. 738), a teoria marxista compreendia ideias, conceitos, teses, teorias, metodologias científicas e estratégias políticas “e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica doutrina”. Em relação ao funcionalismo, resultante dos estudos de Émile Durkheim que previam conjuntos estruturados e hierarquizados, Gohn (2012) enfatiza que este ramo das Ciências Sociais defende que toda ação é proveniente do estímulo social e pode influenciar o comportamento social. Ambas relacionam o sujeito à estrutura da sociedade, ou pela ideia de classes de Marx, ou na outra vertente, que seria a da mudança social.

Devido ao surgimento de movimentos sociais em prol de direitos civis e estudantis, a compreensão da sociedade sobre o conceito foi alterada e deixaram de ser associados a conflito, o que motivou o surgimento das três teorias que propunham analisar os movimentos sociais em meados da década de 1970.

Alonso (2009) alega que a primeira, fundada nos Estados Unidos e chamada de Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), contra o funcionalismo e pautada pela racionalidade, possuía como principal característica o processo de mobilização. A ação de se mobilizar era proporcionada por uma deliberação individual e sem identidade coletiva, na qual se questionavam os benefícios e custos permeados por uma ideia que os movimentos sociais se comparavam, analogicamente, a uma firma ou à estrutura de uma organização formal. Ou seja, a ação coletiva aconteceria se houvesse a união de recursos materiais, humanos e organizacionais; todos esses requisitos reunidos proporcionariam “a base organizacional para os movimentos sociais” (ALONSO, 2009, p. 52). Essa classificação semelhante a uma empresa agradou os norte-americanos, entretanto não foi bem recebida pelos cidadãos da Europa e América Latina.

A TMR foi avaliada negativamente por apresentar a escassez de uma investigação aprofundada sobre o contexto social e político, o desconhecimento de políticas públicas existentes na época, a falta do resgate de lutas dos atores sociais no passado, bem como a ausência de uma discussão sobre a função da cultura nos movimentos sociais (GOHN, 2012). O verdadeiro interesse da TMR tinha como princípio a economia dos movimentos e não apenas a busca pelo ideal coletivo dos membros participantes, e os recursos deveriam ser mobilizados antes que ocorressem as ações (McCARTHY; ZALD, 1977). Diante disso, as outras duas teorias sobre os movimentos sociais, mencionadas a seguir, englobam as possibilidades de revolução junto às questões políticas e culturais dos movimentos que até então ainda não tinham sido o foco das análises.

A segunda teoria clássica americana foi nomeada de Teoria do Processo Político (TPP)², ou chamada de Teoria da Mobilização Política por GOHN (2012), a qual tinha como principal estudioso Charles Tilly. Com foco na psicologia social para análise de comportamentos coletivos, a teoria assegura que a coordenação dos grupos depende de potenciais ativistas e interações entre os participantes. Alonso (2009) afirma que a ação dos grupos é gerada a partir da solidariedade de uma coordenação somada às principais estruturas dos recursos formais constituídos por organizações estruturadas e informais que seriam as redes sociais. Isso é, a mobilização política seria o processo de um grupo com um ideal comum de se solidarizar e criar um controle coletivo sobre organizações civis e redes sociais para realização de uma ação em comum.

² Optou-se por utilizar a nomenclatura de Teoria do Processo Político (TPP) nessa pesquisa.

Alonso (2009, p. 56) afirma que “a mobilização baseia-se num conflito entre partes, uma delas momentaneamente ocupando o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade”. Esse processo de mobilização na Teoria do Processo Político (TPP) ocorre de maneira que os detentores do poder se alternam com os desafiantes, e essa análise evita as barreiras encontradas de quando se coloca Estado e sociedade como instituições únicas e inseparáveis. Dessa maneira, a questão dessa teoria seria o da ação coletiva em conflito com um grande poder.

A mobilização da TPP se difere da TMR, primeiramente, por destacar a importância dos recursos culturais para mobilização e militância. Um segundo ponto seria a presença do paradigma marxista, de forma que a dimensão política, desde a conjuntura até a estrutura, fosse importante para análise dos atores sociais e para o processo de mobilização. O terceiro aspecto resgata pontos da ação coletiva de reivindicação e privação cultural, e do marxismo, “de que reivindicações são frutos de condições estruturais que criam as privações” para explicar como os participantes pensam e compartilham as experiências dos movimentos (GOHN, 2012, p. 77). A quarta característica corresponde à análise estrutural, princípio da TMR, em que as organizações e redes de articulação reúnem recursos para criar estruturas de oportunidades. E, para completar as características da TPP, esta possibilitou a união de políticas institucionalizadas e de movimentos sociais de forma que a integração entre os indivíduos ocorresse através de lutas e disputas.

Diante do exposto sobre as mobilizações, as outras diferenças entre TMR e TPP correspondem às seguintes características: “enquanto a TMR enfatiza recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a TPP prioriza uma estrutura de incentivos” (ALONSO, 2009, p. 55-56). A distinção entre as teorias está na observação dos ideais praticados pelos movimentos, que no primeiro pode ser individual, e no segundo reúne diversos membros coordenados em prol das ações.

O restabelecimento dos movimentos sociais é provocado a cada nova demanda social. É a partir de acontecimentos do passado que, muitas vezes, transformam-se nas lutas atuais e abarcam o pertencimento social como uma de suas características, incentivando novas maneiras para a renovação dos movimentos. Hoje, a atuação dos movimentos se intensificou através do uso da internet e das redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais (GOHN, 2007; CASTELLS, 2013). A terceira teoria, proposta em meados de 1970, corresponde à Teoria dos Novos Movimentos Sociais e se apresenta no subtópico 1.3 deste estudo.

Assim, a classificação sobre o conceito de movimentos sociais se resume em ações sociais praticadas com base na união de indivíduos com objetivos que visam diagnosticar situações presentes na sociedade, sugerir propostas de melhorias e lutar pela inclusão social da população (GOHN, 2011). A partir dessas contestações, os movimentos sociais passaram a ter suas características estudadas e especificadas.

1.2 A caracterização dos movimentos sociais

Os movimentos sociais possuem características plurais e são constituídos e motivados conforme as necessidades da sociedade civil. Essas características são elencadas por autores e estudiosos ao visualizarem as diferenças de cada movimento social, e os reunirem em eixos específicos para auxiliar na compreensão dos fenômenos. Primeiramente, exemplificamos os eixos propostos por Maria da Glória Gohn (2011) e, em seguida, apresentamos os níveis da sociedade civil como aspectos fundamentais para que se entenda as características dos novos movimentos sociais na sociedade contemporânea, delineados por Ilse Scherer-Warren (2006).

O pertencimento social é o propósito dos movimentos sociais ao integrar participantes ao grupo através de ações que contemplam os ideais e as temáticas existentes na esfera pública. O sentimento de pertencimento depende da aderência dos indivíduos aos ideais propostos pelos movimentos, que podem ser diversos. Gohn (2011) propõe treze eixos temáticos com a função de classificar e caracterizar os movimentos em torno da questão: urbana e habitualidade na cidade; popular para participação na cidade; de saúde; das demandas dos direitos humanos e culturais; do desemprego; religiosa; dos sem-terra; contra as políticas neoliberais; de fóruns de mobilização da sociedade civil; de cooperativas populares; dos atingidos por barragens; da educação; sobre o setor de comunicações, que por fim, inserem-se neste eixo tanto o Intervozes quanto o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

O associativismo, que fora a mobilização em busca de direito e cidadania, possui uma característica importante desde os anos de 1990 pelo fato de afastar as mobilizações de massa e focar em mobilizações pontuais. Gohn (2007, p. 17) afirma que na primeira, a mobilização de massa “se faz a partir de núcleo de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização” e, a segunda provoca a mobilização perante uma solicitação feita dentro de uma sociedade plural onde não necessariamente exista obrigações e deveres na presença de uma organização, mas que gera uma

manifestação de cunho estratégico com seus militantes de maneira mais independente se comparado à primeira. O conceito básico dessa mobilização pontual seria o de participação cidadã, que se constitui para além do voto, de maneira que o cidadão busque sobretudo o seu direito à vida em sociedade (GOHN, 2007).

A participação cidadã tem como objetivo a consolidação da sociedade civil para que esta se desenvolva sem os percalços ocasionados pela desigualdade e exclusão social vivenciadas no passado. O surgimento desse conceito é resultado da união de cidadãos que se envolvem em prol de uma comunidade de forma organizada e mobilizada para articulação de ideais em comum (GOHN, 2007).

Gohn (2011) elenca que a constituição sociopolítica e econômica é significativa para os movimentos sociais na contemporaneidade, e atribui cinco características predominantes. A primeira corresponde aos novos movimentos sociais que surgiram no novo milênio; a segunda decorre da ampliação da participação popular; a terceira enfatiza a organização de atores, ONG's, associações e organizações do terceiro setor; a quarta salienta as dificuldades relacionadas à violência e emprego; e, por último, o Estado perante programas sociais e promoção do reconhecimento de demandas como direito social, entretanto, em algumas situações, os projetos sociais tornam-se “partícipes de redes clientelistas e não de controle social de fato” (GOHN, 2011, p. 344).

O conceito de sociedade civil está atrelado à ideia de organização de segmentos sociais em prol da cidadania e de interesses públicos. Sua composição se baseia em forças sociais heterogêneas e, por isso, está sujeita à divergência de ideias, poder, representações sociais e políticas. Todavia, a sociedade civil não deve ser considerada sinônimo do chamado terceiro setor, que seria as instituições sem fins lucrativos e não-governamentais. Isso porque “a sociedade civil inclui esse setor, mas também se refere à participação cidadã num sentido mais amplo” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Dá-se o nome de sociedade civil aos níveis que possuem intenção de reunir ações que beneficiam políticas sociais e públicas, bem como aspectos que influenciam as mudanças nesses âmbitos.

A classificação em cinco níveis da sociedade civil elaborada por Scherer-Warren (2006, p. 111) corresponde: 1. ao associativismo local – forças associativistas que visam expor necessidades locais ou comunitárias por meio de associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais; 2. às formas de articulação interorganizacionais – responsáveis pela interlocução e parcerias institucionais entre a sociedade civil e o Estado mediante fóruns, associações nacionais de ONGs e redes de redes “que buscam se

relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil”; 3. às mobilizações na esfera pública – oriundas da articulação entre atores de movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de redes através da realização de manifestações; 4. aos apoios financeiros – correspondentes à captação de recursos materiais provenientes de agências não governamentais e contribuições individuais; 5. à rede de movimento social – referente à reunião de sujeitos que possuem identidades, adversários, projetos em comum que acarretam ações específicas do grupo. Essa ampliação e a associação de experiências territoriais, temporais e sociais com foco na atuação dos movimentos sociais são denominadas como rede de movimentos sociais.

A segunda classificação de Scherer-Warren (2006) é nomeada como formas de articulação interorganizacionais correspondentes aos relacionamentos entre sociedade e Estado. Através da utilização da internet, bem como de plataformas de e-mail para troca de informações, esse tipo de relacionamento foi facilitado por aproximar os integrantes virtualmente e territorialmente. Esse aspecto é identificado nos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação aqui estudados – Intervozes e FNDC – os quais estão presentes na internet na forma de redes sociais digitais, possuem articulações e mobilizações em prol da sociedade, e incentivam publicações e discussões no Congresso Nacional por meio da disponibilização de materiais comunicacionais e informacionais. Especificamente, promovem-se ações a partir do apoio político através de protocolos³ para condução de demandas até o Supremo Tribunal Federal (STF).

Scherer-Warren (2006) afirma que o empoderamento nos movimentos sociais em rede é uma característica conveniente, pois se fortalecem com o apoio de outros movimentos com os mesmos ideais e constroem identidades. Com isso, destaca-se a necessidade de orientações políticas para que Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos de base local se equilibrem e não fomentem o poder na mediação social, pois o foco é o incentivo à participação cidadã e o empoderamento democrático dos cidadãos. Para isso, é importante que a atuação contemple as raízes culturais, simbólicas e estéticas dos sujeitos socialmente excluídos, promova ações para esses sujeitos e estimule vínculos com as outras experiências para que, assim, sejam guiados para uma rede de movimento social.

³ “As ações elaboradas pelo Intervozes e ingressas no STF pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) contam com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República” (INTERVOZES, 2016). Disponível em: <https://intervozes.org.br/intervozes-pede-para-ser-ouvido-por-stf-em-acao-de-temer-para-favorecer-politicos-donos-de-emissoras/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

As características dos movimentos sociais contemporâneos estão inseridas em sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, criando-se identidades plurais. A busca pela cidadania também passa a ser representada através de articulações com interesses na igualdade de gênero, etnias, classe e região. As opções políticas e os valores também se inserem nas novas identidades encontradas nesses movimentos e elas introduzem a igualdade social, liberdade, paz, sustentabilidade social e ambiental, além de outros ideais, como do “respeito à diversidade e às diferenças culturais” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115).

Segundo Scherer-Warren (2006), o ativismo é caracterizado por ações que visam à inserção dos mais excluídos na vida social e possuem valores fundamentados na democracia, solidariedade e cooperação. Machado (2007, p. 248) afirma que as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitaram o incremento das “estratégias de planejamento, articulação e ação”, porém, aponta uma outra vertente do ativismo, uma que vai além da conexão entre indivíduos nos mais diversos territórios. Essa vertente, nomeada de *hacktivismo*, contempla ataques digitais motivados por políticas e ideologias que acarretam danos à sociedade por ausência de formas para controlar o limite entre o ativismo virtual e a ação criminal. As ações criminosas, comuns em épocas de divergências políticas, correspondem às ações de coletivos radicais que acessam e modificam sistemas online de maneira ilegal de grandes corporações, governos e sites em geral, e a maioria dos países não possuem legislações para punição dessas ações na internet.

Em decorrência de mudanças culturais, políticas e sociais, esses formatos de organização da sociedade são aspectos presentes nos novos movimentos sociais que, para Machado (2007, p. 254), as necessidades se tornaram “variadas, específicas e, inclusive, peculiares a certos contextos sociais, históricos e culturais”. Os novos aspectos encontrados nas necessidades dos movimentos somados aos eixos, níveis e características contribuem com a base da teoria dos novos movimentos sociais.

1.3 A teoria dos novos movimentos sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) se desenvolve diante das alterações da sociedade europeia. Alain Touraine deu ênfase nos estudos dos TNMS a partir da teoria acionalista desenvolvida na Europa e, especificamente, na França. Os estudos conduzidos pelo autor passam pela sociedade industrial até chegar na sociedade

pós-industrial quando, após a década de 1960, a indústria e trabalho perdem forças. Touraine (2006) destaca a nova sociedade chamada de sociedade pós-industrial por redefinir as lutas reivindicatórias, antes com foco em nome do cidadão e, agora, em nome da coletividade. Assim, a organização dos novos movimentos sociais não objetiva o combate ou progresso em relação ao Estado, mas a busca por uma pressão social.

A cultura seria a base teórica da teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS). O marxismo não é contemplado “por tratar da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade” (GOHN, 2012, p. 122). Três outras características são comentadas por Gohn (2012): nomeação de atores sociais nos NMS dos sujeitos que participam das ações coletivas, centralização da política na vida e prática social e, por fim, o fato de os teóricos dos NMS analisarem os atores sociais diante das ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

Ao se distanciar da abordagem marxista, Alain Touraine acredita que as ações são oriundas de estímulos sociais. Touraine (1989) sustenta a ideia de que os movimentos sociais estão no centro da sociedade e configuram os atores sociais. O fim da ditadura e, posteriormente, a instalação de regimes democráticos potencializaram as mobilizações por não estarem sob um controle político. Suas pautas estavam relacionadas, principalmente, em torno de questões relacionadas às mulheres, ao meio urbano e aos estudantes.

A teoria dos NMS reproduz certas características da TPP como “o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos”, e adiciona o fator cultural nos movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 59). Uma análise dos processos sociais inseridos nos movimentos sociais é apresentada no artigo *Na fronteira dos movimentos sociais* com uma perspectiva crítica escrito por Touraine (2006). O autor justifica seu título analisando as características da sociedade industrial à pós-industrial repleta de novos conflitos, economias e mudanças históricas.

Nessa perspectiva, Touraine (2006, p. 18) relata que o movimento social se estrutura numa fronteira como conflitos sociais e projetos culturais, e o conceitua como uma ação coletiva que objetiva “um modo de dominação social generalizada”. Na sociedade contemporânea, o movimento social persiste às formas de controle social geradas na sociedade industrial e propõe condutas coletivas de luta, afastando-se da ideia de ser o principal desenvolvedor dos sistemas e de recursos para que a mudança seja possível. O que antes era pautado, sobretudo, em reivindicações com características

econômicas, agora, os movimentos sociais possuem características sumariamente culturais.

Touraine (2006) não atribui o nome de movimentos sociais a qualquer ação coletiva, mas incentiva a análise da participação dos cidadãos no sistema político. Touraine (2006, p. 19) afirma que o movimento social existirá quando “a ação coletiva [...] se opuser a tal dominação”. Ou seja, a dominação, para o autor, corresponde a uma ação que defende questões particulares que impacta a sociedade como um todo e de maneira dominadora. É necessário que a dominação social seja o ponto inicial para que a ação foque nos aspetos da vida social do indivíduo. Dessa maneira, o movimento social excede a ideia de que é “um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política” (TOURAINÉ, 1998, p. 113). O movimento tem como objetivo cessar a relação de dominação de uma classe privilegiada, e criar ações desempenhadas coletivamente que visam à melhoria das relações e questões determinadas pelos poderes vigentes inseridas na vida social.

Já que as sociedades pós-industriais se diferenciam por suas mudanças culturais, políticas e econômicas; a noção de movimento social é norteadas para a de movimento cultural por Touraine (2006). O motivo é que, atualmente, a ideia de movimento ultrapassa a ideia de transformação social, conquista e reconquista de espaços, e se projeta para as exigências morais dos indivíduos, a qual está relacionada ao alcance dos direitos humanos.

Em relação ao movimento histórico, Touraine (2006, p. 25) caracteriza-os como conflitos estruturais que vão de encontro com a “gestão da mudança histórica” como as ordens econômicas e sociais vigentes. Os processos de modernização provocam confusões sobre a nomenclatura dos movimentos, a qual deve ser estudada com referência à ideia de movimento social no contexto de todos os tipos de sociedade contemporânea (TOURAINÉ, 2006).

É aqui que ganha todo o sentido a oposição entre movimentos sociais que tendem a se tornar movimentos culturais e morais, e movimentos históricos que, conduzidos pela modernização, transbordam o quadro do político para colocar em questão uma organização sistêmica e, em particular, redes de comunicação que não podem mais ser imaginadas como simples superempresas nacionais (TOURAINÉ, 2006, p. 27).

A perspectiva latino-americana de Castells, influenciado por Touraine depois dos anos de 1980, como exemplo, difere-se sobre essa ideia dos movimentos sociais como agentes da mudança social. Segundo Castells (2013, p. 157), “os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social”. Isso porque são impulsionados

pela descrença do povo e pela vontade de conduzir a situação de maneira própria, a fim de alterar as regras impostas para a sociedade. E Gohn (2011) vai ao encontro dessa afirmação e enfatiza sobre o importante papel da internet ao possibilitar que o ativismo alcance os mais diversos atores sociais, independentemente de sua territorialidade.

Em seu livro intitulado *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, Castells (2013) argumenta sobre uma realidade na qual o processo de comunicação livre acontece através da internet e origina um espaço híbrido para a atuação dos movimentos sociais diante de um ambiente que mescla o online e o offline. Esse espaço público híbrido composto por redes sociais digitais e pela comunidade urbana se tornou ferramenta de autorreflexão e de poder para o povo (CASTELLS, 2013). Então, diferentemente do que fora apresentado sobre as perspectivas de Touraine, as características dos movimentos sociais contemporâneos sugestionam a uma teoria da mudança social, a qual é pautada pela “interação entre cultura, instituições e movimentos” (CASTELLS, 2013, p. 45).

Castells (2013) relaciona a autonomia do ator social perante a recusa de instituições de poder. Através do uso de meios de comunicação alternativos que funcionam, muitas vezes, através das redes de *wi-fi*, os cidadãos passam a se reunir em ambientes públicos para contestar as práticas de instituições tradicionais detentoras do poder. Criam-se, então, outras formas de redes para debates sobre as demandas da sociedade que passa por uma crise de representação e que luta pela independência de instituições políticas dominadoras.

A autocomunicação, entendida como a emancipação e autonomia dos sujeitos comunicantes, foi o nome dado à ação de atores sociais que passam a difundir informações e alcançar pessoas em territórios distantes através da autonomia da comunicação gerada pelo uso da internet. Essa autonomia “é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (CASTELLS, 2013, p. 16). Isso vai ao encontro do que Lima (2011, p. 13) afirma em seu livro *Regulação das comunicações* sobre as vertentes da comunicação perante a utilização da internet, a qual “nasceu com vocação libertária, tornando-se o meio principal de comunicação livre e barata entre pessoas, organizações e movimentos sociais”.

Os movimentos sociais se tornaram locais e globais por disseminarem informações, áudios, fotos e vídeos para além do local onde são reunidas as informações.

O propósito dos novos movimentos sociais salienta a consciência dos cidadãos que inserem suas ações e participações na sociedade, por ocasionar a “deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política” (CASTELLS, 2013, p. 173).

Diante de uma época na qual movimentos sociais, iniciativas privadas e associações se preocupam cada dia mais com questões sociais e territoriais, a comunicação coopera com alguns aspectos. A visibilidade fora intensificada através de conteúdos produzidos pelos próprios membros ao reunir esforços coletivos em prol de: “valores democráticos, direitos humanos e preservação da natureza” (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 17). Com isso, a comunicação dos movimentos sociais objetiva a transmissão de informações e aproximação com os cidadãos interessados para que as ações estejam coerentes com as necessidades da população (HENRIQUES *et al.*, 2013; CASTELLS, 2013).

A comunicação nos movimentos sociais se horizontalizou por causa da internet e conta com novas maneiras de cooperação entre os atores sociais. O compartilhamento de informações e o companheirismo gerado nas redes sociais digitais, ocasionado pelo encontro de pessoas com o mesmo objetivo, dependem “de redes de comunicação interativas” (CASTELLS, 2013, p. 166). Segundo o autor, a internet permite que os movimentos sem liderança sobrevivam, gerem deliberações, sejam coordenados e se expandam. É necessário que exista a interação através de meios específicos, como o exemplo das redes sociais digitais, para que se forme um movimento e, posteriormente, possibilite um processo efetivo da ação coletiva.

A participação se insere nos projetos de comunicação com o propósito de fomentar os movimentos. Sua função “em um projeto de mobilização é gerar e manter vínculos entre os movimentos e seus públicos, por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores” (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 21). É necessário, também, um compromisso ético para com as mobilizações sociais e isso é alcançado através de uma coordenação de ações pautadas, sobretudo, por uma comunicação “dialógica, libertadora e educativa” (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 25).

Henriques *et al.* (2013) apontam as premissas necessárias para que os movimentos sociais mantenham seus vínculos que perpassem pela(o): difusão de informações para que os indivíduos tenham conhecimento sobre assuntos relacionados ao movimento; promoção da coletividade através da divulgação de informações que incentivem a

mobilização; fácil acesso à trajetória histórica com a finalidade de fortalecer a identidade do movimento; e fornecimento de identificação com a causa e com o projeto mobilizador por meio de ações que resultem no sentimento de pertencimento dos cidadãos participantes.

Para que atores sociais participem de ações e se engajem com as causas de um movimento social, existe a possibilidade de criação de um planejamento da comunicação para mobilização. É interessante que exista um foco para o desenvolvimento das ações com a finalidade de alcançar as demandas previstas no movimento. Henriques *et al.* (2013, p. 35) afirmam que técnicas como segmentação de público e planejamento de marketing são insuficientes, pois não possibilitam a análise “dos diversos atores envolvidos a partir dos vínculos que mantêm com o projeto mobilizador”. Todavia, o planejamento de comunicação para os movimentos sociais possui uma certa complexidade em projetos de mobilização por impossibilitar o convívio espontâneo dos envolvidos e promover uma cristalização dos movimentos ao institucionalizá-los e burocratizá-los (HENRIQUES *et al.*, 2013).

O conceito do novo movimento social para Manuel Castells (2013) compreende o início da atuação dos atores sociais nas redes sociais digitais e que se manifesta posteriormente de maneira física na rede urbana, resultando no *espaço em rede*. A mobilização para o autor compreende, além da descrença política, a emoção. Essa emoção é causada pela indignação do povo perante um problema e a esperança em alcançar um objetivo em comum para resolução de uma dada situação.

O alto desempenho das redes sociais digitais para o desenvolvimento do debate “sobre as demandas políticas e sociais na mídia social antes de se iniciarem as manifestações” se destaca na realidade dos novos movimentos sociais (CASTELLS, 2013, p. 83). Em relação à liderança, Castells (2013) afirma que os participantes dos movimentos rejeitam a ideia da presença de líderes e desacreditam das formas de poder que se restringem a poucos integrantes, por isso, optam por movimentos sem lideranças.

Gohn (2012) relata que a mídia se responsabiliza pela pressão social, a qual é denominada pela autora como um quarto poder. Entretanto, Lima (2011) alega que a ideia de quarto poder da mídia, que antes se restringia a jornais e indústrias de comunicação, não se atrela à mídia contemporânea por causa do surgimento e utilização da internet para realização de uma conexão interpessoal e intergrupar, e por proporcionar uma comunicação livre e libertadora.

As novas características dos movimentos somadas ao desempenho da internet resultam numa comunicação instantânea e com uma abrangência territorial imensurável e, também, contribui “para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes” (MACHADO, 2007, p. 268). Assim, essa pesquisa procura entender sobre o uso de uma comunicação online a serviço da cidadania pautada na difusão de informações dos novos movimentos sociais utilizando as redes sociais digitais.

1.3.1 Os novos movimentos sociais no Brasil

O conceito de movimentos sociais passou por transformações desde o período que deflagra o golpe militar de 1964 no Brasil. Segundo Scherer-Warren (1987), os novos movimentos sociais brasileiros são responsáveis por criar uma cultura política que engloba novas crenças e práticas, como atitudes contra as formas autoritárias e de repressão política, resistência à centralização do poder e pretensão de novas formas de vida comunitária.

Devido às alternativas de protestos organizados e manifestações de rua que renovam as pautas e opções de participação dos cidadãos inseridos nos movimentos sociais, Scherer-Warren (2015, p. 55) constata a necessidade de contrastar “o conhecimento acadêmico consolidado com a produção mais recente sobre e a partir dos atores envolvidos nas lutas contra a ditadura, dos movimentos estudantis e dos movimentos pela democratização, e da respectiva memória histórica” resgatada. Afirma-se, também, que o movimento social pode se recriar ao longo do tempo ao se aperfeiçoar politicamente através de novas demandas.

Os novos movimentos sociais são marcados pelo caráter de desterritorialização devido ao advento dos meios de comunicação de massa e de locomoção. Como consequência, os movimentos se inserem em uma realidade na qual existem novas formas de organização se comparadas ao passado, e Scherer-Warren (1987) apresenta algumas diferenças entre os movimentos antes e após o período de 1964. Antigamente, os movimentos sociais urbanos possuíam uma característica de recrutamento clientelístico e modos de reivindicações perante esquemas populistas – formas de governo que visavam o apoio do povo – e paternalistas – atividades autoritárias a favor do povo. Após 1964, a participação foi reprimida e os movimentos de bairro ganharam força. No que se refere ao movimento de mulheres e feministas, esses foram definidos a partir de lutas gerais

sobre anistia, democracia e problemas em bairros. Após o período citado, o movimento adquire um caráter libertário e busca a igualdade entre homens e mulheres.

Destarte, a identidade dos novos movimentos sociais se baseia estruturalmente na relação entre o reconhecimento material e formas de opressão do povo no ambiente capitalista, bem como a “internacionalização de uma cultura crítica que vem penetrando os movimentos populares”. Os novos movimentos possibilitam, como exemplo, a livre organização, a autogestão, a luta sobre o direito à diversidade, sobre o respeito à individualidade e outros modelos de organização que são caracterizados como culturais por Scherer-Warren (1987, p. 40). Ao estimular os objetivos propostos através de uma base estrutural, somado à cultura que organiza os movimentos, o produto final seria a identidade desses novos movimentos sociais.

A participação popular vivenciou um período histórico de grandes conflitos no país. Esse período corresponde à década de 1960 e foi marcado pelo governo de João Belchior Marques Goulart (1961-1964) no Brasil, também conhecido como Jango, que ocupou o cargo de presidente após a renúncia presidencial de Jânio Quadros⁴. Diante das tensões políticas, as manifestações sociais brasileiras se tornaram autônomas e ganharam importância. O presidente prezava “pela efetivação de uma democracia social no Brasil” e houve um aumento na atuação de organizações sindicais e movimentos estudantis durante esse período (DELGADO, 2010, p. 126).

Entretanto, os grupos conservadores acusaram o governo de improbidade administrativa e de influenciar o povo, situações que levaram à deposição de João Goulart e à democracia. Diversas iniciativas da imprensa desqualificaram a atuação política do presidente ao longo do tempo, e inclusive deixaram de anunciar a morte de João Goulart em 1976 durante o exílio por conta da censura aplicada aos meios de comunicação. A fase carecia de uma defesa econômica e social por conta do crescente autoritarismo no Brasil, mas o que ocorreu foi o início de uma ditadura que persistiu por duas décadas (DELGADO, 2010).

A atuação dos movimentos na década de 1970 fora marcada por condições opressivas por causa da crise econômica vigente. Isso porque a política passa por uma reformulação e os grupos organizados saíram de cena. As dificuldades encontradas nas práticas participativas, bem como a desestabilização das relações humanas foram os empecilhos enfrentados pelos movimentos sociais dessa época. Com isso, Cruz (1987, p.

⁴ Ocupou o cargo de Presidente do Brasil durante o período de 31 de janeiro de 1961 até 25 de agosto de 1961.

89) afirma que “as antigas certezas se desintegraram sob a marcha aparentemente inexorável da individualização da sociedade”. Cruz (1987) também relata que os novos movimentos sociais são considerados um desafio por conta das demandas, e uma esperança ao buscarem a reconstrução das instituições democráticas ao proporem a substituição do poder praticado pelo Estado e direcioná-lo à sociedade.

Diante de diversos acontecimentos, a década de 1980 se destaca como um marco na história e na produção acadêmica dos movimentos sociais no Brasil. Gohn (1995) retoma que em 1984, ao final da época marcada pela ditadura, as ações do movimento “Diretas Já” repercutiram em campos que foram silenciados nos anos que a antecedeu. O movimento tinha como objetivo reorganizar a democracia no Brasil por meio da proposta de realização de eleições diretas. Criou-se, na época, um calendário político para que houvesse eleições para a Presidência da República, a Constituinte, a criação das Centrais Sindicais, e também de entidades organizativas do movimento popular e início de outros movimentos sociais que contemplavam desde as mulheres até os cidadãos desempregados. Dessa maneira, “os anos 80 são fundamentais para a compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil” e para os movimentos sociais (GOHN, 1995, p. 126).

O Fórum Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação foi instituído nesse período da década de 1980 no país com atividades que cooperaram com a elaboração da Constituição (FNDC, 2019). Após dois anos da Constituinte, foi divulgada para toda a população a nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que será mencionada no próximo capítulo. Em 1991, o fórum foi aperfeiçoado e se transformou no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação para promoção da democracia na comunicação que, após quatro anos, tornou-se uma entidade. O FNDC se tornou um dos objetos dessa pesquisa, assim como o Intervozes que fora fundado em 2003, tendo em vista seu ideal do direito à comunicação para todos os cidadãos.

A produção acadêmica da década de 1980 utilizou a segmentação de temáticas para desenvolvimento de pesquisas. Isso porque reuniu produções sobre o urbano e o rural, separadamente. Não era comum “um diálogo intelectual entre esses dois universos, mesmo face ao boom dos movimentos sociais rurais desse período” (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015, p. 20). A produção se afasta das pesquisas sobre os movimentos camponeses e movimentos sindicalistas – ou também conhecidos como os movimentos em prol de trabalhadores assalariados – e se concentra nos estudos sobre as

formas de ativismo e dos novos movimentos sociais. Constituem-se, então, grupos de pesquisa especializados nas temáticas oriundas dessa nova realidade.

Somente na década de 1990, com os novos movimentos sociais, é que as questões éticas e de valorização humana são debatidas através de um novo plano econômico criado em 1994 no Brasil. Entretanto, com as eleições gerais para Presidente da República e o novo plano econômico instaurado, originou-se uma certa repressão e “um cenário de caos e desgoverno político” (GOHN, 1995, p. 129).

Os novos movimentos sociais se tornaram ainda mais inovadores durante o processo de democratização do país e foram além dos benefícios proporcionados pela retomada da democracia e do fim do regime militar. Com grupos menores, a década de 1990 também foi marcada por movimentos que tinham um grande apelo institucional enquanto ONGs. Os novos movimentos sociais brasileiros foram redefinidos em duas vertentes: a primeira do deslocamento de reivindicações sobre consumo coletivo para reivindicações da sobrevivência do indivíduo; como consumo individual de alimento devido ao aumento da miséria nos centros urbanos. E a segunda engloba o plano moral sobre a ausência de ética na política e às novas articulações sobre gênero e raça (GOHN, 2012).

Os estudos sobre o desenvolvimento da economia brasileira durante 1990 se destacam por compreender as políticas sociais da época ao redefinirem estratégias de intervenção social com o intuito de criar oportunidades para desempregados e subempregados. O aumento do setor informal é notório numa sociedade que vislumbra o crescimento econômico e, através de políticas direcionadas para o setor, normatizam e cooperam para “que situações informais de trabalho ou de habitação sejam redefinidas, de modo a não mais serem percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania” (GOHN, 2012, p. 298). Essa força do setor informal provoca uma percepção positiva nas relações de trabalho e a luta passa a ser pela manutenção do emprego.

Em relação à produção acadêmica na temática dos movimentos sociais, são introduzidas as formas das organizações de pessoas sem fins lucrativos – o associativismo. Análises sobre as desigualdades, dinâmicas e formatos salientam a heterogeneidade dessa temática. Uma outra vertente acadêmica seria o aprimoramento teórico com a intenção de refletir sobre as articulações entre Estado e sociedade. Esse avanço sobre os estudos dos movimentos sociais e participação no Brasil ocorre de forma que a pluralidade da participação, bem como da qualificação dos “diferentes mecanismos

e estratégias que envolvem esse fenômeno” se acentuam (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2015, p. 31).

A seguir, citando caso análogo, apresentamos as particularidades encontradas nos movimentos sociais inseridos em Portugal.

1.3.2 Os movimentos sociais no contexto português

As características dos movimentos sociais em Portugal são apontadas nesse subtópico com a intenção de mencionar tal temática em um cenário externo ao Brasil. A ditadura portuguesa persistiu de 1926 até 25 de abril de 1974, data também conhecida como Revolução dos Cravos, e que demarca o término da ditadura portuguesa devido à deposição do regime salazarista vigente de 1933 a 1974. Esse acontecimento se tornou o prelúdio da estruturação da Constituição da República Portuguesa que fora concluída no ano de 1976. Devido ao processo democrático tardio, os impactos ocasionados nessa época refletem diretamente na participação social dos cidadãos portugueses até os dias de hoje. Para Mendes e Seixas (2005, p. 104) “a participação social implica o envolvimento dos cidadãos em atividades conjuntas, específicas e de caráter comum”.

A Geração à Rasca seria um exemplo de movimento social que teve ressonância em Portugal em meados de 2011. Esse marco histórico trouxe jovens cidadãos à frente de manifestações junto ao uso das ferramentas digitais com o propósito da participação. Tal episódio desencadeou uma série de acontecimentos que tinham como objetivo intensificar a participação política da população nos assuntos significativos ao país. “Marchas, assembleias e ocupação de espaços públicos” são ações advindas dessa fase dos movimentos portugueses (SIMÕES; CAMPOS, 2016, p. 132).

Diante disso, os jovens cidadãos ganharam notoriedade nos atuais movimentos sociais portugueses, e se destacaram a partir das seguintes características encontradas nas ações ativistas praticadas no país nomeadas de: 1. Novos movimentos sociais antiausteridade: atuações orgânicas e sem hierarquia que visam ser “contra as medidas de austeridade implementadas pelo governo”; 2. Movimentos alterglobalização: precursores dos novos movimentos antiausteridade e, por isso, atuam em prol de reivindicações contra o capitalismo neoliberal e são a favor das causas dos movimentos antiausteridade; 3. Movimentos sociais clássicos: práticas que visam causas culturais e identitárias; 4. Movimentos radicais: posicionamento inverso ao sistema dominante; 5. Movimentos diretamente ligados ao ativismo digital: utilização de ferramentas digitais como recurso

principal; 6. Atores políticos tradicionais: também conhecidos como partidos políticos e sindicatos. “Esses mantêm uma relação de ambivalência e cumplicidade com alguns movimentos ativistas, desde logo porque vários dos membros de coletivos ativistas têm uma trajetória marcada pela ligação a algum partido político” (SIMÕES; CAMPOS, 2016, p. 135-136).

Segundo Viegas, Belchior e Seiceira (2011), a participação política é um termo utilizado para designar o funcionamento da democracia em prol dos interesses dos cidadãos na sociedade. A participação pode ser efetivada através de atividades exercidas pelos cidadãos que passam a influenciar as decisões do governo ou de governantes. Os autores afirmam que a participação política, muitas vezes, não ocupa o tempo e nem alcança esforços intensos dos cidadãos, pois o sentimento de ineficácia, rejeição ou alienação por parte deles ainda é maior do que o sentimento de confiança nessa prática.

Em Portugal, especificamente, acontece uma ruptura na cultura nacional após a queda do regime autoritário em 1974, e com o início do regime democrático em 1976, quando é decretada a Constituição da República Portuguesa. “A tradição autoritária e repressiva da participação, nomeadamente de protesto, durante as décadas de vigência do Estado Novo também poderão contribuir para a cultura política de fraca participação política” (VIEGAS; BELCHIOR; SEICEIRA, 2011, p. 26). Assim, é constatado um baixo nível de participação no país se comparado aos países do centro e do norte europeu.

Durante o estágio de pesquisa no exterior, na cidade de Lisboa, foram aplicadas as seguintes metodologias: um grupo focal com sete cidadãos portugueses e duas entrevistas semiabertas com três ativistas de movimentos sociais utilizando os roteiros de perguntas demonstrados no Apêndice A.

O roteiro foi redigido e corrigido pela supervisora do estágio, a pesquisadora Profa. Dra. Isabel Ferin Cunha, da Universidade Nova de Lisboa, no mês de janeiro de 2020. A execução da proposta metodológica ocorreu entre janeiro e fevereiro, obtendo informações relacionadas às estratégias de comunicação utilizadas pelos movimentos sociais, especialmente na internet, e dos impactos sobre a participação cidadã.

A partir dos resultados, tanto dos cidadãos portugueses participantes do grupo focal quanto os ativistas entrevistados, salientaram sobre a falta de participação social ser uma grande dificuldade para o ativismo dos movimentos sociais contemporâneos em Portugal. Essa barreira é esclarecida por esses cidadãos participantes devido à herança cultural portuguesa que carrega fragmentos de um governo ditatorial e autoritário. Assim, justifica-se o fato de a sociedade portuguesa ter se tornado pouco participativa nas ações

ativistas dos dias atuais. A descoberta também abarcou que os movimentos sociais contemporâneos utilizam de maneira intensa a plataforma Facebook, resultando em uma comunicação online benéfica entre os ativistas e a sociedade.

O exposto nesse primeiro capítulo sugere que os novos movimentos sociais promovem a renovação da cultura política na sociedade civil através da exploração de identidades e estilos de vida. A abordagem sobre o conceito, a trajetória dos movimentos sociais, as mudanças e as novas formas de atuação dos novos movimentos sociais oferecem subsídios para dar continuidade à pesquisa. O processo da democratização da comunicação, os movimentos em prol dessa temática e a inserção da comunicação online para a disseminação de informações são discutidos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II – Democratização da Comunicação

A proposta do segundo capítulo compreende a cronologia, os processos históricos da democratização da comunicação com destaque para a ação de movimentos sociais e para a prática cidadã, bem como as perspectivas sobre o tema com base na comunicação online dos movimentos a favor dessa causa.

A estruturação de políticas de comunicação expande o exercício pleno da democracia em países como o Brasil. Tendo em vista o aumento da participação cidadã em prol de práticas democratizantes desde 1970, sob a ditadura militar vigente naquela época, e em oposição ao oligopólio dos meios de comunicação brasileiros na atualidade, os estudos científicos, discussões e pautas em prol da democracia são benéficos e necessários. A utilização da comunicação para a democracia, com o apoio das novas tecnologias, contribui com a elaboração das propostas de desenvolvimento da área, as quais são direcionadas ao governo por meio de ação de movimentos sociais, profissionais ou, até mesmo, atores sociais.

Considerando os meios de comunicação desde a grande mídia até as redes sociais digitais, ou essa última também chamada de nova mídia por Lima (2011), esta dissertação compreende que a comunicação pode promover a transformação nos cidadãos através do impacto que se gera na internet por ser “um tipo de vivência, uma experiência, um acontecimento, uma imersão” (MARCONDES FILHO, 2019, p. 19). Diante disso, a grande mídia seria o:

[...] conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para “intermediar” a comunicação humana. Vale dizer que a grande mídia implica sempre a existência de uma instituição e de um aparato tecnológico para que a comunicação se realize. [...]. Já a expressão nova mídia servirá para designar a comunicação realizada através da rede mundial de computadores, isto é, a internet. Ao contrário da grande mídia, a nova mídia possibilita a interação online entre emissor e receptor através de computadores pessoais fixos e/ou móveis (celulares, laptops, notebooks etc.). (LIMA, 2011, p. 152).

A composição da primeira parte deste capítulo se refere aos acontecimentos e órgãos relacionados à comunicação no Brasil, a partir da cronologia proposta por Pieranti (2011), complementada com outros autores e, quando possível, com sites oficiais dos órgãos de comunicação. A segunda corresponde ao processo histórico da democratização da comunicação e as principais referências bibliográficas são de Nelson Werneck Sodré (1999), Renata Rolim (2011), Venício Artur de Lima (2011) e Marialva Barbosa (2013). A terceira está baseada em estudos científicos, bem como em bibliografias, sobre os movimentos sociais em prol da democratização da comunicação pautada nas obras de

Manuel Castells (2003, 2013), Marcos Cesar Weiss (2019), entre outros. Por fim, para explicar sobre um modelo de regulação da comunicação desenvolvida e amparada por lei no cenário internacional, a quarta parte traz a história da comunicação portuguesa traçada por Carvalho, Cardoso e Figueiredo (2005) e Santo (2007), assim como informações sobre a regulação da comunicação portuguesa na visão de Costa e Silva, Fidalgo e Souza (2011), Sousa e Lameiras (2013) e de materiais oficiais disponibilizados pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

O uso das redes sociais digitais possibilita um espaço público híbrido, por meio de ações online e offline, favorável às reivindicações, mobilizações, disseminação de informações e propostas de melhoria para determinada área em que atuam os movimentos. Pretendemos reunir os aspectos teóricos que contemplem a reflexão proposta pela pesquisa e que cooperarem com os procedimentos metodológicos inseridos no capítulo IV, o qual verifica o potencial da comunicação online do Intervezes e do FNDC nas seguintes condições: das fanpages dos movimentos sociais constituírem um espaço de difusão de informação sobre a democratização da comunicação, e da comunicação online dos movimentos em prol da democratização da comunicação se estruturarem como um meio para a consolidação da cidadania na sociedade contemporânea.

2.1 Cronologia dos acontecimentos e de órgãos relacionados à comunicação

O tema da comunicação no Brasil é contemplado por diferentes acontecimentos ao longo de sua história e na constituição das duas agências reguladoras federais relacionadas à Comunicação – Anatel e Ancine. Pieranti (2011) é um dos autores utilizados para apresentar a cronologia no Brasil, que parte do surgimento da televisão em 1950, dos desdobramentos perante a expansão na década seguinte, e do surgimento de conselhos, associações e agências reguladoras da área de comunicação.

Pieranti (2011) cita que o ano de 1962 é marcado pela criação do Conselho Nacional de Telecomunicações – Contel – que teve a finalidade de regular os serviços telefônicos que, posteriormente, foram incorporados no Ministério das Comunicações. A extinção do Contel acontece em 1972. Nesse período, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – Abert (ABERT, 2020) é fundada, em 1962, a qual está vigente no país até hoje com a responsabilidade dos serviços de radiodifusão. A Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações – surge como empresa pública

governamental em 1965 e, após dois anos, é responsável pela primeira transmissão comercial de televisão via satélite (EMBRATEL, 2019).

O ano de 1967 destaca dois acontecimentos: a promulgação da Constituição Brasileira e a criação do Ministério das Comunicações com o intuito de gerir políticas públicas de comunicação ao exercer um papel regulatório. Para isso, o Ministério das Comunicações possuía uma organização hierárquica descrita por nível de importância: o primeiro nível era do ministro, seguido da secretaria geral e da divisão de segurança e informações, abaixo a consultoria jurídica e a Embratel, e por fim, no mesmo nível constava a inspetoria geral de finanças, o departamento nacional de telecomunicações, o departamento dos correios e telégrafos, o departamento de administração e o Contel (PIERANTI, 2011). No ano seguinte, em 1968, o presidente Costa e Silva cria a Assessoria Especial de Relações Públicas – Aerp – diante do apoio de profissionais da área da sociologia, psicologia e jornalismo que visavam à formação de um canal de comunicação entre governo e sociedade (NAPOLITANO; LUVIOTTO; GONZALES, 2014).

A década de 1970 começa com mudanças no setor de telecomunicações. Segundo Pieranti (2011), a criação da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás – acontece em 1972, quando também acontecem as primeiras transmissões coloridas na televisão brasileira. Já a Empresa Brasileira de Radiodifusão, fundada em 1975, também conhecida como Radiobrás, foi uma empresa pública que fazia o gerenciamento das rádios, e as atividades foram encerradas em 2008. Em 1978 ocorre o fim oficial da censura aos meios de comunicação. No ano seguinte, constitui-se a Associação Nacional de Jornais – ANJ – com o escopo de promover estudos, ações e o reposicionamento do jornal na sociedade contemporânea. Atualmente, o exercício da ANJ objetiva, por meio da democracia, a livre expressão e a “valorização do jornal na educação e na construção da cidadania” (ANJ, 2020).

O fim do regime militar é marcado em 1985, e a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil ocorre em 1988 (BRASIL, 1988). No que se refere a esse período, Napolitano (2012) destaca a regulação jurídica constitucional relacionada à Comunicação Social do século XX, inseridas no capítulo V da Constituição, nos artigos de 220 a 224, que podem ser consultados no Anexo A, e afirma que o texto possui diretrizes e regras gerais. A necessidade de regulações específicas ficou a cargo da legislação infraconstitucional através de sete leis regulamentadoras relacionadas aos artigos 220 a 224 da Constituição e aqui demonstradas por Napolitano (2012, p. 207-208):

1. regular as diversões e espetáculos públicos, com informações sobre a natureza dos espetáculos, as faixas etárias a que não se recomendem, os locais e os horários que sua apresentação se mostre inadequada; 2. estabelecer mecanismos que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente; 3. regular a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias; 4. definição de percentual quanto à regionalização da produção cultural, artística e jornalística; 5. regular os meios de comunicação social eletrônica; 6. disciplinar a participação de capital estrangeiro na propriedade de empresas jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; 7. criação do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do congresso nacional.

Apenas cinco leis foram editadas no capítulo da Comunicação Social e são evidenciadas de maneira cronológica no estudo de Napolitano e Stroppa (2018, p. 370):

1 – lei 8.389/91, que criou o Conselho de Comunicação Social previsto no artigo 224 da Constituição; 2 - lei 9.294/96, que regula parcialmente o artigo 220 [...]; 3 – lei 10.359/2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário de recepção de programação inadequada [...]; 4 - lei 10.610/2002, que trata da participação de capital estrangeiro em empresas de comunicação [...]; 5 – lei 12.485/2011⁵ que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

A primeira agência reguladora de telecomunicações do Brasil foi criada em 1997 com o nome de Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Perante o propósito de desenvolvimento da área, a Anatel (2017) destaca a implementação de políticas sobre as telecomunicações brasileiras, a representação do país em organismos internacionais, a administração de radiofrequências, entre outras atividades praticadas. A Anatel possui poderes de outorga, a qual se responsabiliza por executar um serviço requisitado por uma empresa.

A Agência Nacional do Cinema – Ancine (2019) – foi criada em 2001. A agência preza pelo fomento, regulação e fiscalização do cinema e audiovisual brasileiro. Ao avançar a cronologia, o ano de 2003 apresenta o início do Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação – com o compromisso de buscar o direito à comunicação para toda a sociedade. A Empresa Brasil de Comunicação – EBC – é criada em 2007 e, em 2016, passa por uma reestruturação e se extingue o Conselho Curador (DEMARCHI; KERBAUY, 2018). Em 2009, realiza-se a 1ª Conferência Nacional de Comunicação – Confecom.

⁵ Esta lei resulta em quatro ações diretas de inconstitucionalidade que não são de interesse específico dessa pesquisa, portanto, não se expõem os seus desdobramentos.

A existência de lacunas jurídicas e deficiências na regulação do setor da comunicação social é notória no Brasil. Napolitano e Stroppa (2018) consideram que o Legislativo não possui a intenção de regulação para as atividades de Comunicação Social, tendo em vista a pequena parcela das leis efetivadas desde a Constituição de 1988. A seguir, apresentamos a história da democratização da comunicação com o intuito de refletir sobre os processos e conceitos que se inserem nesse tema. Salientamos que alguns conselhos, associações ou agências reguladoras são retomadas nas próximas linhas para contribuir com a descrição dos temas abordados.

2.2 Processos históricos da democratização da comunicação

Os processos históricos da democratização da comunicação são permeados por diversos períodos, e a liberdade de expressão é o princípio para a discussão sobre o tema. A necessidade de criar uma unidade política e mobilizar setores através de uma imprensa, de maneira que se alcançassem os mais diversos públicos, surge durante os séculos XVII e XVIII. Foi durante o desenvolvimento da produção capitalista, quando são construídos estradas, portos e outros meios de transporte, que a imprensa se desenvolve com a finalidade de direcionar para outras regiões as informações sobre política, mercadoria e condição climática (ROLIM, 2011).

Nessa fase, a imprensa foi utilizada por uma população que visava ao lucro de suas produções e, através da disseminação de informações, alcançava regiões distantes para venda de produtos e serviços. As informações inseridas na imprensa também eram “o lugar das análises e dos embates políticos dirigidos ao público que, na verdade, também constituía o próprio veículo” (ROLIM, 2011, p. 26). A imprensa abarcava majoritariamente a burguesia e, por conter emissores e receptores dessa classe social, não havia contradições em relação às opiniões e questões difundidas nos veículos de comunicação existentes na época.

Uma outra vertente do reconhecimento da liberdade de expressão no mundo se refere ao período do fim do Antigo Regime centralizado e absolutista, e início de um novo período com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão francesa no século XVII, e mais precisamente em 1789, através da suspensão do monopólio estatal, da censura prévia e das sanções. Na declaração, o cidadão tinha o direito de expor a opinião através da fala ou escrita, e quando necessário, respondia pelos abusos cometidos nos termos

previstos da lei (STROPPIA, 2010). Entretanto, não foi o que de fato ocorreu, e a burguesia continuou exercendo privilégios.

A luta pela liberdade de expressão no Brasil se inicia no século XIX quando portugueses trouxeram a primeira máquina de imprimir no ano de 1808. Em 1821, aspectos sobre a liberdade de expressão foram reconhecidas por lei que, mesmo assim, “o exercício desse direito ficou à mercê das alianças entre aquelas forças” (ROLIM, 2011, p. 31).

A imprensa se instaurou no século XIX no Brasil e, mais precisamente, com a publicação da Gazeta do Rio de Janeiro em 1808 devido às aberturas dos portos no país. Sodré (1999) afirma que exemplares do primeiro jornal com impressão realizada no país não eram gratuitos e continham notícias de atos oficiais. Como mencionado, a liberdade não existia em uma época marcada pelo fortalecimento do poder vigente. Barbosa (2013) afirma que, além de informações oficiais, a Gazeta disponibilizava relatos sobre comemorações na Europa e Portugal, bem como espaços para anúncios sobre serviços e vendas de mercadorias.

A situação entre o Reino do Brasil e o Reino de Portugal, como eram denominados, compreendia diversas decisões sobre a separação ou união dos países, até o resultado da proclamação de Independência em 1822. Antes, em 1821, configurava-se em uma luta para unir e mobilizar a população do Brasil para que não ocorresse o regresso ao regime de monopólio português e, para isso, necessitava-se de uma imprensa desenvolvida de forma autêntica para que pudesse incentivar a população. “É o momento em que a imprensa, recebendo os reflexos da realidade, influi sobre a realidade, porque atravessa a fase de liberdade. Trata-se de liberdade concedida; não de liberdade conquistada” (SODRÉ, 1999, p. 46)

A imprensa progride com a Independência do Brasil em 1822 e se torna importante para a compreensão política e social da época. Isso porque a época se destaca com os jornais clandestinos brasileiros, também chamados de pasquins, que divulgavam informações de cunho ideológico com a finalidade de posicionar a população e incentivar as mobilizações para diferentes causas. Devido à censura no Pará, cria-se a Junta Censora, que estabelece quais os locais que os jornais poderiam circular (SODRÉ, 1999).

Com interesse na emancipação, a Assembleia Constituinte Legislativa do Império do Brasil foi anulada em 1823 e “a Constituição outorgada em 1824 era clara no sentido de afirmar a liberdade de imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 169). Contudo, as informações disseminadas contra a ordem vigente eram penalizadas e causavam, muitas vezes, a

condenação e prisão de jornalistas envolvidos. O jornal Tifis Pernambucano foi responsável por apresentar um documento que salientava a necessidade da liberdade de imprensa, a admissão livre dos cidadãos às funções públicas e comentários sobre o trabalho dos escravos que não poderiam se vender e nem serem vendidos (SODRÉ, 1999). Diante disso, o ano de 1825 é marcado por um impulso liberal com o apoio da imprensa.

A década de 1830 demonstrou um grande aumento de exemplares e periódicos produzidos no Brasil e eram notórias as características políticas de cada um como, por exemplo, as diferenciações entre direita e esquerda. Era a partir dessas orientações que a imprensa se definia em: direita conservadora, composta pelos órgãos da imprensa áulica (absolutista); direita liberal, que combatia “os excessos do governo, mas também a pregação violenta da imprensa liberal de esquerda”; e esquerda liberal junto com jornalistas da época, que produziram um novo pasquim (SODRÉ, 1999, p. 111). Com a reestruturação do regime de governo, os jornais se renovaram e formaram pequenas empresas, tornando-se comerciais. A transição verificada no final do século XIX, ocupou-se em manter a “imprensa como fonte de lucros e de poder nas mãos da burguesia” (ROLIM, 2011, p. 40). Isto é, a liberdade de imprensa não tinha sido alcançada.

No Brasil, a imprensa do século XX foi classificada como uma atividade que visava ao lucro, e as dificuldades econômicas e técnicas impossibilitaram a expansão. Foi com o advento do rádio em 1922 e, posteriormente, em 1950 com a introdução da televisão no Brasil, que os meios de comunicação conseguiram ampliar a atuação no país. A década de 1980 compreende o período em que movimentos sociais ganharam notoriedade, e trabalhadores passaram a organizar rádios próprias, onde seria possível ir de encontro com o regime autoritário ainda vigente e propor novos rumos à população (ROLIM, 2011).

Inicialmente, o rádio foi resultado de uma transformação da radiotelefonia no país. As pessoas possuíam estruturas que possibilitavam a transmissão dos sons e ruídos individualmente e, em seguida, uma caixa fixa passa a fazer parte das reuniões familiares de maneira coletiva, uma vez que o som “migrava dos espaços públicos para os privados” onde todos os presentes poderiam ouvir o que era transmitido (BARBOSA, 2013, p. 218).

Os sinais sonoros sem fio eram captados através das antenas dos rádios e traziam para dentro das residências (ou para os mais diversos lugares públicos e privados) a oportunidade de comunicar por meio do invisível e somente audível. Ao se expandir, cria-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923 e começam a despontar outras emissoras no país. Segundo Barbosa (2013, p. 228), o rádio foi exemplificado como “vozes e ruídos

atravessavam, em ondas invisíveis, espaços que se adensariam a milhas de quilômetros de distância na casa de um desconhecido. Os sons, as conversas, a música que antes só podiam ser sentidos em presença, passaram a ser sentidos em ausência”.

Para Barbosa (2013), o regime político de Getúlio Vargas nomeado de *Estado Novo* (1937-1945) foi um período em que o rádio se desenvolve e novas emissoras foram instauradas no país. O hábito de ouvir o rádio atinge grande parcela da população pelo fato de os aparelhos ficarem ligados com volumes altos e por começarem a se tornar acessível financeiramente para todos. Em seguida, a década de 1950 principia a televisão, um meio de comunicação que se tornaria ainda mais popular.

A televisão passa a ser chamada de *caixa mágica* pela imprensa da época ao integrar a imagem e o som em uma única tecnologia. Vendida a preços altos a princípio, a televisão estava presente em poucas residências, as quais se tornariam um ponto de encontro para os então chamados *televizinhos* – pessoas que se reuniam em certos horários para assistir aos programas transmitidos na época. Assim, somente nas décadas seguintes “o mundo das práticas de comunicação dos anos de 1960/1970 coloca em cena novas significações para um público visto cada vez mais como povo, uma massa, uma sociedade como massa” (BABORSA, 2013, p. 286).

Embora a ideia inicial de imprensa tenha como significado o acompanhamento dos acontecimentos na sociedade e a motivação da manifestação do pensamento, tal época não é compatível com tal realidade. A liberdade de expressão corresponde à adoção de uma postura do cidadão que visa exteriorizar a opinião que deseja por meio de meios de comunicação, artes, ciências, religiões, ou de outras formas, então constata-se que “a liberdade de expressão está intimamente ligada à democracia” (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014, p. 250). Diante de uma ditadura instaurada no período de 1964 até 1985 no país, a censura aos meios de comunicação se torna notória.

A ditadura ocasionou a violência e fez com que a sociedade não se opusesse ao governo devido à elaboração de uma estratégia política que o legitimou. Foi através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que o governo de Emílio Garrastazu Médici organizou uma comunicação entre governo e sociedade. Por meio de ações de comunicação, a AERP persuadiu a sociedade, reprimiu direitos e manipulou meios de comunicação existentes. Questões como essas dificultaram a concretização da democracia, afinal, “um estado democrático de direito pressupõe uma sociedade com acesso a todas as informações, consciência crítica e liberdade para o verdadeiro exercício da cidadania” (NAPOLITANO; LUVIZOTTO; GONZALES, 2014, p. 259).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação e diante das veiculações de informações, a censura passa a fazer parte da realidade dos meios de comunicação no Brasil na década de 1970 e é marcada pela emergência da televisão como meio massivo. Os meios de comunicação se adaptaram à época diante dos impedimentos praticados pela censura. “O rádio fazia ecoar notícias, entretenimento, sonhos. A televisão construía um novo mundo. Os jornais populares assumiam lugar de destaque numa sociedade que vivia uma espécie de idílio com a comunicação analógica” (BARBOSA, 2013, p. 302).

Dessa forma, destaca-se o período da rádio para a disseminação de informações, dentre outros exemplos de meio de comunicação, devido a facilidade de adaptação e de linguagem. O manuseio da técnica se tornou viável para a população brasileira por causa das tecnologias bem desenvolvidas (ROLIM, 2011). Entretanto, essa facilidade foi pretexto para que órgãos governamentais se atentassem ao que estava acontecendo: diversas rádios foram criadas sem que houvesse limitações sobre conteúdos e modos de transmissões. Consequentemente, a época foi marcada por denúncias da própria população para impedir que essas rádios continuassem ativas, afinal, não existia viabilidade orçamentária para que a polícia federal ou o Ministério das Comunicações controlassem as emissões clandestinas (ROLIM, 2011). Estudantes, professores e profissionais da área lutaram contra a repressão junto aos movimentos sociais da época em prol dessas rádios, pois a intenção era legalizar as emissoras comunitárias e livres. “Assim, enquanto o direito à comunicação se relaciona com a lógica comunicacional dos movimentos sociais, o direito à informação está próximo das lógicas do capital e do Estado (ROLIM, 2011, p. 135).

A regulamentação da radiodifusão local por entidades sem fins lucrativos foi designada à Câmara dos Deputados em 1996 e, no ano posterior, criou-se o Ministério das Comunicações. Todavia, Rolim (2011, p. 141) afirma que o oligopólio prevalece pelo fato de que “a forma jurídica protege as relações sociais dominantes”, e afeta pequenos grupos de interessados em lutar pelas relações sociais menos favorecidas.

Lima (2011) expõe as cinco principais características dos meios de comunicação no Brasil vigentes no século XXI; salienta-se que os termos meios de comunicação, imprensa e mídia se alternam no decorrer do texto com base na fundamentação teórica utilizada.

A primeira é nomeada *Trusteeship model*, vigente desde a década de 1930, quando o Brasil optou por exercer uma função privada comercial. Em relação à regulação de rádio e televisão brasileira, esta baseou-se no modelo dos Estados Unidos, no qual a União se

responsabiliza pela “exploração de um serviço, que é delegado para administração e operação de terceiros”. Nessas condições, a maioria das rádios e televisões brasileiras são concessões públicas (LIMA, 2011, p. 28).

O *no law* seria uma segunda característica da mídia brasileira, a qual é marcada pela falta de regulação da área e causadora da propriedade cruzada do sistema no país. Isso ocorre por causa de um grupo possuir tanto um emissora de rádio quanto de televisão. Segundo Lima (2011, p. 29), o decreto-lei 236/1967 seria o documento brasileiro mais próximo para designar os “limites para o número de concessões de radiodifusão que um mesmo grupo privado poderia controlar” e, apesar disso, os limites não são obedecidos. A consequência da falta de regulação à propriedade cruzada ocasiona o oligopólio da mídia brasileira.

Como exemplo de regulação da mídia no exterior baseada em leis, a Empresa Brasil de Comunicação – EBC ([201-]) destaca os Estados Unidos que desde 1934 possuem o Órgão Fiscalizador *Federal Communications Commission (FCC)*; a França desfruta do *Conseil Supérieur de l'Audiovisuel (CSA)* desde 1982; o Reino Unido usufrui do *The Office of Communication (OFCOM)* para regulação de audiovisuais desde 2003 e para jornais e revistas desde 2013; Portugal a partir da *Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)* desde 2005, a qual está contemplada no tópico 2.4 deste capítulo; e o mais recente seria a Argentina, que em 2009 passou a ser regulada pela *Autoridade Federal dos Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA)*.

A terceira característica se refere à oligarquia política e familiar, isto é, alguns grupos familiares com grande poder aquisitivo controlam a mídia, e outros também estão inseridos na política do Brasil. O coronelismo eletrônico foi o nome dado à “prática política onde o poder concedente do serviço público de radiodifusão muitas vezes se confunde com o próprio concessionário” (LIMA, 2011, p. 30). Compete ao Estado a formulação de políticas públicas para concessões de radiodifusão. Nesse caso, o processo de radiodifusão se inicia no Poder Executivo e, especificamente, no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que possui as seguintes competências: as políticas nacionais de telecomunicação e radiodifusão; os serviços postais, telecomunicações e radiodifusão; as políticas para pesquisa científica, tecnológica e de incentivo à inovação; entre outras atividades ligadas ao desenvolvimento da informática, automação, articulação entre governos, e políticas sobre biossegurança, espaciais e nucleares (MCTIC, 2019).

As Igrejas seriam a quarta característica, pois estão à frente de programações vespertinas da TV aberta, na mídia impressa e na radiodifusão. Segundo dados disponibilizados por Mourão (2016, p. 1), constatou-se que a programação religiosa da televisão brasileira totaliza 21%, e o gênero religioso dentro da grade de programas oferecidos por cada uma aparece com as seguintes porcentagens: “Band (16,4%), CNT (89,85%), Globo (0,58%), Record (21,75%), Rede TV! (43,41%), SBT (0%), TV Brasil (1,66%), TV Cultura (0,69%) e TV Gazeta (15,80%)”. Todavia, essas transmissões não são diversificadas, e possuem uma característica motivada pelo interesse político e econômico do país, que resulta no predomínio de Igrejas católicas e evangélicas. Como exemplo, as religiões afrodescendentes não possuem espaço na mídia brasileira e não são beneficiadas com o que é transmitido pelos canais citados.

Por fim, a quinta e última característica compreende a hegemonia de um grupo privado na mídia brasileira. Para exemplificar, estima-se que sessenta por cento das verbas publicitárias são restritas às Organizações Globo (LIMA, 2011). Um estudo recente do Mídia Dados (2018) ressalta as concentrações do setor televisivo aberto nos municípios brasileiros: a Rede Globo alcança 98,3%; o SBT 88,1%; a Record 78,1%; a Band 63,9%; a Rede TV! 56,7%; e as outras emissoras não alcançam mais que dez por cento.

É evidente o problema da concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil. O Estado é responsável pela dificuldade em determinar políticas de comunicação coerentes para os meios de comunicação. Com grupos controlados por poucos e amparo da Constituição para a prática nomeada de coronelismo eletrônico, “chegou-se ao absurdo de que parlamentares votam as renovações de concessões das quais são os próprios concessionários” (LIMA, 2011, p. 32).

Em relação à comunicação como lei, a Constituição de 1988 apresenta o capítulo designado à Comunicação Social, o qual proporcionou um processo de participação política e cidadã brasileiro ao afirmar que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 129). Ainda assim, a democracia brasileira possui indícios de uma herança autoritária. Diante disso, as “noções como direitos, cidadania e até mesmo democracia passam por disputas de sentido, que não se referem apenas a uma questão retórica, mas impactam no modo como a política é exercida” (STEVANIM, 2017b, p. 33).

A mídia de forma democrática se torna fulcral para que seja possível exercer os direitos políticos da cidadania. Entretanto, com o coronelismo eletrônico, “mantém-se o distanciamento entre as emissoras e a sociedade no que se refere ao direito de construir meios efetivamente voltados à construção da cidadania” (MELLO, 2015, p. 44). Isso acontece uma vez que o conceito de coronelismo eletrônico corresponde a uma prática ilícita no qual os interesses do Estado e de grupos privados ou políticos possuem vantagens nas concessões de rádio e televisão brasileiras (LIMA, 2011). Isso passa a prejudicar o exercício da cidadania, o qual assinala que o cidadão deve contar com o direito à comunicação.

O direito à comunicação perpassa pelo exercício da cidadania. Dito isso, fundamentada na cidadania inglesa desenvolvida por Marshall (1967), a noção de cidadania foi dividida em três partes complementares: civil – referente ao princípio da liberdade individual de locomoção, imprensa, pensamento e fé, e o direito à propriedade, contratos e justiça inseridos no século XVIII; política – relativa ao direito à informação, e como membro ou eleitor político no século XIX; e social – na qual o preceito básico seria a justiça social, em que o cidadão possui o direito ao bem-estar econômico e o direito de participação no século XX. Com isso, Marshall (1967, p. 76) afirma que “a cidadania é um status concedido aquelas que são membros integrais de uma comunidade” e todos devem respeitar os direitos e obrigações.

A adaptação dessas dimensões da cidadania propostas por Marshall para a sociedade contemporânea foram sugeridas da seguinte forma por Lima (2011, p. 220): civil – corresponde ao direito civil exercido pelo Poder Judiciário; política – diz respeito ao direito à informação e participação política, tendo em vista partidos políticos consolidados que possibilitem o acesso à mídia policêntrica – múltipla e plural - que “deve informar e formar uma opinião pública autônoma”; social – garantida pelo poder Executivo e Legislativo, deve providenciar a participação através dos direitos à educação, saúde, empregabilidade e comunicação. Nesse contexto, reafirma-se que:

O direito à comunicação perpassa as três dimensões de cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil – liberdade individual de expressão – em direito político – através do direito à informação -, e em direito social – através do direito a uma política pública garantidora do acesso do cidadão aos diferentes meios de comunicação (LIMA, 2011, p. 220).

O direito à informação corresponde a um direito autônomo frente à liberdade de expressão e, compreende-se que o emissor possui a liberdade de informar e o destinatário pode se informar e também ser informado. Em outros termos, Stroppa (2010, p. 71) afirma

que “o direito ou liberdade de informação não encerra apenas um direito, antes, compreende o direito de informar, de se informar e de ser informado”.

O Brasil é um dos países que possuem uma grande concentração de mídia na mão de poucos proprietários devido às lacunas da Constituição, além de ter, muitas vezes, um proprietário para diversos meios de comunicação, o que origina a propriedade cruzada (DEMARCHI; KERBAUY, 2018; LIMA, 2011). A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, conhecida também como CONFECOM, realizada durante quatro dias no mês de dezembro de 2009 com o tema *Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital* gerou debates. O evento teve suma importância ao possibilitar discussões sobre a regulação do setor de comunicação no Brasil, e contou com a presença de delegados, movimentos sociais, empresários de comunicação e telecomunicações, e do governo. As discussões da conferência foram reunidas dentro de um pouco mais de seiscentas propostas que deveriam “servir de referência para o apoio e/ou apresentação de projetos de regulação do setor de comunicações no Congresso Nacional” (LIMA, 2011, p. 42).

O acesso aos debates e propostas criadas durante o evento foi disponibilizado no Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (COMUNICAÇÕES, 2010) e no Caderno de Propostas Aprovadas, onde ocorreu a sistematização da plenária final das propostas aprovadas por consenso e das propostas aprovadas com índice superior a 80% (CONFECOM, 2009). Com uma vertente inovadora sobre o tema proposto, o caderno da Conferência apresentou o objetivo de alcançar uma sociedade democrática diante das transformações ocasionadas pela internet. Para os debates da Conferência, criaram-se três eixos sistematizados em: I. Produção de Conteúdo – cinco grupos temáticos abordavam assuntos referentes à produção e distribuição de conteúdo, fiscalização e finanças; II. Meios de Distribuição – cinco grupos temáticos reuniam propostas sobre televisão aberta, mídias comunitárias, internet, órgãos reguladores e tributos; III. Cidadania: Direitos e Deveres – cinco grupos temáticos contemplavam assuntos como a “democratização da comunicação, participação social na comunicação, liberdade de expressão”, entre outros (COMUNICAÇÕES, 2010, p. 14).

Contudo, somente uma edição da Confecom foi realizada até hoje – agosto de 2020. A época em que se realizou a Conferência indicou a intenção de atualizar as leis do campo da radiodifusão no país. Nota-se, atualmente, que a agenda do marco regulatório não se desenvolveu e as discussões se restringiram aos movimentos sociais que lutam por essa causa e também através de debates realizados na internet e redes sociais. Foram 633

resoluções aprovadas na Conferência, as quais não foram implementadas. Demarchi e Kerbaux (2018, p. 88) afirmam que os temas abordados compreendiam a fiscalização sobre o financiamento e obrigações das “emissoras, a criação de políticas para não criminalizar as rádios comunitárias, o estímulo à produção de conteúdo nacional e independente, e a imposição de limites na afiliação entre emissoras”. Ainda que a conferência apresentasse diversas resoluções benéficas para efetivação de políticas públicas do setor de comunicação no país, tanto o governo como a grande mídia silenciaram a Confecom naquele período (DEMARCHI; KERBAUX, 2018).

A dissertação intitulada *Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação: da Confecom ao projeto de lei da mídia democrática (2009-2013)* resalta as entidades que estão inseridas no cenário das políticas de comunicação do Brasil. Mello (2015) apresenta três entidades que possuem a democratização da comunicação como pauta no período da Confecom até o lançamento do Projeto de Lei da Mídia Democrática de 2013: CUT – Central Única de Trabalhadores e também responsável pela coordenação geral do FNDC; FENAJ – Federação Nacional dos Trabalhadores, que compõe a coordenação de políticas públicas do FNDC; e MST – Movimento dos trabalhadores Sem Terra, que possui relações de parceria com o FNDC, embora não seja associado como os anteriores. Mello (2015, p. 116) afirma que a luta realizada pelos movimentos sociais tornou a democratização da comunicação “mais fluida, propositiva e popularizada”.

Os meios de comunicação possuem forças que podem ocasionar mudanças dentro de governos e a respeito de quem trabalha nele. Entretanto, a dificuldade de inserção e disseminação de informações a respeito disso reflete a atual problemática da área no país (KUCINSKI, 2011). Com o passar do tempo, a mídia pode estimular duas vertentes políticas: o bem e o mal. O lado do bem corresponde à denúncia de abusos de poder dentro dos governos e à efetivação da democracia, como ocorrera no Brasil no século passado, a exemplo da campanha disseminada na mídia de Carlos Lacerda sobre o envolvimento do segurança pessoal do então presidente Getúlio Vargas na morte de Rubens Florentino Vaz. Esse lado positivo coopera com a legitimação dos meios de comunicação perante a democracia. Já o outro lado, do mal, refere-se à possibilidade da queda de um governo eleito democraticamente para dar lugar a um governo militar autoritário, desfavorecendo a democracia e estimulando o abuso de poder. Destaca-se o exemplo do Chile em 1973, sobre o apoio exercido pela grande mídia no caso da ditadura militar chilena (1973-1990). Para isso, a mídia “derrubou o governo democraticamente eleito de Salvador Allende” e a ditadura de Pinochet foi sucedida após esse acontecimento (KUCINSKI, 2011, p. 9).

Práticas como essas demonstram o grande poder que os meios de comunicação apresentam na sociedade contemporânea.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC, 2012, p. 1) possui importância no tema apresentado sobre a democratização da comunicação no Brasil. Criada em 2007, a missão da empresa era “criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas”. Na mesma época, criou-se a TV Brasil, a qual fora gerenciada pela EBC. Todavia, o ano de 2016 é marcado por um retrocesso para o tema da democratização do Brasil quando o presidente interino Michel Temer pôs fim ao Conselho Curador da EBC, local onde se debatia a comunicação pública no país sem que houvesse pautas com perspectivas comerciais (CONSELHO, 2016).

O artigo de Stevanim (2017a) evidenciou alguns embates enfrentados pela EBC. A EBC, empresa de comunicação pública, objetivava a aproximação da radiodifusão pública e o Estado, e a “instância que garantia o caráter público e não estatal à natureza da EBC era o Conselho Curador, com 15 integrantes oriundos da sociedade civil” (STEVANIM, 2017a, p. 95). O conselho era uma instância plural mesmo que não representasse o que os movimentos em prol da democratização da comunicação aspiravam sobre a radiodifusão pública do país. Impasses e restrições foram provocados pelo governo, que transformou a estrutura dos canais públicos e estatais do país e, em abril de 2019, unificou o canal público TV Brasil e o estatal NBR, originando um único canal sem autonomia, participação ou independência editorial (FNDC, 2019). Com isso, ressalta-se a falta de espaço para a participação da população na definição da programação das emissoras públicas. A reestruturação da EBC com foco na divulgação de notícias sobre o atual governo e que incentivam a reflexão social saíram do ar, medidas que prejudicam a liberdade de expressão prevista nos princípios da democracia (FNDC, 2019).

A unificação da TV Brasil com a NBR, noticiada em 10 de abril pelo FNDC (2019) declara que um canal público se juntará com um estatal, ocasionando a violação do artigo 223 da Constituição Federal. Desde a Confecom (2009), o eixo temático de meios de distribuição destacava o projeto de lei que proibia monopólios e oligopólios, previsto no art. 220 da Constituição, bem como a regulamentação do art. 223 definindo o sistema público, privado e estatal:

O primeiro deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetido a controle social. O segundo deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial ou não comercial. O terceiro deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação (CONFECOM, 2009, p. 27).

Diante dessas constatações e notícias sobre a democratização da comunicação, os impasses ocasionados pelos sistemas de comunicação concentrados, excludentes e elitistas são criticados pelos movimentos sociais, e questionam sobre reestruturações “no modelo de regulação do Estado e sobre a insuficiência do modelo democrático representativo no atendimento de suas demandas.” (BARROS, 2014, p. 129).

A partir da apresentação da cronologia dos órgãos de comunicação e dos processos históricos da democratização da comunicação, a seguir, dissertamos sobre os movimentos sociais em prol da democratização da comunicação no Brasil.

2.3 Movimentos sociais em prol da democratização da comunicação no Brasil

Os movimentos sociais tiveram um papel de destaque perante os processos históricos sobre a democratização da comunicação. Para esta parte, as pesquisas em bibliografias diversas e em estudos científicos foram realizadas, as quais abordaram os desdobramentos da democratização da comunicação no Brasil. Com isso, reconhecemos que o que foi discutido anteriormente fornece embasamento teórico para esta parte do estudo, bem como para a compreensão dos movimentos que atuam de forma crítica na sociedade contemporânea em prol dessa demanda específica e do exercício da cidadania.

Segundo Lima (2011, p. 225), “no mundo contemporâneo, a mídia se constitui em condição para a existência efetiva dos direitos políticos”. A cidadania, por sua vez, pode contribuir ao efetivar o direito à comunicação através de políticas públicas de comunicação para a transformação do sistema, diminuindo o poder vigente.

Embora não se possa reduzir a realização plena dos direitos humanos às ordenações jurídicos-contratuais, uma das condições para o avanço da cidadania entre nós é a implantação de políticas públicas de comunicação que garantam a consolidação do direito à comunicação para todos os brasileiros (LIMA, 2011, p. 227).

Destarte, com a vigência do Estado democrático no final do século XX, os movimentos sociais assumiram o papel de ator político “pela importância reconhecida

como portador legítimo e representante dinâmico de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil” (MACHADO, 2007, p. 259). O combate à existência do coronelismo midiático presente no país passa a ser uma das atribuições dos movimentos, pois é devido ao coronelismo que se compromete “a liberdade de expressão, o direito ao acesso à informação e o direito de fiscalizar e controlar o exercício do poder estatal” (INTERVOZES, 2015, p. 38).

As mudanças comunicacionais surgem no final de 1980 por causa das variedades tecnológicas proporcionadas pelas redes de computadores, e por promover novas formas de sociabilidade e disseminação de informações. Para o exercício de uma comunicação democrática, propõe-se o pluralismo informativo, que procura reunir aspectos quanti-qualitativos. Ou melhor, o pluralismo quantitativo corresponde a uma quantidade de informações resultante de diversos meios de comunicação, e que deve ser incorporado ao pluralismo qualitativo, ao reunir conteúdos com opiniões e fontes diversificadas. “Portanto, uma comunicação democrática não se contenta com a existência de um fluxo de informações, mas requer a configuração de um pluralismo informativo como meio para garantir a livre formação da opinião pública” (STROPPIA, 2010, p. 137).

Na presença dessas alterações, destaca-se “a informatização das redações dos jornais diários”, a qual acarretou alterações na área do jornalismo (BARBOSA, 2013, p. 339). Esse exemplo é importante para relatar uma questão existente na sociedade contemporânea: a rapidez do acesso à informação. Como mencionado por Stroppa (2010), o contexto de uma comunicação democrática se faz a partir de um pluralismo informativo. Os conteúdos oferecidos pelos meios de comunicação podem ocasionar a informação e a desinformação no cidadão, e esta segunda questão se refere ao fato da disponibilização em rede para grande parcela da população, a qualquer momento e sem custos adicionais para os leitores. Segundo Barbosa (2013, p. 343), a possibilidade de inserir na “rede dados errôneos, calúnias, difamações, informações truncadas, erradas” é existente. Desta forma, o fato de ter acesso não é sinônimo de ter conhecimento.

Foi através dos sentidos de participação e organização da população que se originou o conceito de sociedade civil durante o período de transição democrática no Brasil. Esse conceito define a reunião de atores heterogêneos com autonomia para atuar em prol de problemas sociais, políticos e culturais. Segundo Gohn (2013), a prática desses membros na sociedade civil - nomeados como ONGs, movimentos sociais, entre outros - ocasionou o aumento no número de atores sociais na década de 1990, ressignificando a cidadania: “surgem novas facetas à cidadania tais como o exercício da civilidade, o

compromisso e a responsabilidade social do cidadão como um todo” (GOHN, 2013, p. 303). Com isso, através da ideia de que a cidadania plena deve ser ativa e praticada por todos os membros da sociedade, ela deve contemplar a participação dos indivíduos na esfera pública e no exercício de direitos.

As conquistas dos direitos sociais e da cidadania implantadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atual legislação do Brasil, tiveram a colaboração dos movimentos sociais. O surgimento dos movimentos sociais após a Constituição é estimulado pela cidadania, e o potencial de legitimação das ações reivindicatórias para a sociedade foi possível pelo fato de os movimentos sociais passarem “a desempenhar importantes papéis como catalisadores de demandas sociais não contempladas pelo Estado” (MACHADO, 2007, p. 256). A democratização se tornou um ponto essencial para os movimentos sociais, bem como os movimentos sociais se tornaram fundamentais para a democracia.

Assim, o movimento Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) iniciou as discussões sobre a democratização da comunicação no país notadamente um pouco antes da Constituição, em julho de 1984. Souza (1995) apresenta que a organização do movimento abarcava 45 entidades e 27 parlamentares, mas foi interrompido devido à instalação da Nova República e, por fim, desarticulou-se. A rearticulação acontece em 1987 com o apoio da FENAJ, entretanto, a Frente enfrenta dificuldades e a escassez de recursos financeiros naquela época. Foi a partir dos incentivos da Frente que os artigos de 220 à 224 – os quais são considerados neste estudo – foram direcionados à comunicação e inseridos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e, também, “aprovado a instituição do Conselho Nacional de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional com representação obrigatória de entidades representativas da sociedade civil” (SOUZA, 1995, p. 14).

Diante de mudanças ocasionadas por movimentos desde o início da década de 2000, os acontecimentos são registrados via celulares, tablets e outros dispositivos digitais para armazenamento e disseminação de conteúdos por todos os cidadãos. Como exemplo, Machado (2007) resgata o protesto da rede MoveOn.org, organizado em Nova Iorque contra o ataque ao Iraque em 2003. Bittencourt (2014) enfatiza a divulgação de conteúdo audiovisual das explosões no ano de 2004 no metrô de Madrid, na Espanha. Castells (2013) cita o episódio de Mohamed Bouazizi na região da Tunísia, que ocasionou um espaço híbrido de conexão contra a censura e opressão na região árabe. No Egito, diante das ações online e offline dos movimentos sociais, houve alterações nas relações

de poder entre os excluídos do sistema político e o Estado. Já os indignados na Espanha lutavam por uma democracia representativa e, nos Estados Unidos, o entusiasmo foi em Wall Street – maior distrito financeiro dos EUA – por uma democracia independente do poder do dinheiro numa época permeada pela crise imobiliária.

O Brasil compõe o panorama das mobilizações a partir do uso da internet pelos movimentos sociais, com destaque para junho de 2013. O movimento intitulado *Passe Livre* objetivava demonstrar a mobilidade como um direito social e que todos os cidadãos deveriam ter acesso ao transporte público. Nessa ocasião, as redes sociais digitais apontaram o início de mobilizações que, posteriormente, inseram-se nas ruas, ocasionando a reunião de grupos de comunicação online independentes que passaram a requisitar, também de maneira offline, melhorias na área da educação, saúde e segurança (CASTELLS, 2013). À vista disso, o cenário da participação social e do associativismo se alterou nessa ocasião ao ir de encontro com as políticas sociais vigentes por meio da força dos jovens nas ruas (GOHN, 2019).

A horizontalização da comunicação proporcionou uma comunicação multidirecional e interativa: multidirecional pelo fato do grande alcance dessa tecnologia, e interativa por proporcionar ferramentas que aproximam e mobilizam cidadãos ao utilizarem esses meios de comunicação. Qualidades como essas citadas vão ao encontro do questionamento de Castells (2003, p. 277) ante à interação entre internet e movimentos sociais: “o que confere uma especificidade à mobilização social a partir do fato de que se realize através da internet?”. A resposta do autor é fundamentada com base na crise das organizações tradicionais vivenciadas na contemporaneidade, na possibilidade de reforçar rapidamente os valores e também devido a uma conexão global-local, na qual projetos locais são desenvolvidos a partir de projetos globais que fomentam as mobilizações (CASTELLS, 2003).

Mattos (2013, p. 32-33) destaca que a tecnologia digital possui processos que disseminam notícias, contemplam sistemas e redes interativas com linguagens que transmitem em “uma mesma mensagem áudio, texto, fotos, vídeos e gráfico interativos pelo mesmo método, facilitando o sistema de busca da informação”. Essa definição de linguagem interativa é utilizada neste estudo para uma das categorias da análise de conteúdo escolhidas para as fanpages dos dois movimentos sociais.

Diante dessa reconfiguração dos meios de comunicação, a mudança política, social e cultural ocorrida nos últimos tempos sugere características oriundas da sociedade da informação, considerada sinônimo de sociedade do conhecimento e sociedade pós-

industrial, quando se refere às mudanças tecnológicas em prol da disseminação de informações independente do tempo e do espaço. Além da internet, a sociedade está vinculada ao uso de novos recursos tecnológicos, nomeados de tecnologias de informação e comunicação (TIC) e servem para comunicar e interagir, afinal “ela está em todos os lugares e a qualquer tempo curtindo e se engajando em manifestações, discussões, ações e movimentos de toda natureza” (WEISS, 2019, p. 207).

As TIC, muitas vezes, utilizam a internet para estreitar relacionamentos e aumentar o fluxo de informações. Weiss (2019, p. 208) afirma que existe uma “vasta quantidade de informações e conhecimentos disponíveis na internet, acessíveis de forma rápida e fácil por meio de mecanismos de busca e hyperlinks”. Ademais, é necessário destacar que a primeira geração da web não comportava a interação dos usuários e se mostrava estática. Não existia meios para que o usuário se relacionasse com o que era transmitido na tela digital. Foi durante a segunda geração da web que a participação política e social do cidadão se intensificou com o uso dessas tecnologias.

O serviço online é responsável por ampliar as possibilidades técnicas de disseminação de conteúdos, e “potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e de circulação de informações” (PRIMO, 2007, p. 1). A utilização dessa segunda geração da web possibilitou a interação dos usuários e a conexão de pequenos grupos potencializou os efeitos. Segundo Primo (2007, p. 3), esse desenvolvimento trouxe benefícios, pois “enquanto o modelo massivo foca-se no centro, a Web 2.0 fortalece as bordas das redes”.

Considerando o atual papel da mídia para os cidadãos, estima-se a conveniência da criação de políticas e estratégias de *Alfabetização Midiática e Informacional* (AMI) para o exercício da cidadania e para promoção igualitária à informação e ao conhecimento. No mundo digital atual, a dificuldade “é desenvolver políticas que permitam o equilíbrio entre dois objetivos que, de certa forma, são conflitantes: maximizar o potencial das mídias e novas tecnologias de informação e minimizar os riscos associados” (CARLSSON, 2016, p. 8). Embora as redes sociais digitais possibilitem novas oportunidades de atuação cidadã, essa nova tecnologia provoca questões relacionadas à segurança, integridade e privacidade. No caso de ausência da AMI, acredita-se no aumento da desigualdade associada a quem possui ou não acesso à informação, à mídia, e entre quem exerce ou não a liberdade de expressão:

As políticas e as estratégias da AMI são necessárias porque permitem que as pessoas adquiram competências para se defender de culturas dominantes e criar os próprios efeitos contrários a elas, ao compartilhar suas histórias por meio de discussões e engajamentos criativos e, dessa forma, proteger a diversidade cultural, o multilinguismo e o pluralismo (GRIZZLE *et al.*, 2016, p. 13).

A inserção da AMI em ambientes formais e não formais pode beneficiar, segundo Grizzle *et al.* (2016), a participação dos cidadãos e a atuação para com o governo, em sistemas de mídia e informação, e em instituições. Isso porque amplia o conhecimento e o aprendizado do cidadão, estimula a compreensão de direitos e propicia o diálogo entre diferentes culturas e faixas etárias. Segundo Grizzle *et al.* (2016), os locais que possuem políticas de AMI com consenso entre os atores correspondem a: Índia, Argentina e Europa.

Dessa maneira, a utilização das redes sociais digitais pelos movimentos sociais simboliza parte da busca pelo processo democrático de comunicação por disseminar conteúdos através do uso da internet, bem como incentivar a participação de cidadãos no âmbito da criação e consumo de conteúdo. Esses espaços se tornaram um aliado para os movimentos sociais devido aos usos que redes de cidadãos passaram a fazer deles e, para Bittencourt (2014, p. 60), os movimentos em prol da democratização da comunicação objetivam o crescimento desses espaços para “produção, circulação e consumo de conteúdos midiáticos”.

Em contrapartida, o acesso à internet não é universal para a população brasileira. A partir de dados de 2018 da pesquisa *TIC Domicílios* (2019), 30% dos domicílios brasileiros localizados na área urbana não possuem acesso à internet, e em relação a área rural, a proporção sobe para 56%. No que diz respeito a classe social incluída digitalmente, a desigualdade de acesso é ainda maior: classe A e B possuem mais de 94% de acesso, enquanto C alcança 76%, e DE abarcam apenas 40%.

O cenário muda um pouco na pesquisa sobre os dados de 2019 da *TIC Domicílios* (2020). Em relação aos domicílios localizados na área urbana a soma é de 25% sem o acesso à internet e de 48% na área rural. A classe social incluída digitalmente não sofre grandes alterações: classe A e B atingem mais de 95% de acesso, C obtêm 80% e DE contabilizam 50%.

Esse cenário comparativo entre os anos de 2018 e 2019 demonstra que não é toda a população que tem acesso à internet e isso inviabiliza a proposta do Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/14, inserida em: “Art. 4º A disciplina do uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção: I - do direito de acesso à internet a todos” (BRASIL, 2014).

No tocante à maneira que os usuários utilizam a internet, surgiram alterações inéditas na legislação brasileira com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a qual modifica a maneira como organizações públicas e privadas utilizam as informações pessoais de cidadãos brasileiros inseridas até mesmo nos meios digitais (BRASIL, 2018). Ao encontro disso, Said (2020) afirma que a Medida Provisória editada pelo atual governo do país, que adia o início dessa legislação para maio de 2021 foi suspensa, e a legislação entrará em vigor assim que a MP for sancionada.

Weiss (2019, p. 206) chama de sociedade sensoriada aquela que dispõe de redes de colaboração entre atores sociais que estão em localizações distintas e se focam nas possibilidades oriundas das tecnologias de comunicação e informação. Acredita-se que o uso das TIC intensifique o desenvolvimento econômico e a participação na sociedade, “desde que esteja presente um arcabouço legal capaz de proteger os direitos a liberdade de expressão, liberdade de informação e um ambiente regulatório de proteção à privacidade”.

Dessa forma, nota-se o surgimento de novas práticas comunicacionais no caso específico dos movimentos sociais contemporâneos. O espaço mediatizado transformou a visibilidade dos movimentos resultante das possibilidades de produção, divulgação e acompanhamento de conteúdo. Segundo Castells (2003, p. 287), “a internet é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação”. Entretanto, é necessário ter cautela quando se fala em planejamento de comunicação para movimentos sociais, pois “uma vez que a excessiva preocupação com o planejamento acarreta um risco de cristalização dos movimentos, institucionalizando-o e burocratizando-o a ponto de impedir a vinculação espontânea dos indivíduos” (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 29). O dinamismo ocasionado por causa de desejos e interesses dos cidadãos não deve ser interferido por uma atividade previamente organizada dentro das redes sociais digitais. Assim, a atuação online dos movimentos em prol da democratização da comunicação pode se tornar um componente relevante para a democracia no país.

A fim de exemplificar em um outro contexto o percurso feito neste capítulo sobre a democratização da comunicação no Brasil, apresentamos, a seguir, a trajetória histórica da regulação da comunicação social portuguesa.

2.4 Regulação da comunicação em Portugal

Conforme proposto por Cunha (2013), esse tópico visa à diversificação dos enquadramentos teóricos e metodológicos entre os espaços ibero-americano e lusófono. Os resultados permeiam novas perspectivas para a ampliação da democracia brasileira, para o tema da comunicação e para os movimentos sociais contemporâneos. Portanto, as contribuições coletadas durante a realização desta pesquisa *in loco*, em outro contexto fora do ambiente nacional, foram fundamentais para a compreensão das ações praticadas pelos movimentos sociais de outro país e para o amadurecimento do conhecimento científico.

Portugal preza pela qualidade da mídia democrática e possui respaldo da regulação da Comunicação Social proposta na Constituição da República Portuguesa de 1976. Desde quando foi decretada, ocorreram mudanças relacionadas às entidades que abarcam o sistema midiático e os modos de funcionamento. Nesse sentido, esse subtópico apresenta pontos históricos da Regulação da Comunicação em Portugal em que se destaca, especificamente, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) como uma estrutura organizada no cenário da regulação midiática portuguesa.

A história de Portugal é marcada por momentos importantes relacionados à área comunicacional europeia. Carvalho, Cardoso e Figueiredo (2005, p. 23) retomam a importante função da difusão de ideias exercida pelos primeiros livros europeus, os quais foram fomentados através da invenção tipográfica de Gutenberg em 1456. Os livros foram impressos no final do século XV em Portugal e, em seguida, o país sofreu com o “regime de censura prévia eclesiástica”. Nesse período, como exemplo, Portugal se deparou com a dificuldade de circulação de *Os Lusíadas* em 1584, e de obras de Gil Vicente no ano de 1586. Posteriormente, os periódicos aparecem durante a Guerra com a Espanha em 1640, e foram nomeados como *Gazetas da Restauração* e *Mercurio Portuguez*. O final do século XVIII provoca a disseminação de ideias iluministas como a liberdade econômica e política com destaque para a liberdade de imprensa.

A Revolução Liberal ocorreu no dia 24 de agosto de 1820 e foi marcada por um movimento em prol da liberdade de imprensa em Portugal que, até então, tinha um número restrito de periódicos. Carvalho, Cardoso e Figueiredo (2005) afirmam que nessa época houve um grande aumento na quantidade de periódicos que circulavam no país, e somente em 1866 foi instituída uma lei que extinguiu as restrições impostas e prejudiciais ao desenvolvimento da imprensa.

Posteriormente, o ano de 1890 traz um novo desafio para a imprensa portuguesa, pois passa a sofrer com os controles de conteúdo jornalístico. Profissionais foram presos e diversos periódicos foram suspensos e, os que restaram, eram proibidos de disseminar assuntos que não eram interessantes para a monarquia. Assim, em “1907, atribuiu-se competência aos governadores civis para apreenderem e suspenderem jornais que atentassem contra a ordem ou segurança pública” (CARVALHO; CARDOSO; FIGUEIREDO, 2005, p. 35). A intenção de instaurar um regime ditatorial acabou por restringir ainda mais a liberdade de imprensa. Diante disso, a consequência foi a permanência do governo autoritário de Salazar de 1933 até 1974. A liberdade de imprensa foi extinta em 1936 a partir de medidas preventivas e demasiadamente repressivas para a sociedade.

A data de 25 de abril de 1974 demarca o término da ditadura, a extinção da censura após um longo período de tensões políticas e as ações promovidas pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Varela, Paço e Alcântara (2014, p. 213) descrevem a ação social provocada pelos cidadãos que gritavam morte ao fascismo perante “o apelo dos militares que dirigiam o golpe que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa”. Ocorreu, nessa data, a abertura das prisões para libertação dos presos políticos e o desmantelamento da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Em relação à comunicação, o Decreto-Lei n.º 281/74, instituído em junho, compõe uma comissão para controlar a imprensa, rádio, televisão e cinema do país. A época destaca um forte poder político que cria recursos reguladores para o setor da Comunicação Social (SANTO, 2007). Criam-se, então, entidades reguladoras que visam colaborar com a independência e qualidade dos meios de comunicação.

A Constituição da República Portuguesa foi estruturada em 1976 e recuperou os direitos dos cidadãos. Entretanto, por ser relativamente recente, Santo (2007, p. 58) afirma que “a independência dos meios de comunicação social assume relevo constitucional”. Costa e Silva, Fidalgo e Souza (2011) afirmam que a regulação da comunicação em Portugal garante a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e os direitos individuais para os portugueses.

Ademais, Costa e Silva, Fidalgo e Souza (2011) declaram que a regulação dos meios de comunicação social portugueses também objetiva a defesa dos interesses públicos da sociedade, e a disponibilização de meios de comunicação para atender e reduzir a exclusão social. Entretanto, os autores enfatizam que a legislação portuguesa não acompanha as mudanças sociais, econômicas e culturais da sociedade

contemporânea. Em relação à cidadania, nota-se um espaço reduzido no campo das regulações e o abarcamento apenas sobre o direito de resposta na legislação portuguesa. Destarte, “no campo da cidadania e da participação, há ainda muito terreno para desbravar em Portugal, sendo que a educação para os media e a capacitação dos cidadãos é o desafio que poderá cumprir o desígnio de uma regulação mais participada” (COSTA E SILVA; FIDALGO; SOUSA, 2011, p. 93).

A partir desses elementos, cita-se o órgão regulador português: a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), criada no dia 8 de novembro de 2005 com base na lei nº 53/2005. Nesse documento, afirma-se que a ERC possui autonomia administrativa e financeira (ESTATUDOS DA ERC, 2005). A sede da entidade está localizada na região central de Lisboa, e é responsável por cumprir o que está inserido na Constituição, na lei e nos Estatutos. Esse órgão administrativo independente na sociedade portuguesa exerce um papel de destaque na organização de entidades reguladoras.

Destacam-se, como exemplos de entidades reguladoras que também desempenham um dever significativo no país, a Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM), com o objetivo de regular as comunicações eletrônicas e postais, possibilitar o acesso à rede, promover a oferta de serviços, proteger os direitos e interesses dos cidadãos. A Autoridade da Concorrência (AdC) visa oferecer o acompanhamento das regras da concorrência, e assegurar o interesse dos cidadãos diante da prestação de informações transparentes sobre as práticas exercidas. Em relação ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), que objetiva a criação, implementação e avaliação de políticas públicas midiáticas (SOUSA; LAMEIRAS, 2013). Esses exemplos de entidades cooperam com a efetivação da regulação midiática na atual sociedade portuguesa.

Sousa e Lameiras (2013) enumeram oito aspectos importantes sobre a ERC: 1. aspecto jurídico: por ser um órgão administrativo independente que possui autonomia administrativa, financeira e criada através da Lei nº 53/2005 de 8 de novembro; 2. Funções: é responsável pelo setor de audiovisual e de mídia em geral; 3. Valores subjacentes: proteção da liberdade de expressão, dos direitos do cidadão e garantia da pluralidade; 4. Desempenho: monitoração dos conteúdos e gestão da recepção de reclamações dos cidadãos; 5. Mecanismos de Aplicação: criação de relatórios com a descrição de atividades e despesas praticadas; 6. Organização institucional: dividida em departamentos, unidades e escritórios; 7. Financiamento: fonte direta inexistente, entretanto valores são transferidos pela ANACOM, Estado e de multas aplicadas; 8.

Contexto da regulação: mais de 40 canais de tv comerciais, serviço público de radiodifusão e cerca de 400 estações de rádio.

As principais atribuições diante do que é apresentado no Estatutos da ERC (2005), além de atuar em prol do cumprimento das normas reguladoras das atividades de comunicação social, correspondem: ao livre exercício do direito à informação e à liberdade de imprensa; à inexistência da concentração de titularidade das entidades de comunicação social para que exista pluralidade e diversidade no país; à independência política e econômica das entidades que exerçam atividade de comunicação social; e o direito de antena, de resposta e de réplica.

Mendes e Seixas (2005) afirmam que jornalistas “intervêm no sistema complexo de interações dos movimentos sociais, definindo o acesso ao espaço público e, mais importante, a forma como as ações que se desenrolam nesse espaço são enquadradas”. Portanto, a reflexão sobre como essa regulação da comunicação portuguesa favorece a atuação dos movimentos sociais foi propiciada com a aplicação de metodologias investigativas.

Os resultados coletados a partir das metodologias, um grupo focal proposto por Costa (2005) e duas entrevistas em profundidade semiabertas (DUARTE, 2005), conferem que os cidadãos portugueses julgam esse respaldo normativo da regulação da comunicação em Portugal de maneira positiva e possuem um conhecimento superficial sobre a atuação da ERC na sociedade.

A descoberta dos resultados versa sobre uma certa insegurança em relação aos meios de comunicação devido aos privilégios dos discursos majoritários e/ou ligados ao poder vigente. Essa constatação vai ao encontro dos autores Mendes e Seixas (2005, p. 102), os quais dizem que “a seletividade e a construção jornalística dos acontecimentos definem a ressonância ou não das ações de protesto com as expectativas dos públicos”.

Um cidadão afirma acompanhar as atividades da ERC e exemplifica uma ação da entidade vinculada à polêmica do Viriato, um site português indicado inicialmente como um órgão de comunicação social de publicação periódica com informações gerais, que agora é apontado como disseminador de desinformação e está em análise pela ERC. Rodrigues (2020, p. 1) afirma que a ERC foi procurada para prestar “esclarecimentos com urgência sobre o registro de sites de desinformação ou de propaganda como órgãos de comunicação social”. Assim, os portugueses acreditam que se não houvesse a ERC a situação seria ainda pior no cenário midiático português, e destacam que os interesses políticos e econômicos ainda prejudicam a efetivação da regulação no país.

Apresentado esse panorama sobre a regulação da comunicação portuguesa, o próximo capítulo discorre sobre a trajetória, o ativismo e a configuração da comunicação online dos movimentos sociais *corpus* desta pesquisa: o Intervozes e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A escolha desses objetos foi feita com base na representatividade da comunicação online de ambos no Facebook para reunir material suficiente para a análise de conteúdo.

CAPÍTULO III – Histórico dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação: Intervozes e FNDC

Tanto o Intervozes quanto o FNDC possuem o objetivo principal de democratizar a comunicação, preservar a liberdade de expressão e enfatizar o direito à comunicação para a sociedade brasileira. As ações dos movimentos englobam a publicação de materiais institucionais como cartilhas, livros e documentários que possuem o objetivo de retratar os desafios enfrentados sobre a temática junto com a sociedade civil. Outras ações também são realizadas e, entre elas, estão os debates, os eventos e as reuniões para discussões de diversas pautas.

Tratando-se de movimentos em prol da democratização da comunicação, eles surgiram em períodos distintos na história brasileira. O FNDC possui uma trajetória desde o século passado, somando vinte e nove anos de atuação e quarenta anos desde a primeira aparição. Já o Intervozes completa dezessete anos de existência em 2020.

Elaborar a trajetória do Intervozes e do FNDC se justifica pelo histórico de conquistas de ambos com foco na sociedade contemporânea, pela importância das ações e atividades promovidas atualmente e pelos planos futuros que contemplam a busca pela comunicação democrática no Brasil. Assim, os itens 3.1 e 3.2 apresentam as informações principais sobre os movimentos, o seu ativismo e as características da comunicação online feita por cada um. Ao final, são referidas considerações sobre a trajetória do Intervozes e do FNDC.

3.1 Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação

O Intervozes é um coletivo que luta em prol de demandas relacionada desde os direitos humanos até a comunicação. Os membros atuantes se distribuem em quinze estados brasileiros e no Distrito Federal, e está formado por associados e colaboradores que se empenham de forma voluntária no desenvolvimento e na realização de ações, mobilizações, eventos, debates, entre outras atividades.

O financiamento é uma ação requisitada pelo Intervozes, afinal, os recursos cooperam com a comunicação e com a mobilização social desempenhada por eles. Para isso, foi criada uma página na plataforma Benfeitoria (2020) para possibilitar a doação de valores através de transferências para manter o coletivo ativo na sociedade e, como retribuição ao colaborador, para o recebimento imediato de informações e materiais

exclusivos sobre as atividades desenvolvidas. Atualmente, a Benfeitoria (2020) é uma plataforma online de mobilização de recursos que visa ao fomento da cultura, do impacto social, econômico e ambiental no Brasil.

O nome dado a essa campanha de financiamento foi *Levante sua Voz* e todos os doadores se tornam automaticamente sócios colaboradores do Intervozes. A doação pode ser realizada mensalmente a partir de quatro faixas: o valor de R\$ 20 reais compreende o recebimento da comunicação direta por lista de transmissão e a referência do apoio nas comunicações do coletivo; o valor de R\$ 35 reais se refere ao recebimento do boletim *Levante sua Voz, pen card* com materiais, adesivos, comunicação direta por lista de transmissão e a referência do apoio; em relação à doação de R\$ 50 reais, o doador adquire o boletim *Levante sua Voz, pen card* com pesquisas, comunicação direta por lista de transmissão, adesivos, acesso a seminário virtual e divulgação de apoio; por fim, a última faixa abarca a doação de R\$ 100 reais, e além do boletim, *pen card* com pesquisas, acesso a seminário virtual, adesivos e divulgação de apoio, o doador possui inscrição gratuita em curso anual, comunicação direta em grupo, dois livros e relatórios do Direito à Comunicação.

Figura 1 – Logotipo Intervozes



Fonte: Intervozes (2019).

Instituído em 2003, o coletivo possui uma Carta de Princípios e o Estatuto Social. A carta fala sobre a importância do direito à comunicação, a qual luta “para transformar a comunicação em um bem público; para efetivá-la como um direito humano, sem o qual não há realização plena da cidadania e da democracia” (INTERVOZES, 2019, p. 1). O Estatuto (INTERVOZES, 2017) disponibiliza informações técnicas distribuídas em 50 artigos, como a localização da sede principal, que fica na cidade de São Paulo, clarifica a informação de que não possui fins lucrativos e econômicos, demonstra a fonte dos

recursos, o patrimônio do coletivo e a prestação de contas. Informações sobre os direitos e deveres dos associados também estão publicadas no Estatuto, bem como a organização dos órgãos da associação que são constituídos por assembleia geral, conselho diretor, coordenação executiva, núcleos de trabalho e conselho fiscal. Outras informações estão inseridas nas disposições gerais, que englobam os três últimos artigos do Estatuto.

Atualmente, o Intervozes está inserido em plataformas digitais. A primeira, objeto deste estudo, refere-se à fanpage criada em 17 de agosto de 2011 no Facebook. A fanpage realiza postagens diárias, as quais acontecem até aos finais de semana. Em relação ao Twitter, a página foi criada em janeiro de 2009 e possui pouco mais de dezoito mil seguidores. No Flickr, o coletivo entrou em maio de 2011 e não possui publicações recentes, foi utilizado por um tempo para publicação de fotos, a qual somou 16 mil visualizações e 6 seguidores. O Youtube do Intervozes foi aberto em junho de 2010 e é um canal de vídeos com 1.203 inscritos. O canal possui vídeos produzidos pelo coletivo e também divulga conteúdos relacionados à democratização da comunicação, normalmente associados com as postagens realizadas no Facebook do coletivo⁶.

O Intervozes está inserido em outros canais: no Blog do coletivo, na revista Carta Capital e no site Congresso em Foco, em que integrantes do coletivo são colunistas. Já o site oficial do Intervozes possui um layout com as seguintes divisões: quem somos, mobilização, áreas de atuação, biblioteca, notícias e contribua (INTERVOZES, 2019). Na página inicial, as ferramentas de acesso às redes sociais do coletivo aqui citadas também estão disponíveis.

Demonstramos até aqui informações iniciais sobre o coletivo e a inserção dele na comunicação online. A seguir, apresentamos o ativismo, caracterizado pelas propostas de mobilizações, e as publicações do Intervozes.

3.1.1 Propostas de mobilizações

As mais recentes mobilizações estão apresentadas neste subtópico, as quais tratam sobre as articulações e campanhas do Intervozes. A primeira articulação se refere à participação do Intervozes na Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação desde 2011, a qual visa estar presente em reuniões, eventos e propostas do fórum junto a outras entidades e representantes.

⁶ Os dados do Twitter, Flickr e Youtube do Intervozes foram coletados em 11 de setembro de 2019.

Em relação ao movimento Coalização Direitos na Rede (2020), o Intervozes compõe a rede em prol da internet livre e aberta junto a outros representantes desde sua fundação, que ocorreu em 2016. A defesa desse movimento está relacionada ao acesso, aos dados pessoais, à liberdade de expressão, à privacidade e à vigilância.

A campanha *Calar Jamais*⁷ com foco na liberdade de expressão foi lançada pelo movimento social FNDC e o Intervozes se tornou um dos parceiros desde o ano de lançamento, que ocorreu em 2016.

A campanha *Seus dados são você: liberdade, proteção e regulação*⁸ foi lançada em 2017 e objetiva alertar os cidadãos sobre o uso de dados realizado por empresas e instituições sem o consentimento de usuários da internet. Com o nome de *Conecte seus Direitos*⁹, a campanha de 2017 retoma o Marco Civil da Internet de 2014 e enfatiza que o direito à internet está relacionado a dificuldade de acesso e violação de direitos, e procura unir articulações e atores em busca do direito à liberdade de expressão. *Fora Coronéis da Mídia*¹⁰ é a campanha sobre o controle da mídia, e também chamado de coronelismo eletrônico, de uma iniciativa da Executiva Nacional de Estudantes de Comunicação Social – Enecos junto com o Intervozes e FNDC. Em 2018, a campanha *Internet Direito Seu: conexão e cidadania para todos!*¹¹ integra quinze coletivos, e o Intervozes está entre eles com o objetivo de sensibilizar a sociedade em prol dos problemas ocasionados pela falta de conexão à internet.

O coletivo participa do debate de Projetos de Lei da Câmara (PLC), transmite informações sobre a democratização da comunicação e incentiva a população a lutar pelos direitos. A seguir, citamos algumas publicações que também se referem à temática.

3.1.2 Publicações

O Intervozes possui publicações que compreendem as propostas de projetos, os quais, normalmente, são realizados através de parcerias com instituições com os mesmos ideais do coletivo. Como exemplo, a Fundação Ford¹² aparece frequentemente como um apoiador nas publicações do coletivo.

⁷ Disponível em: <https://intervozes.org.br/mobilize/calar-jamais/>. Acesso em: 26 set. 2019.

⁸ Disponível em: <https://intervozes.org.br/mobilize/seus-dados-sao-voce/>. Acesso em: 26 set. 2019.

⁹ Disponível em: <https://intervozes.org.br/mobilize/conecte-seus-direitos/>. Acesso em: 26 set. 2019.

¹⁰ Disponível em: <https://intervozes.org.br/mobilize/fora-coroneis-da-midia/>. Acesso em: 26 set. 2019.

¹¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/InternetDireitoSeu/>. Acesso em: 26 set. 2019.

¹² Fundação que luta pela equidade de direitos e financia programas de promoção da democracia.

O monitoramento da propriedade de mídia no Brasil foi um projeto lançado em 2017 pelo Intervozes e é a versão brasileira de um projeto já realizado no exterior intitulado *Media Ownership Monitor*. Com o nome de *Media Ownership Monitor Brasil* (MOM-Brasil, 2019), a proposta visa aumentar a transparência da mídia através da disponibilização de dados sobre os proprietários de rádio, TV e sites. Os dados indicam que o Brasil está em um alerta vermelho, o que quer dizer que a mídia possui indicadores de alto risco de concentração da audiência, propriedade cruzada e controle político do financiamento da mídia.

Julio quer saber (2017) foi o nome dado ao documentário produzido pelo Intervozes e realizado através de um financiamento coletivo. Com uma reflexão sobre a democratização da comunicação a partir da Lei de Meios da Argentina, o documentário fomenta o debate por meio da disseminação desse projeto em ambientes como eventos, universidades e escolas.

O documentário Freenet foi lançado em 2013 através da parceria entre o Intervozes, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas e Instituto Nupef. O roteiro do documentário relata o futuro da liberdade na internet, e fomenta o debate sobre o tema com uma reunião de informações que a população, muitas vezes, desconhece.

O Intervozes já realizou dois projetos nomeados como ciclo de formação. O primeiro objetivou capacitar interessados para educação em direitos humanos, multiplicação da cultura de paz e valorização da diversidade. Esse projeto foi intitulado *Ciclo de Formação Mídia e Educação em Direitos Humanos* (2013)¹³ e está disponível no site, onde é possível acessar o termo de referência e o edital de seleção. Nesses documentos, apresentam-se os objetivos, cronograma, investimento, metodologia e outras informações relevantes para a realização do projeto. O outro projeto foi nomeado de *Oficinas Formativas Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação*¹⁴, e é resultado de uma parceria do Intervozes com a Incubadora de Projetos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo. A oficina foi dividida em oito módulos com os seguintes temas: introdução ao direito à comunicação, o sistema de

¹³ Ciclo de Formação Mídia e Educação em Direitos Humanos. São Paulo: Intervozes, 2013. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/ciclo-de-formacao-midia-e-educacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 12 set. 2019.

¹⁴ Oficinas Formativas Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação. São Paulo: Intervozes, 2014. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/ciclo-de-formacao-liberdade-de-expressao-e-direito-a-comunicacao/>. Acesso em: 12 set. 2019.

comunicação no Brasil, as leis e garantias existentes ao exercício do direito à comunicação, a liberdade de expressão na internet e a convergência tecnológica, violações do direito à comunicação no Brasil, violações de direitos humanos na mídia, a luta da sociedade civil por uma mídia democrática e, por fim, como você pode exercer seu direito à comunicação e à liberdade de expressão.

O projeto idealizado pelo Intervozes designado *Observatório do Direito à Comunicação*¹⁵ teve início em 2007 com a disponibilização de conteúdos que englobavam a realidade da comunicação brasileira. O projeto possuiu o financiamento da Fundação Ford até o ano de 2014 e, após esse período, as atividades tiveram certa redução pelo fato de não terem apoio financeiro para continuar com todas as ações propostas.

O Intervozes também possui conteúdos publicados sobre a realidade da comunicação no Brasil em formato de cartilha e livro. Para este estudo, optamos por destacar as duas cartilhas lançadas pelo movimento no ano de 2019, tendo em vista a intenção de relacioná-las com as postagens coletadas para a realização das análises de conteúdo.

A primeira cartilha, denominada *Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news*, aponta os impactos que a desinformação pode ocasionar na política e na liberdade de expressão (MARINONI, 2019). Segundo Marinoni (2019), o termo *fake news* se popularizou quando foi utilizado por Donald Trump, quando o então presidente estadunidense culpou adversários de utilizar textos, vídeos e áudios durante a candidatura ocasionando a desinformação. Os meios de comunicação utilizados variavam entre Twitter, Facebook e aplicativos de mensagens que funcionavam com o uso da internet. Um outro exemplo ocorreu durante o Brexit¹⁶, quando a desinformação atingiu a sociedade através da disseminação de uma grande quantidade de mensagens. No Brasil, a eleição de 2018 acarretou na desinformação dos cidadãos constatada após um levantamento realizado pelo Ibope Inteligência, que retratou o recebimento de *fake news* por uma parcela de pessoas entrevistadas durante o período (MARINONI, 2019).

A coleta e comercialização de dados estão abordados na cartilha de Marinoni (2019). Afirma-se que plataformas digitais como Facebook, WhatsApp, Instagram e

¹⁵ Observatório do Direito à Comunicação. São Paulo: Intervozes, 2019. Disponível em: http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28623. Acesso em: 12 set. 2019.

¹⁶ A palavra Brexit é derivada da junção das palavras *british* e *exit* que se refere à saída do Reino Unido da União Europeia. Decisão formal aconteceu em 31 de janeiro de 2020.

Google podem armazenar dados dos cidadãos que fazem uso constante dessas plataformas e, a partir dessas informações coletadas, ocorre a reunião de conteúdos específicos baseados nos interesses dos cidadãos. As farmácias seriam outro exemplo, pois, ao sugerir a utilização do CPF – Cadastro de Pessoa Física – no momento da compra para obtenção de descontos, muitas vezes, esses históricos de compra do cidadão são vendidos para planos de saúde ou fabricantes de produtos que possuem a intenção de divulgar mercadorias para públicos específicos (MARINONI, 2019). Para a regulação de tal atividade, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018, a qual entra em vigor em agosto de 2020 com o objetivo de exigir que os cidadãos saibam a finalidade de uso dos dados coletados por essas organizações.

Vozes Silenciadas – reforma da previdência e mídia (VIANNA, 2019) foi a cartilha lançada pelo Intervozes no segundo semestre de 2019 a partir de pesquisas realizadas no primeiro semestre desse mesmo ano. Em suma, a reforma pretende alterar o tempo de contribuição dos cidadãos para alcance da aposentadoria, bem como alterar alíquotas de contribuição, benefícios, pensão e abono PIS/PASEP.

A cartilha *Vozes Silenciadas* (VIANNA, 2019) retomam as opiniões de especialistas inseridas em três jornais impressos brasileiros de maior audiência e circulação: Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. Aponta-se que os jornais abordaram o assunto da reforma da Previdência desenvolvida pelo atual governo¹⁷ de maneira favorável, assim o posicionamento de especialistas não parece ser equilibrado e desprovido de opinião. Em relação a cobertura televisiva, os nomes dos objetos de estudos e das emissoras correspondem ao: Jornal Nacional – Globo, Jornal da Record – Record, e SBT Brasil – SBT. Essa parte da pesquisa inserida na cartilha demonstrou que “houve pouca mobilização de especialistas, dando mais espaço às vozes dos membros da equipe econômica do Governo Federal”, posicionando-se favoravelmente (VIANNA, 2019, p. 49).

Em relação aos livros, destacam-se os títulos mais recentes pelo fato da proximidade com a pesquisa: *Direito à comunicação no Brasil 2018* (HERCOG *et al.*, 2019) e *Monopólios Digitais - concentração e diversidade na internet* (VALENTE; PITA, 2018). O primeiro livro aborda questões sobre a violência praticada contra ativistas e comunicadores no Brasil no ano de 2018, questões que comprometem a liberdade de expressão no país e dados sobre a realidade da comunicação pública no Brasil (HERCOG

¹⁷ Governo do presidente Jair Bolsonaro possui vigência de 1.º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2022.

et al., 2019). No segundo livro, Valente e Pita (2018) retratam a diversidade, a pluralidade e a concentração existente na internet. Para exemplificar, alguns monopólios digitais como o Google, Facebook, grupo Globo e Uol são utilizados como estudo de caso na obra.

O Intervozes realiza uma comunicação online diversificada que vai desde publicações nas redes sociais digitais e sites até a produção de documentário sobre os temas abordados pelo movimento.

3.2 Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Atuante desde 1980, o fórum se desenvolveu e foi renomeado em 1991 com o nome que possui atualmente: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. O FNDC completa vinte e nove anos em 2020 e passou a ser uma entidade no ano de 1995 com propostas e objetivos que se assemelham ao Intervozes. Atualmente, reúne vinte comitês estaduais e regionais com o objetivo de atuar em prol da Democratização da Comunicação no Brasil.

Figura 2 – Logotipo FNDC



Fonte: FNDC (2019).

O site oficial do FNDC reúne informações divididas entre: fórum, companhias, publicações, conteúdos e fale conosco (FNDC, 2019). Atualizado com notícias que aparecem logo na primeira página, o site disponibiliza clipping, agenda, fotos e vídeos do movimento, bem como links que direcionam o usuário para as redes sociais digitais do movimento.

Outros canais se destacam perante a comunicação online: Facebook e Twitter. Embora o Flickr e Youtube também apareçam na página inicial do site oficial, os links não são válidos e os canais parecem não existir. A fanpage do movimento FNDC (2019) no Facebook foi criada em julho de 2011, não possui uma periodicidade de publicações e varia conforme a demanda. Compartilham-se eventos, ações e notícias sobre a atuação do movimento e sobre o tema da democratização da comunicação. O Twitter (2019) não é atualizado constantemente, possui pouco mais de cinco mil seguidores e um total de onze mil e setecentos *tweets*. A página foi criada em maio de 2010 e possui 175 arquivos na galeria de fotos e vídeos¹⁸.

O FNDC produziu dezessete edições da revista *Mídia com Democracia*, que contemplavam colunas que retomavam assuntos relacionados a redes sociais, internet, sistemas de comunicação, telecomunicações e entrevistas. O último exemplar foi divulgado em outubro de 2016 com o título *Liberdade de expressão em tempos de golpe* e nessa edição se comemoravam os 25 anos do FNDC.

O FNDC possui um Estatuto Social (FNDC, 2018) que contempla informações como o endereço da sede da secretaria executiva localizada em Brasília. Distribuído em 49 artigos, o documento contempla a trajetória da associação civil sem fins lucrativos, bem como as finalidades e estrutura. As finalidades do fórum se conduzem ao objetivo principal, que seria a democratização da comunicação e a liberdade de expressão para todos os cidadãos.

Os associados que podem constituir o FNDC correspondem às entidades nacionais e comitês regionais, que possuem direitos e deveres dentro da associação. Salienta-se no Art. 18: “O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação é dirigido por um Conselho Deliberativo, administrado por uma Coordenação Executiva, fiscalizado por um Conselho Fiscal e tem a Plenária Nacional como órgão máximo de representação dos seus associados” (FNDC, 2018). O conselho deliberativo pode ter entre 11 e 21 membros, a coordenação executiva pode ser composta por sete membros com mandatos de 2 anos de vigência, o conselho fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes e, na plenária nacional, deverá ser realizada uma reunião anual com entidades associadas convocadas por meio de carta registrada.

¹⁸ Os dados das redes sociais digitais do FNDC foram coletados em 12 de setembro de 2019.

As informações a respeito das associações estão desatualizadas e correspondem ao ano de 2016. Nesse informe, o FNDC possuía sessenta e nove¹⁹ entidades nacionais associadas. As regionais contemplavam os seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Já as entidades municipais possuíam sede em Pelotas, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A seguir, apresentamos o ativismo, caracterizado pelas propostas de mobilizações, e as publicações do FNDC.

3.2.1 Propostas de mobilizações

O FNDC possui a campanha *Para Expressar a Liberdade*²⁰ desde o ano de 2012, com o apoio de dezenas de entidades, e dessa campanha originou-se o *Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática*, citado no subtópico seguinte. Rothberg, Napolitano e Stroppa (2016) citam essa campanha no artigo *Direito, sociedade e comunicação: um exame do anteprojeto de lei da mídia democrática no Brasil*. Na ocasião, os autores afirmam que a busca pelas 1,42 milhão de assinaturas estavam dispostas em vinte e cinco pontos de coleta, em seis Estados e no Distrito Federal. Pelo fato de existirem 142.822.046 eleitores no Brasil em agosto de 2014, a coleta deveria alcançar o número almejado para que, então, a proposta chegasse à Câmara dos Deputados. Ao analisarem o projeto, Rothberg, Napolitano e Stroppa (2016, p. 98) afirmam que “as inovações propostas são oportunas e poderiam promover modificações necessárias ao cenário legal brasileiro, considerando-se os contextos normativos nacional e internacional”.

A campanha visa ampliar as discussões a respeito do tema, afinal, nota-se uma “necessidade de uma regulação voltada para o amadurecimento democrático da sociedade brasileira” diante da escassa atuação estatal desde a Constituição de 1988 (NAPOLITANO; STROPPIA, 2018, p. 377).

O site *Para Expressar a Liberdade* possui deficiências e os conteúdos foram removidos. Ao acessar o menu, a seguinte mensagem é disponibilizada: “Este site foi

¹⁹ Entidades Associadas. Disponível em: <http://fndc.org.br/forum/entidades-associadas/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

²⁰ FNDC. Campanha para Expressar a Liberdade. 2015. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/>. Acesso em: 12 set. 2019.

invadido e teve seu conteúdo removido. Estamos trabalhando para restabelecê-lo totalmente” (FNDC, 2015). Entretanto, algumas ferramentas continuam funcionando como, por exemplo, informações sobre o surgimento da campanha, que ocorreu durante a Confecom. Disponibilizaram-se dois vídeos²¹ que continuam acessíveis no site: o primeiro se inicia com a música Cálice de Chico Buarque²², mostra imagens de uma mulher sendo contida por um policial no meio da rua durante uma manifestação, e segue com frases sobre violações à liberdade de expressão; e o segundo aborda a declaração dos direitos humanos com exemplos de repressão à liberdade de expressão que aconteceram no Brasil.

Já a campanha *Calar Jamais!*²³, lançada com o apoio de parceiros em 2016, visa denunciar violações da liberdade de expressão ocorridas em território brasileiro, e mobiliza os cidadãos a partir da denúncia utilizando um link na internet, no qual é possível registrar o tipo de violação a que o cidadão tenha sofrido, as especificações, a data, a descrição detalhada junto ao nome do autor e o local da violação. Para enviar a denúncia é necessário inserir o nome e e-mail obrigatoriamente, e selecionar o modo *anônimo* caso se pretenda que a divulgação do conteúdo da denúncia não seja acompanhada do nome do autor.

A *Campanha de Fortalecimento do FNDC*²⁴ é uma proposta que busca a filiação de novas entidades para contribuições mensais e para que seja possível manter as lutas pela democratização da comunicação no país. Feita através de um link na internet, é possível fazer uma doação de no mínimo trinta reais com o pagamento de boleto bancário ou cartão de crédito.

Em 2019, o FNDC promoveu o evento intitulado *4º Encontro Nacional pela Democratização da Comunicação*²⁵ nos dias 18, 19 e 20 de outubro na Faculdade Estácio de Sá, São Luís (MA). O primeiro dia de evento contemplou a exposição de quatro eixos temáticos durante a manhã e cinco no período da tarde, com temas diversos relacionados à violação dos direitos humanos na mídia, monopólio midiático, bem como abordagens sobre Fake News e comunicação pública. O segundo dia reuniu três conferências: Os

²¹ FNDC. Vídeos sobre a Campanha para Expressar a Liberdade. 2015. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/videos/>. Acesso em: 01 out. 2019.

²² Famosa canção de resistência ao regime militar.

²³ FNDC. Campanha Calar Jamais!. 2016. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/calar-jamais/>. Acesso em: 12 set. 2019.

²⁴ FNDC. Campanha de Fortalecimento FNDC. 2017. Disponível em: <http://fndc.org.br/campanhas/campanha-de-fortalecimento-do-fndc-2017/>. Acesso em: 12 set. 2019.

²⁵ Disponível em: <https://doity.com.br/4endc>. Acesso em: 26 set. 2019.

desafios para o exercício da liberdade de expressão numa sociedade hiperconectada, de Nick Couldry; *A naturalização e institucionalização da censura no Brasil*, com Leandro Demori, Dennis de Oliveira e Renata Mielli; e *Democracia roubada - discurso de ódio, desinformação e as plataformas monopolistas digitais*, com Martín Becerra, Sérgio Amadeu, Lola Aronovich e Ana Claudia Mielke. O último dia contemplou a roda final de conversas temáticas, a cerimônia de premiação da campanha de *Vídeos Internet Direito Seu!*, a leitura e aprovação da Carta de São Luís e o encerramento do evento. Aberto ao público, a inscrição acontece de modo online e as taxas variam entre quinze e trinta reais, com direito ao acesso a programação do encontro realizado na cidade de São Luís, Maranhão.

Esse foi o quarto encontro realizado pelo fórum, envolvendo instituições, movimentos, militantes, ativistas e interessados pelo debate da temática. O terceiro encontro aconteceu em Brasília, em 2017, o segundo, em Belo Horizonte, no ano de 2015 e o primeiro aconteceu no Recife, em 2012.

Essas são as campanhas presentes no site oficial do FNDC, as quais dialogam com as postagens inseridas na fanpage do Facebook do movimento. Para complementar essas informações, as publicações mais recentes do FNDC são expostas a seguir.

3.2.2 Publicações

O FNDC (2013) possui o manual publicado com o nome de *Guia de Mobilização da Lei da Mídia Democrática*, o qual faz parte do *Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática*. Esse projeto objetiva a regulação da Constituição Federal sobre o que se refere a rádio e televisão através da coleta de mais de um milhão de assinaturas, para que o debate seja encaminhado ao Congresso Nacional. Outro ponto divulgado pelo guia corresponde a marginalização e fechamento de rádios e televisões comunitárias.

No site FNDC (2015), é possível apoiar esse projeto de lei através da assinatura ao disponibilizar o Cadastro de Pessoa Física – CPF, nome completo, data de nascimento, município, estado, endereço, título de eleitor e nome materno, e ao concordar com o texto presente na página que afirma que o cidadão deseja o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, transparência, fortalecimento da comunicação pública, bem como a diversidade e pluralidade de conteúdos. Ao final, a seguinte mensagem é disponibilizada na página “Por isso apoio o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, que regulamenta os Arts. 5, 21,

220, 221, 222 e 223 da Constituição Federal”. Os autores Rothberg, Napolitano e Stroppa (2016, p. 92) comentam sobre esse aspecto da iniciativa:

O anteprojeto de lei de iniciativa popular da comunicação social eletrônica objetiva regulamentar os artigos 5, 21, 22, 220 a 224 da Constituição Federal, e está estruturado em seis capítulos, a saber: 1. Definições sobre o objeto da lei; 2. Princípios e objetivos da comunicação social eletrônica; 3. Organização dos serviços e estabelecimento de critérios de outorga; 4. Mecanismos para impedir a concentração no setor; 5. Mecanismos de incentivo à diversidade; 6. Definição de órgãos reguladores e criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.

Já a proposta do *Guia de Mobilização da Lei da Mídia Democrática* propõe ações de mobilização como maneiras de conhecer o projeto, formas de convidar pessoas para participar e informações sobre o destino final das listas de assinaturas coletadas.

O livro *Conselhos de Comunicação Social*, sob autoria de Lima (2013), retrata o panorama sobre o estágio da implantação de Conselhos de Comunicação Social (CCS), a trajetória da comunicação na Constituinte de 1987 a 1988, os conselhos estaduais de comunicação social e apontamentos sobre a Confecom.

O relatório *Calar Jamais!* (BIANCHI; MARTINS, 2017) relata violações contra os jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação. A censura nas manifestações artísticas também é abordada com base na repressão de policiais, no Senado e em outros locais. O cerceamento a servidores públicos, a repressão a protestos, às manifestações, aos movimentos sociais e às organizações políticas correspondem a outros dois capítulos que compõem o relatório. A repressão e a censura nas escolas, nas redes sociais e o desmonte da comunicação pública diz respeito aos assuntos finais do relatório *Calar Jamais*.

O site do FNDC possui a seção nomeada de Clipping (2020), entretanto ela não é atualizada regularmente. Alguns conteúdos estão ultrapassados e deveriam ser revistos. É possível acessar os conteúdos separados por categorias, as quais estão divididas em: audiovisual, ciência e tecnologia, comunicação, comunicação e educação, comunicação comunitária, comunicação pública, conselhos de comunicação, convergência, cultura, democratização da comunicação, direitos autorais, DTH, editoriais, espionagem, governo, imprensa e jornalismo, inclusão digital, indústria fonográfica, internet, jogos eletrônicos, jornalistas e comunicadores, legislação de comunicação, liberdade de expressão, literatura e mercado editorial, mercado de comunicação, mercado editorial, mídia e publicidade, mídia global, MMDS, política, política de rádio e TV, política de telecomunicações, política de TV paga, programação de TV por assinatura, propriedade

intelectual, rádio, redes sociais, regulação, sociedade da comunicação, tecnologia, telecom (telecomunicações), televisão, televisão e tecnologia, e TV paga.

As ações de comunicação online propostas pelo FNDC foram aqui descritas para demonstrar a possibilidade de acesso e leitura desses conteúdos pelos usuários que estão inseridos nas redes sociais digitais e que se interessam pelo movimento e pelas temáticas abordadas.

3.3 Considerações sobre o histórico do Intervozes e FNDC

Primeiramente, é notório que ambos os movimentos sociais possuem mobilizações e publicações a respeito do tema da democratização da comunicação. O trabalho conjunto dos movimentos estudados a partir da união de colaboradores em prol de demandas específicas também é evidente quando se trata de eventos, campanhas e publicações.

O desenvolvimento de uma agenda para a conscientização da sociedade perante a temática é evidente, tendo em vista a publicação de livros, guias, relatórios, cartilhas e postagens realizadas semanalmente nas redes sociais digitais dos movimentos. A comunicação online é desempenhada de forma constante, pois ambos os movimentos se apresentam e acrescentam conteúdos nas redes sociais digitais sobre as atuações digitais e físicas. Com isso, os movimentos sociais estudados estão inseridos e atuam no espaço híbrido: online e offline.

A publicação de materiais institucionais se torna uma característica interessante desses movimentos, pois se utilizam de uma linguagem simples e didática para transmitir as informações necessárias e interessantes para a sociedade contemporânea. Os documentos disseminam informações públicas referentes aos dados atualizados sobre o assunto da democratização da comunicação, bem como atividades que estimulam participação cidadã.

Tanto o Intervozes, quanto o FNDC possuem uma estrutura com informações sobre a trajetória e atividades desenvolvidas em sites oficiais e de campanhas, embora exista uma certa deficiência na atualização do site do FNDC. O ponto positivo é que, através desses sites, é possível encontrar outras plataformas de comunicação online desses movimentos.

A seguir, o capítulo IV demonstra os procedimentos metodológicos e a análise de conteúdo realizada nas fanpages do Intervozes e do FNDC. Especificamente, o capítulo descreve as fanpages dos movimentos, apresenta a coleta e destaca as reflexões sobre a análise.

CAPÍTULO IV – Procedimentos Metodológicos e Análise de Conteúdo

A primeira etapa da pesquisa utiliza a metodologia exploratória através de levantamentos bibliográficos e documentais a fim de esclarecer e delimitar os temas pertinentes, e para que seja “passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados” (GIL, 2008, p. 27). O percurso histórico da democratização da comunicação no país foi contemplado nesse levantamento a partir de materiais como livros, pesquisas, artigos científicos resgatados em bibliotecas físicas e digitais; e a exploração de documentos sem tratamentos analíticos – como as estratégias da comunicação online e os conteúdos das postagens – complementam a pesquisa documental (GIL, 2008).

As pesquisas bibliográfica e documental expõem ideias e conceitos para o desenvolvimento da reflexão sobre essa temática. Acreditamos que seja uma parte importante, bem como a análise do conteúdo desenvolvida, afinal, “essa análise ajuda o pesquisador a definir melhor seu objeto de estudo e a selecionar teorias, procedimentos e instrumentos” (ALVES, 1992, p. 54). Essa familiarização com o tema exerce a função de construção e expansão do conhecimento.

Dessa forma, refletimos sobre os movimentos em prol da democratização da comunicação e, agora, através da Análise de Conteúdo, buscamos analisar o potencial dos conteúdos produzidos e disseminados no ambiente online. Reafirmamos que a escolha dos dois movimentos, Intervezes e FNDC, se deve à representatividade de ambos na comunicação online exercida na plataforma Facebook.

A segunda etapa, exposta neste capítulo, envolve a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) para as postagens na rede social digital Facebook, com o objetivo de descrever e interpretar qualitativamente o conteúdo da comunicação online dos movimentos escolhidos. A coleta do conteúdo analisado se deu durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2019 e os dados das fanpages foram coletados pela pesquisadora via observação direta, diariamente e sem o uso de plataformas de monitoramento.

Utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011, p. 44) pelo fato de ser “um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Esse método abarca três procedimentos: codificação (criação de categorias), categorização (construção de critério e classificação) e inferência (interpretação das categorias). Dentro

das possibilidades, a categorização e classificação dos conteúdos são elaboradas de maneira qualitativa, observando a frequência ou ausência de determinados assuntos e a frequência deles para o enquadramento em categorias. O interesse dessa análise “não está na descrição do conteúdo, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 2011, p. 44).

Pelo fato de a Análise de Conteúdo possibilitar uma análise sistemática, a criação de tabelas, gráficos e a disposição de figuras se tornam significativas para agrupar e refletir sobre as informações obtidas. Esse tipo de procedimento é ideal para essa pesquisa por proporcionar esse “tratamento dos dados, a inferência e a interpretação”, e para que os dados sejam válidos e significativos (GIL, 2008, p. 153).

Nos tópicos a seguir, apresentamos a descrição das fanpages, a coleta de dados e as reflexões sobre a análise de conteúdo.

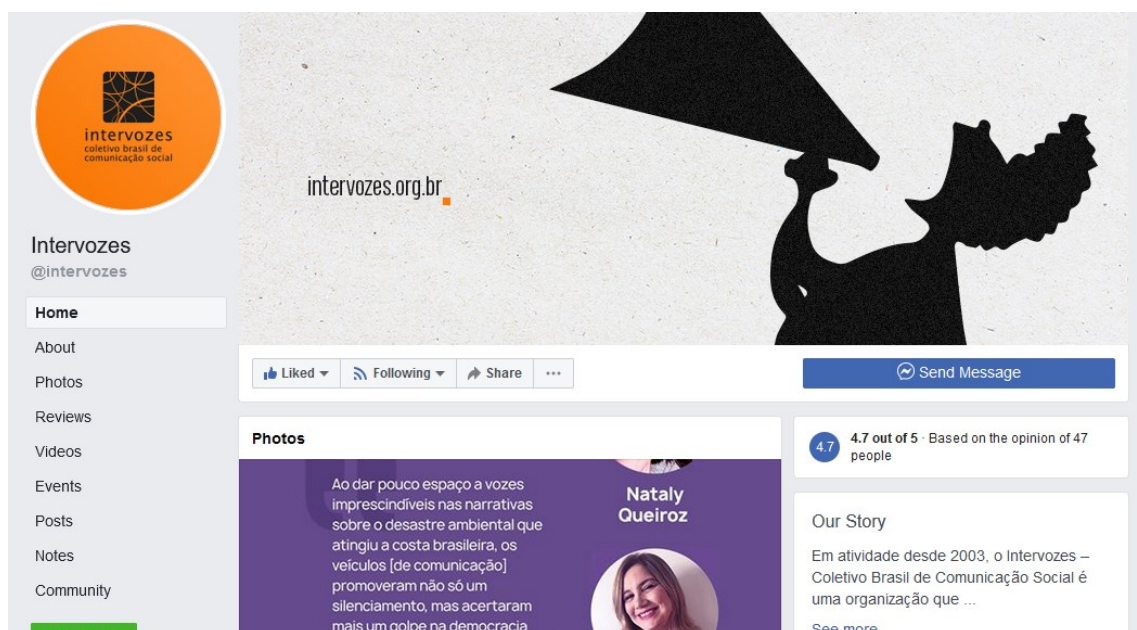
4.1 Descrição das fanpages no Facebook

Algumas informações acerca das redes sociais digitais do Intervozes e do FNDC já foram apresentadas nos tópicos 3.1 e 3.2 deste estudo. Tendo em vista que o objetivo principal se refere à análise exclusivamente das fanpages, a seguir, destacamos as principais características encontradas na plataforma Facebook.

Os desdobramentos e impactos das tecnologias de informação e comunicação (TIC) promovidas pela utilização da internet, segundo Weiss (2019), têm sido importantes para facilitar o fluxo comunicacional e do conhecimento na sociedade. As páginas do Facebook são aqui estudadas como um recurso tecnológico social que necessita de internet para ser acessado. As análises foram realizadas considerando a informação de que apenas 75% da área urbana e 52% da área rural brasileira possuem acesso à internet durante o ano de 2019, segundo a pesquisa intitulada *domicílios com acesso à internet* da TIC Domicílios (2020).

Primeiramente, apresentamos a fanpage do Intervozes na Figura 3 e, posteriormente, a fanpage do FNDC é demonstrada na Figura 4. Para isso, optamos por representar visualmente no formato de tabelas as informações do Intervozes na cor laranja e as do FNDC em amarelo, de modo a provocar uma relação com as principais cores inseridas nos respectivos logotipos.

Figura 3 – Fanpage Intervozes



Fonte: Intervozes (2020)²⁶.

Em relação ao Intervozes, a foto de capa da fanpage, bem como a foto do perfil com o logotipo do movimento, são as mesmas desde o dia 14 de fevereiro de 2019²⁷. A fanpage do movimento está dividida em nove seções seguidas das seguintes ferramentas ou conteúdos:

Tabela 1 – Descrição da fanpage do Intervozes

Seções	Ferramentas ou conteúdos incluídos
Home	Mensagem; transparência de página
Sobre	Missão; informações institucionais
Fotos	22 álbuns
Classificação	Recomendação 4.7
Vídeos	89 vídeos
Eventos	80 eventos
Postagens	Procurar
Notas	01 nota
Comunidade	Curtidas; seguidores

Fonte: Elaboração própria (2020).

²⁶ Fanpage Intervozes. Disponível em: <https://www.facebook.com/intervozes/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

²⁷ Dados coletados em 11 de agosto de 2020.

A seção *home* possibilita o acesso à *mensagem*, ferramenta disponível para qualquer seguidor ou interessado em entrar em contato com os moderadores da página e, também, essa seção mostra a postagem mais recente e a visão geral da página com fotos, vídeos e os próximos eventos. A *transparência de página* informa que existem oito pessoas no Brasil que gerenciam e postam os conteúdos, isto é, somente algumas pessoas habilitadas podem inserir conteúdos na fanpage.

A segunda seção intitulada *sobre* apresenta a missão, que visa: “Promover o direito humano à comunicação. Não há sociedade plenamente democrática sem uma comunicação democrática”. O endereço do Intervozes, telefone, e-mail, site, história e data de fundação também estão inseridos nessa seção.

A seção *fotos* apresenta vinte e dois álbuns distribuídos em temas como: Marcha das Margaridas 2019, Marcha das Mulheres Negras 2015, lançamentos de livros e materiais, recordações de prêmios, oficinas e campanhas.

Em *classificação*, a página possui uma *recomendação* de 4.7 baseada na opinião de 47 pessoas. A pontuação varia entre 1 a 5, sendo 5 a mais alta e positiva. Existem vinte e seis comentários que acompanham a recomendação da página do Intervozes de diversos perfis de seguidores e, para exemplificar, a Tabela 2 pode ser consultada:

Tabela 2 – Reviews Intervozes

Data	Comentário
01/03/2018	O Intervozes é absolutamente fundamental na luta pela democratização da comunicação no Brasil.
11/10/2018	Seriedade, compromisso e ética.
22/01/2019	O Intervozes é um potencial para a mudança estrutural no acesso a informação, no combate ao ódio e a intolerância.
08/10/2019	Sim porque é formado por uma base democrática defendendo a população pobre do Brasil e suas mazelas, diante de uma elite escravagista dominante.
16/03/2020	Mais um órgão lixo que pensa que faz jornalismo.
23/06/2020	Melhor organização p democratização da mídia no Brasil. [...].

Fonte: Elaboração própria com base no Reviews Intervozes (2020).

É possível notar que existem comentários positivos e negativos nos últimos anos. A seriedade e a importância do Intervozes para a comunicação são características

elencadas por esses seguidores. A crítica aparece no comentário de março de 2020, entretanto ela não apresenta os motivos que influenciaram o seguidor a escrevê-lo.

A seção *vídeos* reúne oitenta e nove conteúdos, desde o primeiro vídeo há 6 anos. Em *eventos*, existem setenta e nove eventos passados e um chamado de CriptoRave, previsto para o dia quatro de setembro de 2020.

A seção *postagens* contém todos os conteúdos postados pela página e, para facilitar a procura de um tema específico, é possível utilizar a ferramenta *procurar* no canto superior direito. Em *notas*, apresenta-se uma nota de pesar à Valério Brittos em 27 de julho de 2012. A seção *comunidade* oferece os dados atuais sobre as curtidas e seguidores da página.

Quanto a Fanpage do FNDC²⁸, a capa da página inicial é a mesma desde 23 de outubro de 2017 e se refere a campanha de apoio ao movimento, a qual requisita a filiação de novas entidades, a regularização das entidades parceiras e a doação de qualquer valor para manter as atuações do movimento. O logotipo da campanha Calar Jamais! está postado como foto de perfil em 18 de junho de 2019, a qual se mantém a mesma até o período final desta análise.

Figura 4 – Fanpage FNDC



Fonte: FNDC (2020)²⁹.

²⁸ Dados coletados em 11 de agosto de 2020.

²⁹ Fanpage FNDC. Disponível em: <https://www.facebook.com/fndc.br/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

Em relação à disposição do conteúdo, a fanpage está dividida em sete seções demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 3 – Descrição da fanpage do FNDC

Seções FNDC	Ferramentas ou conteúdos incluídos
Home	Mensagem; transparência de página
Sobre	Informações institucionais
Fotos	26 álbuns
Eventos	18 eventos
Vídeos	30 vídeos
Postagens	Procurar; criação e publicação de postagens
Comunidade	Curtidas; seguidores

Fonte: Elaboração própria (2020).

A seção *home*, assim como a fanpage do Intervozes, apresenta a ferramenta de *mensagem*, as fotos, os vídeos e a postagem mais recente. Em relação à *transparência de página*, o gerenciamento dos conteúdos publicados pelo movimento é realizado por nove pessoas no Brasil e uma nos Estados Unidos.

Em *sobre*, o número de telefone e o e-mail para contato estão disponíveis para todos que tiverem interesse. O texto *sobre* apresenta um resumo do movimento social dividido em onze parágrafos. Vinte e seis álbuns relacionados às campanhas, aos encontros, aos atos, e às plenárias estão na seção *fotos*. Estão à disposição outras cento e cinquenta e sete fotos postadas por pessoas e seguidores que não fazem parte da equipe que gerencia a página.

A seção *eventos* não expõe nenhum evento marcado para os próximos meses, apenas contempla a exposição de dezoito eventos já encerrados. Trinta vídeos do movimento estão na seção *vídeos* e correspondem aos encontros e campanhas já realizadas.

A seção *postagens* contém os conteúdos postados e disponibiliza a ferramenta *procurar* no canto superior direito. Uma informação que se difere da página do Intervozes seria a possibilidade de qualquer seguidor, ou interessado na página, estar habilitado a criar e publicar uma postagem na fanpage desde que possua um perfil ativo na rede social

digital Facebook. Por fim, *comunidade* oferece os dados sobre as curtidas e seguidores da página de forma atualizada.

Diferentemente do Intervozes, a fanpage do FNDC não disponibiliza a ferramenta *classificação* e, conseqüentemente, a página não possui uma *recomendação*.

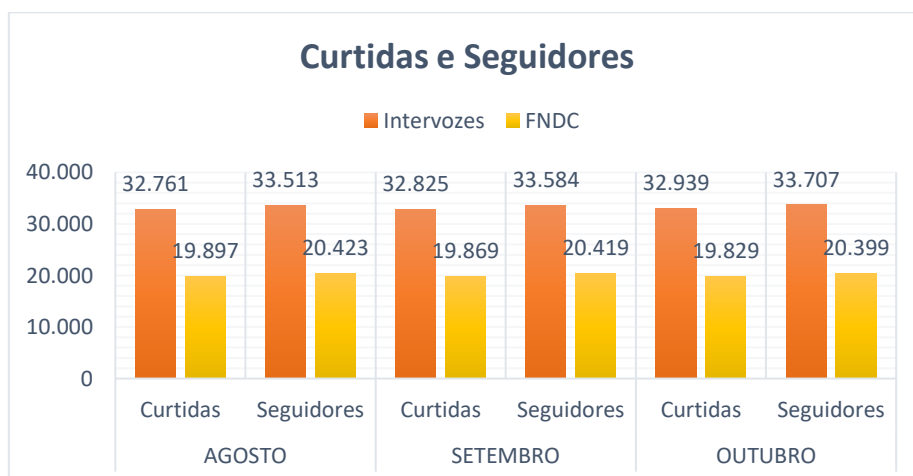
4.2 Coleta de dados da comunicação online nas fanpages

Diante dos desafios da pesquisa na internet, “cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarado como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário pronto a ser seguido” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2015, p. 19). São observadas, então, as novas possibilidades que a comunicação online pode ocasionar com relação à prática cidadã.

Para delimitar a rede social Facebook, utiliza-se o conceito de rede inteira que corresponde a uma *comunidade*, proposto por Fragoso (2015, p. 120), que seria a *fanpage* de cada movimento: Intervozes e FNDC. Optamos por reunir os resultados dessa pesquisa em forma de texto e colocá-los em gráficos ou tabelas, quando necessário, para melhor visualização da comunicação online praticada por esses movimentos.

Os dados e postagens das fanpages do Intervozes e do FNDC foram coletados durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2019 para composição da amostra. As oscilações foram pequenas nesses três meses em relação às curtidas e aos seguidores de ambas as fanpages, como podem ser verificadas no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Curtidas e Seguidores do Intervozes e FNDC



Fonte: Elaboração própria (2020).

Os dados inseridos no Gráfico 1 correspondem à última semana de cada mês analisado. Para reunirmos esses valores, compilamos diariamente, no período da manhã, as postagens disponibilizadas no dia anterior à coleta e, quando possível, às 8h, como fora proposto no projeto inicial de pesquisa, considerando a estratégia de arquivamento do conteúdo proposta por Schneider e Foot (2005). A utilização dessa estratégia se justifica em virtude da possibilidade de esses materiais não estarem disponíveis no futuro como qualquer outro material online está sujeito.

4.2.1 Codificação

A codificação dos dados corresponde ao primeiro procedimento, o qual reúne as ideias iniciais da pesquisadora a partir das leituras flutuantes, seleção dos materiais e formulação das categorias. Utilizamos três fases para que a codificação esteja organizada: o recorte das unidades a serem estudadas, a enumeração das regras e a classificação e agregação, que correspondem a escolha das categorias (BARDIN, 2011).

A tabela 4 demonstra a coleta das postagens de forma quantitativa e é possível destacar uma grande diferença entre os dois movimentos: o Intervenções se mostra mais expressivo na quantidade de postagens durante agosto e outubro, e apenas em setembro o FNDC ultrapassa o número de postagens habituais.

Ao final dos três meses, a quantidade de postagens publicadas pelo Intervenções é quase o dobro do que é disponibilizada pelo FNDC e demarca, respectivamente, 117 e 68 postagens. O recorte das postagens está demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4 – Quantidade de postagens em agosto, setembro e outubro de 2019

Movimento/Mês	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Intervenções	40	41	36	117
FNDC	11	45	12	68

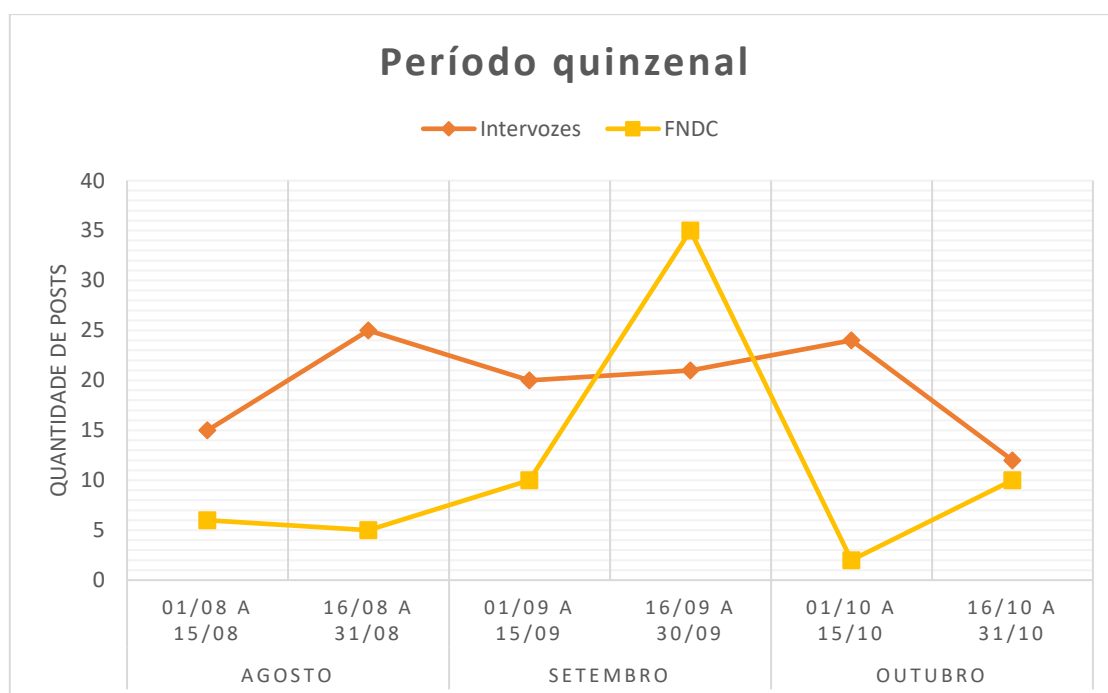
Fonte: Elaboração própria (2020).

Através da leitura flutuante realizada pela pesquisadora em cumprimento ao primeiro procedimento da codificação, nota-se que o conteúdo do Intervenções se mostra atualizado com o que acontece na sociedade contemporânea relacionado à temática da democratização da comunicação e com o que é transmitido nos meios de comunicação durante todo o período analisado.

Já o FNDC se destacou com um alto número de postagens relacionadas ao mês de setembro pelo fato da ocorrência diária de divulgação sobre o evento intitulado *4º ENDC – 4º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação*, que foi uma proposta criada pelo próprio movimento. Assim, os meses de agosto e outubro possuem um número quase quatro vezes menor de postagens se comparado a setembro.

Optamos por representar quinzenalmente a quantidade de postagens no Gráfico 2 com a finalidade de demonstrar tal oscilação entre os movimentos sociais:

Gráfico 2 – Postagens quinzenais do Intervozes e FNDC



Fonte: Elaboração própria (2020).

Notamos que, enquanto o Intervozes representado pela linha laranja se mantém com um número de publicações regulares, a linha amarela do FNDC apresenta uma alta no mês de setembro com a disseminação de informações acerca predominantemente a respeito do evento *4º ENDC*.

Ao final da fase de compilação da amostra, após três meses, o material coletado foi categorizado a partir das quatro categorias propostas. Diante da enumeração das categorias de A até D, ocorreu a classificação de subcategorias com os sinais i, ii e iii, e a agregação dos dados em tabelas. Nogueira e Castro (2014) realizaram uma pesquisa utilizando a análise de conteúdo na *fanpage* do Portal Brasil no Facebook para avaliar a comunicação do governo federal, a qual serviu de referência para elencar as seguintes

categorias propostas para a análise de conteúdo das postagens nas fanpages do Intervozes e do FNDC:

- A) Linguagem do conteúdo: (i) oficial se refere a escrita formal, (ii) interativa ao uso de links, hashtags e explicações sobre questões;
- B) Fonte do conteúdo: (i) conteúdo do próprio movimento social, (ii) compartilhamento de páginas oficiais do movimento ou (iii) compartilhamento de páginas de terceiros;
- C) Tipo do conteúdo: o conteúdo era relativo a (i) uma atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação, (ii) informações públicas referente a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país, (iii) estímulo ao exercício da cidadania;
- D) Assunto: temas relacionados a (i) democratização da comunicação, dos quais destacam-se: campanhas, projetos, notícias, manifestações ou divulgação de eventos; (ii) assunto distinto à democratização da comunicação – qualquer outro.

A partir dessas categorias e subcategorias, o subtópico *categorização* apresenta as mesmas categorias após serem aperfeiçoadas com base nas postagens coletadas nos três meses de 2019.

4.2.2 Categorização

O segundo procedimento explora o material e dá origem à categorização, a qual corresponde a “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação” (BARDIN, 2011, p. 147). Todos os elementos presentes no conteúdo das postagens são considerados: palavras, frases, hashtags, links, compartilhamentos, vídeos ou temas. A intenção é selecionar os conteúdos mais recorrentes e, então, as seguintes qualidades que se inserem nas categorias se baseiam, segundo Bardin (2011, p. 150), na: exclusão mútua – um elemento não deve aparecer duas ou mais vezes;

homogeneidade – “um único princípio de classificação deve governar a sua organização”; pertinência – a categoria deve estar adequada aos objetivos da pesquisa; objetividade e fidelidade – deixam claro os índices que determinam as categorias; produtividade – categorias que darão origem a resultado da pesquisa.

Diante do que é proposto por Bardin (2011) em relação à seleção dos conteúdos mais recorrentes da amostra, destacam-se as quatro formas de categorias, seguidas de subcategorias, componentes e exemplos organizados visualmente pela pesquisadora nos códigos de cores: azul (linguagem do conteúdo); rosa (fonte do conteúdo); verde (tipo de conteúdo); e lavanda (assunto).

Tabela 5 – Modelo de Análise de Conteúdo das postagens

Categoria	Subcategoria	Componentes	Exemplos
Linguagem do conteúdo	(i) Oficial	Inserir um tom oficial na postagem: O conteúdo é relativo às informações e lutas associadas ao movimento sem utilização de ferramentas como links ou hashtags.	Divulgação de eventos em geral; Participação em debates e audiências públicas com parceiros.
	(ii) Interativa	Inserir um tom interativo na postagem: O conteúdo apresenta o acréscimo de leituras complementares ao conteúdo disponibilizado na postagem, seguido de ferramentas como links e/ou hashtags; compartilhamento de página de evento no Facebook	Divulgação da página do evento; Leia mais em nosso site; Leia mais no blog da Carta Capital; Leia mais no Congresso em Foco; Vídeo está em nosso site; Baixe a publicação aqui; #CalarJamais; #CensuraNuncaMais; #SeusDadosSãoVocês; #LiberdadeDeExpressão #FNDC #4endc #liberdadeDeexpressão #democracia.
Fonte do conteúdo	(i) conteúdo do próprio movimento social	Utilização de informações criadas na própria fanpage ou plataforma Facebook.	Divulgação de notícias ou eventos do movimento dentro da plataforma Facebook, sem necessariamente ter um link direcionando para outras páginas.
	(ii) compartilhamento de páginas oficiais do movimento	Utilização de outras redes sociais digitais ou colunas do próprio movimento social com a	Direcionamento de conteúdos relacionados à postagem com fonte

		finalidade de disseminar e inserir outras informações nas postagens.	escrita por integrantes do próprio movimento.
	(iii) compartilhamento de páginas de terceiros	Utilização de outras fontes, fruto de parcerias ou distintas, para a disseminação de informações nas postagens.	Direcionamento de conteúdos baseados em fontes parceiras ou distintas ao movimento como de parceiros.
Tipo do conteúdo	(i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação	Indicação de produções institucionais (vídeos, palestras, debates, conferências, materiais).	Rodas de conversa; Debates; Eventos; produtos midiáticos e institucionais.
	(ii) informações públicas referentes a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país	Indicação de conteúdos que sinalizam a realidade da temática da democratização da comunicação como denúncias, notas de repúdio e informações relativas ao Congresso Nacional.	Representação das lutas e ativismos do movimento a partir de protocolos, inquéritos ou pesquisas.
	(iii) estímulo ao exercício da cidadania	Indicação de construção da comunicação online em prol da cidadania pautada na difusão de informações, bem como na elaboração de políticas públicas de comunicação (LIMA, 2011).	Pautas ou atos que, embora possam ter ligação ou não com a democratização da comunicação, compõem o desenvolvimento de atividades cidadãs.
Assunto	(i) democratização da comunicação	Pautas específicas sobre a democratização da comunicação relacionadas ao tema de censura, liberdade de expressão e protestos.	Campanhas, projetos, notícias, manifestações ou divulgação de eventos em prol da democratização da comunicação.
	(ii) assunto distinto à democratização da comunicação	Pautas relacionadas aos indígenas, animais, política, educação, e movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero.	Qualquer outro assunto diferente da temática de Comunicação: Marcha das Mulheres; Marcha das Margaridas; Ministério da Mulher; Reforma Política.

Fonte: Elaboração própria (2020), com base em Nogueira e Castro (2014).

Identificamos qualitativamente o conteúdo produzido pelos movimentos e como se relacionam com o tema da democratização da comunicação, bem como verificamos o papel dessa comunicação online a serviço da cidadania.

A coleta reúne 117 postagens extraídas da fanpage do Intervozes e 68 do FNDC, com isso, escolhemos analisar todas essas 185 postagens ao invés de selecionar uma pequena amostra.

As tabelas 6 e 7 demonstram, a título de exemplificação, como foi montada a planilha de modo qualitativo no excel³⁰ a fim de facilitar a análise e detalhar a maneira como se realiza tal categorização. Os exemplos escolhidos correspondem a uma postagem de cada mês analisado. Os links dos conteúdos pertencentes às Tabelas 6 e 7 e das postagens que se referem às imagens numeradas de 5 a 22 estão ao final do estudo, inseridos no Apêndice B, caso exista o interesse em verificá-las na íntegra.

Tabela 6 – Exemplo de sistematização dos conteúdos durante pré-análise do Intervozes

Dados da página	Data	Horário	Conteúdo	Linguagem	Fonte	Tipo	Assunto	Link vinculado
32,748 curtidas; 33,495 seguidores	23/08/19	19h30	Também estivemos na Rede TVT para falar da cartilha! Olívia Bandeira, nossa associada, destacou que o principal objetivo da publicação é provocar o debate sobre a desinformação na sociedade.  Cartilha disponível para download aqui ó: http://bit.ly/CartilhaFakeNews	(ii)	(iii)	(i)	(i)	encurtador.com.br/izAR6

³⁰ Aplicativo de criação de planilha da Microsoft Windows utilizado para composição dos metadados.

32,799 curtidas; 33,575 seguidores	17/09/19	14h00	Que limites tem o intervencionismo na Empresa Brasil de Comunicação (EBC)? Na semana passada, o beneficiado foi o próprio filho do presidente, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Ele foi o entrevistado do programa “Impressões”, da TV Brasil. No site da TV Brasil, vemos as edições que já foram ao ar. Foram 22 programas, sendo 8 (mais de 1/3) com membros do governo, parlamentares aliados ou responsáveis por pautas de interesse do governo. Dentre os outros convidados, ninguém com um perfil minimamente contestador em relação a quem hoje ocupa o poder de Estado. Confira o nosso artigo no blog da CartaCapital:	(ii)	(ii)	(ii)	(i)	encurtador.com.br/actLM
32,905 curtidas; 33,667 seguidores	25/10/19	11h48	O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) realizou nesta semana uma missão para ouvir denúncias e acompanhar as comunidades quilombolas, marisqueiras e pescadores afetadas pelo derramamento de óleo no Nordeste brasileiro. Articulada pela conselheira do CNDH e integrante do Intervozes, Iara Moura, e o conselheiro do CNDH pela OAB, Everaldo Patriota, a missão realiza neste momento uma audiência pública para discutir os impactos de uma das maiores tragédias ambientais do país na vida dos povos e comunidades tradicionais de Sergipe. Maria Izaltina Silva Santos, representante do Movimento Quilombola de Sergipe, é uma das vozes presentes na audiência, que também conta com o apoio da OAB Sergipe, Ministério Público Federal, Defensoria Pública de Sergipe e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	(i)	(i)	(iii)	(ii)	Não possui

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os dados das páginas indicam um crescimento no número de curtidas e seguidores no decorrer dos meses. No primeiro exemplo de postagem, o conteúdo traz uma linguagem interativa (ii) com um link no corpo do texto que direciona diretamente o seguidor ou o interessado para o download da cartilha elaborada pelo movimento Intervozes, além de também direcionar para um vídeo do canal de Youtube da Rede TVT intitulado *Coletivo Intervozes lança cartilha para combater Fake News* ao clicar na imagem da postagem. O vídeo da Rede TVT (2019) vinculado acompanha a seguinte legenda:

A expressão "fake news" (notícia falsa) se popularizou mundialmente e se tornou comum nas conversas cotidianas, em casa, no trabalho, no bar, na escola etc. Sabendo disso, o Intervozes, que tem acompanhado a questão em uma perspectiva de defesa do direito à comunicação, produziu esta publicação para compartilhar alguns debates considerados a chave da questão: a desinformação.

Por isso, a postagem está categorizada como fonte (iii) ao compartilhar páginas de terceiros. O tipo de conteúdo (i) demonstra uma atividade do próprio movimento ao indicar uma produção institucional. E, por fim, o assunto (i) está diretamente relacionado à democratização da comunicação ao retratar a temática das fake news como uma possível precursora da desinformação.

O segundo exemplo mostra uma linguagem interativa (ii) ao acrescentar o link de um artigo disponibilizado no blog da Carta Capital. Por isso, a fonte do conteúdo é (ii) compartilhada de uma página oficial do movimento que trata de (ii) informações públicas referente a dados sobre a democratização da comunicação no país ao dissertar sobre a possibilidade de privatização da EBC pelo atual governo. Assunto (i) totalmente ligado à democratização da comunicação no Brasil.

O terceiro exemplo aponta uma linguagem oficial (i), sem hashtags e links, e com a fonte do conteúdo escrita por gerenciadores da página (i). A pauta compõe o desenvolvimento de atividades cidadãs e discute impactos ambientais dentro de uma audiência pública promovida pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), então o tipo de conteúdo é classificado como um (iii) estímulo ao exercício da cidadania. Por se tratar especificamente do derramamento de óleo no Nordeste brasileiro, a postagem foi classificada na última categoria como um assunto distinto à democratização da comunicação (ii).

Além dessas informações expostas, foram salvos os links que estavam vinculados à postagem quando existiam, e o link da postagem na fanpage. Realçamos que todas as 185 postagens foram categorizadas dessa maneira: Linguagem, Fonte, Tipo e Assunto.

Tabela 7 – Exemplo de sistematização dos conteúdos durante pré-análise do FNDC

Dados da página	Data	Horário	Conteúdo	Linguagem	Fonte	Tipo	Assunto	Link vinculado
19,915 curtidas; 20,437 seguidores	18/08/19	14h52	Agende-se!	(ii)	(iii)	(iii)	(i)	encurtador.com.br/dhAEL
19,875 curtidas; 20,417 seguidores	15/09/19	15h23	Em entrevista à jornalista Patrícia Campos Melo, da Folha de São Paulo, Edison Lanza também critica tentativa de Marcelo Crivella de censurar livro no Rio. #CalarJamais #LiberdadeDeExpressão #FNDC	(ii)	(ii)	(ii)	(i)	encurtador.com.br/fDJ06
19,850 curtidas; 20,410 seguidores	17/10/19	18h06	O #4ENDC começa nesta sexta, em São Luís-MA, com um grande ato político em defesa da democracia e da liberdade de expressão. #calarjamais #liberdadeDeexpressão #fndc3 #saoluis #maranhao	(ii)	(ii)	(i)	(i)	encurtador.com.br/aelyI

Fonte: Elaboração própria (2020).

O FNDC demonstra uma queda no número de curtidas e seguidores da fanpage nos três meses analisados. No que se refere aos exemplos selecionados do FNDC, o primeiro apresenta a linguagem interativa (ii) devido a imagem compartilhada direcionar o seguidor ou interessado para a postagem de lançamento da cartilha *Desinformação: muito além das fake news* promovida pelo Intervozes. Consequentemente, a fonte dessa

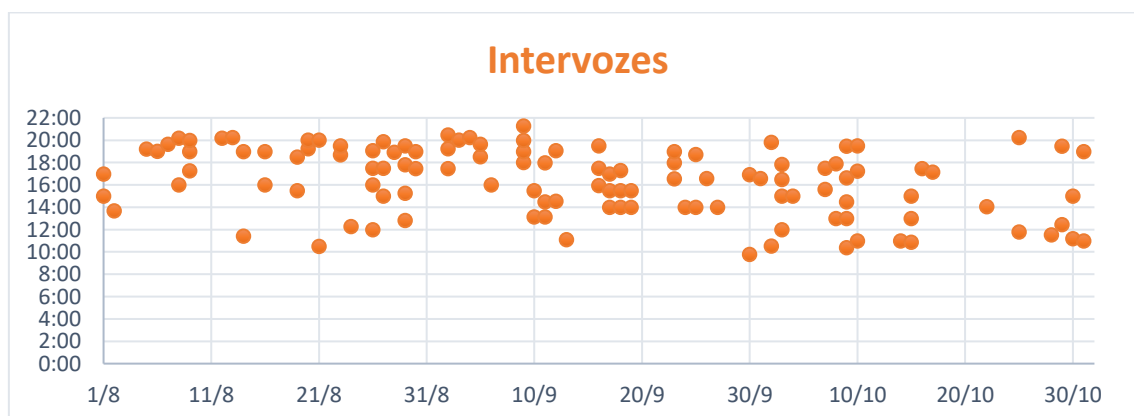
postagem é fruto de parcerias do movimento e classificada como (iii) por compartilhar páginas de terceiros. O tipo de conteúdo é identificado como um (iii) estímulo ao exercício da cidadania, pois o conteúdo incentiva o entendimento ou aprofundamento do assunto ao acompanhar esse lançamento. O assunto da postagem é (i) totalmente relacionado à democratização da comunicação.

O segundo exemplo apresenta a linguagem interativa (ii) por utilizar as hashtags #LiberdadeDeExpressão e #FNDC, e o link direciona para o site oficial do movimento FNDC (ii) com uma entrevista entre Patrícia Campos Mello e a Folha Online tratando sobre a censura, liberdade de expressão e ataques à imprensa. Com isso, o tipo se refere a (ii) informações públicas por expor dados sobre o episódio de censura de um livro ocasionada no Rio de Janeiro, e está totalmente ligada ao assunto da (i) democratização da comunicação.

O terceiro exemplo do FNDC utiliza a linguagem interativa (ii) com as hashtags #calarjamais, #liberdadeDeExpressão, #fndc3, #saoluis, e #maranhao; e compartilha o link para a inscrição do 4º ENDC com fonte (ii) do próprio movimento. Por fim, o tipo se refere a (i) uma atividade proposta pelo movimento e o assunto (i) está ligado à democratização da comunicação por mencionar o início do evento que visa à liberdade de expressão.

Identificamos que não existe um padrão de horário de postagens em nenhuma das fanpages. No Intervozes, a maioria dos conteúdos acontece entre 16h e 20h no mês de agosto, em setembro durante todo o dia, das 12h às 21h, e em outubro a prevalência é das 10h às 20h, como demonstrado no Gráfico 3:

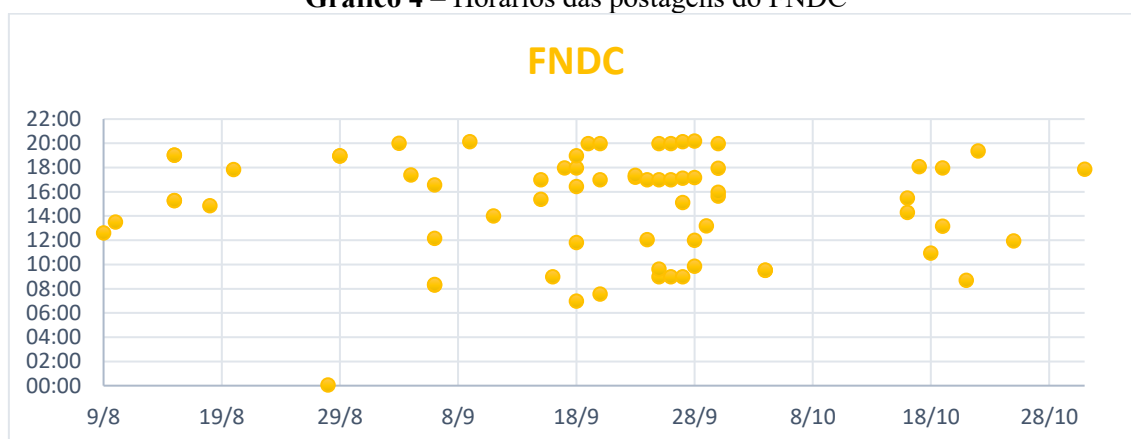
Gráfico 3 – Horários das postagens do Intervozes



Fonte: Elaboração própria (2020).

A atualização da fanpage do FNDC vai ao encontro da constatação de que não há um padrão. Existe apenas um momento durante os meses analisados em que a fanpage realiza uma postagem durante a madrugada, especificamente às 00h04 do dia 28 de agosto de 2019. Em geral, o Gráfico 4 demonstra que as postagens acontecem entre 14h e 18h em agosto, das 08h às 20h em setembro e das 10h às 18h em outubro.

Gráfico 4 – Horários das postagens do FNDC



Fonte: Elaboração própria (2020).

A seguir, os quatro subtópicos possuem a finalidade de apresentarmos cada categoria, reiterarmos os componentes, demonstrarmos quantitativamente a coleta e destacarmos, a título de exemplificação, alguns dos conteúdos que interessam para a pesquisa.

Utilizamos as tabelas para demonstrar a análise quantitativa e as figuras para exibir os recortes de postagens encontradas nas fanpages.

4.2.2.1 Linguagem do conteúdo

A categoria de linguagem do conteúdo possui duas subcategorias: (i) Oficial - com conteúdos sobre informações e lutas associadas ao movimento, e sem utilizar ferramentas como links ou hashtags, a fim de divulgar eventos e participações em geral; e (ii) Interativa - com o acréscimo de leituras complementares ao conteúdo disponibilizado na postagem, seguido de links e/ou hashtags.

Tabela 8 – Análise de Conteúdo da categoria *linguagem do conteúdo*

Linguagem		Agosto	Setembro	Outubro	Total
Intervozes	(i) Oficial	-	01	02	03
	(ii) Interativa	40	40	34	114
FNDC	(i) Oficial	-	-	-	00
	(ii) Interativa	11	45	12	68

Fonte: Elaboração própria (2020).

A linguagem oficial é encontrada em poucas publicações, como demonstra a Tabela 8: o Intervozes totaliza três postagens (2,56%) e nenhuma é disponibilizada na fanpage do FNDC.

A escolha do exemplo de postagem com linguagem oficial (i) se refere ao dia 17 de outubro, a qual se destaca por ser uma data comemorativa desde 2003: o dia nacional pela democratização da comunicação. O Intervozes³¹ menciona que essa data marca a revogação da “Emenda Constitucional nº 11 (AI-5), o dia que Madre Teresa foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz em 79, e o dia que os restos de Che Guevara foram enterrados em Cuba, no ano de 1997”.

A postagem está exibida na Figura 5 e o conteúdo do Intervozes retoma a campanha *Levante sua voz*. O movimento enfatiza a importância da resistência à censura e liberdade de expressão com foco na defesa do interesse público. Todos os conteúdos aparecem em forma de texto dentro da postagem e também inseridos na foto que a acompanha sem nenhuma hashtag ou link de direcionamento para outras páginas, e com a inserção de *emojis*: ícones ilustrados disponíveis no momento da criação da postagem.

³¹ Começa a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação. 2010. Disponível em: <https://intervozes.org.br/comeca-a-semana-nacional-pela-democratizacao-da-comunicacao/>. Acesso em: 14 out. 2020.

Figura 5 – Postagem do Intervozes categorizada como linguagem oficial (i)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

A linguagem do conteúdo das postagens coletadas sugere que a maioria delas possuem um aspecto interativo (ii): Intervozes 97,44% e FNDC 100%. A vinculação de links ao post original, a utilização de hashtags e/ou compartilhamentos de páginas costumam complementar o que fora postado. O uso dessas ferramentas pode ajudar o seguidor ou interessado pela temática a compreender o assunto divulgado, que vai ao encontro da ideia de Mattos (2013) sobre a utilização das tecnologias digitais com a finalidade de transmitir conteúdos com texto, vídeo, foto, áudio e/ou gráficos utilizando um único método. Nesse caso, o método utilizado foram as fanpages.

A Associação para o Progresso das Comunicações (APD), articulação parceira do Intervozes, é citada na primeira postagem coletada com data de 1º/08/19 e divulga a preocupação com a crescente vigilância ilegal promovida por empresas. No cerne da questão debatida no Conselho de Direitos Humanos da ONU, existem questões relacionadas à falta de transparência, perseguição a especialistas em segurança digital e utilização de redes sociais para disseminação de ódio e desinformação. A postagem compartilha um artigo publicado no próprio site oficial do movimento social, e explica com detalhes o que aconteceu durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Destacamos a postagem do movimento na Figura 6 a fim de exemplificar os artigos compartilhados do blog da Carta Capital na fanpage do movimento. O título do artigo é *MPF vai à Justiça contra fusão da TV Brasil com o canal Executivo* e foi redigido pela integrante Bia Barbosa:

Figura 6 – Postagem do Intervozes categorizada como linguagem interativa (ii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

Destacamos também que as palavras destacadas em azul *Ministério Público Federal – MPF* e *Carta Capital*, inseridas no conteúdo, também direcionam respectivamente o interessado para essas fanpages oficiais na rede social digital Facebook.

Em outros momentos, o lançamento da cartilha *Desinformação: muito além das fake news* é apresentado como um evento direcionado para uma página de divulgação no próprio Facebook, para que a sociedade participe de um bate-papo sobre a desinformação e garanta a diversidade e a pluralidade no ambiente online.

O convite para o seminário *Grandes plataformas de internet e moderação de conteúdos: desafios para a liberdade de expressão e outros direitos humanos* é aberto para o público em geral, e também compartilhado por um evento direcionado a uma página inserida no Facebook. Realizado pelo Intervenções e parceiros como o FNDC, o evento visa à discussão sobre o debate internacional da regulação de plataformas, a regulação democrática para a garantia da liberdade de expressão na internet, entre outros assuntos.

As hashtags que surgem nas postagens são relacionadas sempre ao conteúdo e, muitas vezes, criadas pelo próprio movimento em função de campanhas e de ativismos promovidos por si próprio e com o apoio de parceiros, como exemplo, a campanha Calar Jamais!: #internetdireitoseu, #ConexãoCidadaniaParaTodxs, #CensuraNuncaMais, #CalarJamais, #fakenews, #desinformação, #SeusDadosSãoVocê, #FicaAncine, #PLdasTeles, entre outras.

Sobre as publicações classificadas como interativas (ii) no FNDC, o movimento acrescenta leituras complementares através de sites como a Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUTRS) e Sul21.

O FNDC também possui postagens interativas utilizando as hashtags #CalarJamais, #LiberdadeDeExpressão, #FNDC, #chicobuarque, #AzMina, #Itamaraty, #lgbt, #YoungAvengers, #JovensVingadores, #HQ, #censura, #graphicnovel, #marvel e #bienal.

A Figura 7 apresenta uma postagem com a utilização de três hashtags e o compartilhamento da página do jornal Sul21, um noticiário dedicado aos assuntos “com foco na defesa da democracia, dos direitos, da liberdade de expressão e do desenvolvimento social. Por meio do equilíbrio, da clareza e da transparência” (SUL21, 2020). A equipe é formada por sete profissionais que integram as seguintes áreas: editor-chefe, reportagem especial, reportagem e redes sociais, fotografia, vídeo e marketing. Nesse exemplo, o FNDC insere as hashtags #CalarJamais, #LiberdadeDeExpressão e #fndc.

Figura 7 – Postagem do FNDC categorizada como linguagem interativa (ii)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

A ampla divulgação do 4º Encontro Nacional pela Democratização da Comunicação acompanha repetidamente as seguintes hashtags: #4endc, #liberdadeexpressão, #democracia, #fndc, #saoluis e #maranhao.

Comentamos, a seguir, sobre a fonte dos conteúdos que podem direcionar ou não o interessado na temática para aprofundamento do conhecimento em outras páginas.

4.2.2.2 Fonte do conteúdo

A categoria fonte do conteúdo possui três subcategorias: (i) conteúdo do próprio movimento social – com informações criadas na própria fanpage ou plataforma Facebook, valendo-se da divulgação de notícias ou eventos do movimento dentro da plataforma Facebook, sem necessariamente ter um link direcionando para outras páginas; (ii) compartilhamento de páginas oficiais do movimento – com a incorporação de outras redes sociais digitais ou colunas do próprio movimento social com a finalidade de complementar as postagens com fonte escrita por integrantes do próprio movimento; (iii)

compartilhamento de páginas de terceiros – direcionamento para outras fontes, fruto de parcerias ou distintas, para a disseminação de informações nas postagens.

Tabela 9 – Análise de Conteúdo da categoria *fonte do conteúdo*

	Fonte	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Intervozes	(i) conteúdo do próprio movimento social	12	05	04	21
	(ii) compartilhamento de páginas oficiais do movimento	20	23	15	58
	(iii) compartilhamento de páginas de terceiros	08	13	17	38
FNDC	(i) conteúdo do próprio movimento social	07	11	03	21
	(ii) compartilhamento de páginas oficiais do movimento	01	30	06	37
	(iii) compartilhamento de páginas de terceiros	03	04	03	10

Fonte: Elaboração própria (2020).

A primeira subcategoria a ser analisada é a (i) e classifica 17,95% das postagens da fanpage do Intervozes e 30,88% do FNDC.

A respeito desses conteúdos, as postagens se relacionam aos textos escritos pelos próprios gerenciadores da página, que versam sobre as seguintes notícias e eventos: debate organizado pelo Fórum Sergipano pelo Direito à Comunicação sobre comunicação, liberdade de expressão e democracia; audiência pública sobre direito eleitoral e fake news na Câmara dos Deputados com a participação do Intervozes, professores universitários e jornalistas; participação na oitava aula do VI curso de extensão mídia, violência e direitos humanos, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Salientamos as notícias de apoio aos jornalistas do The Intercept Brasil, como a demonstrada na Figura 8. O Intervozes compartilha imagens do ato realizado na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo, e não direciona o seguidor para nenhuma outra página:

Figura 8 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (i)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

A Figura 8 demonstra a utilização de informações criadas na própria fanpage, bem como o compartilhamento de imagens que são salvas na seção *fotos* com o princípio de divulgar a presença do movimento no ato.

Sobre as postagens da fonte do conteúdo (i) do FNDC, destacamos a divulgação de evento realizado em 2017 intitulado 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação. O conteúdo é produzido na própria página e postado na quinta-feira dia 15 de agosto de 2019, e traz a informação de que no evento houve a denúncia de violações do direito à liberdade de expressão e mortes durante as manifestações contra a deposição da presidenta Dilma Rousseff. O movimento utiliza a hashtag #tbt (sigla de Throwback Thursday³²), conhecida pelos internautas por se referir a uma lembrança. Diversas postagens acontecem em prol da divulgação do 4º Encontro Nacional pelo Direito à

³² Revisita ao passado, tradução nossa. Alusão à brincadeira da internet onde o público posta fotos ou conteúdos ligados ao passado.

Comunicação. Por isso, demonstramos, na Figura 9, um dos conteúdos com a descrição completa sobre as programações que compõem o evento 4º FNDC em 2019:

Figura 9 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (i)

FNDC Democratização da Comunicação 3 September 2019 · 🌐

Marca os amigos e chama geral que esse rolê tá imperdível!

📅 Quinta-feira, 17 de outubro
🕒 14h às 18h – 22ª Plenária Nacional do FNDC

📅 Sexta-feira, 18 de outubro
🕒 9h às 12h – Painéis Temáticos 4º ENDC/Parte 1

- O papel da comunicação na resistência democrática
- Violação de Direitos Humanos na Mídia
- O monopólio da mídia e o ataque aos direitos sociais
- O papel da Cultura na resistência democrática

🕒 12h às 13h30 – Intervalo

🕒 13h30 às 17h30 – Painéis Temáticos 4º ENDC/Parte 2

- Comunicação Pública como promotora da diversidade e pluralidade
- Fake news: a desinformação como tática política
- Proteção de comunicadores em tempos de autoritarismo
- A mídia, a operação Lava Jato e a destruição do Estado Democrático de Direito

🕒 19h – Ato Político em Defesa da Liberdade de Expressão

📅 Sábado, 19 de outubro
🕒 9h às 10h30 – Conferência: Os desafios para o exercício da liberdade de expressão numa sociedade hiperconectada

🕒 10h30 às 12h30h – Conferência: A naturalização e institucionalização da censura no Brasil

🕒 12h30 às 14h – Intervalo

🕒 14h às 16h – Conferência Democracia roubada – discurso de ódio, desinformação e as plataformas monopolistas digitais

🕒 19h – Programação cultural

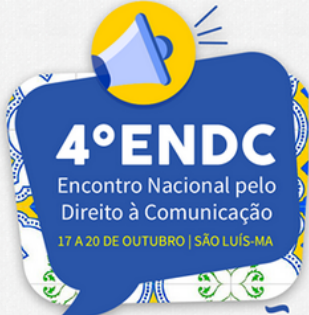
📅 Domingo, 20 de outubro
🕒 9h às 11h - Rodas de conversa temáticas

🕒 11h30 às 14h - Leitura e aprovação da Carta de São Luís

🕒 14h - Encerramento

Inscrições on-line: doity.com.br/4endc

#4ENDC
#FNDC
#liberdadeexpressao
#CalarJamais



4º ENDC
Encontro Nacional pelo
Direito à Comunicação
17 A 20 DE OUTUBRO | SÃO LUÍS-MA

*programação**

Inscrição on line: doity.com.br/4endc

*Locais ainda não confirmados. Sujeito a alterações e atualizações.

fndc.org.br

👍 10 6 shares

Fonte: Fanpage FNDC (2019).

Em relação à subcategoria (ii), a fonte do conteúdo do Intervozes compartilhando páginas oficiais do movimento atinge 49,57% e o FNDC compreende 54,41%.

O Intervozes reafirma o assunto postado através de matérias que estão inseridas no site oficial do coletivo (<http://intervozes.org.br/>), redes sociais digitais oficiais como o Youtube, e em sites como o da Carta Capital, Congresso em Foco e Coalização Direitos na Rede, em que os próprios integrantes do coletivo postam artigos autorais. A Figura 10 direciona o seguidor para o site oficial do movimento para ler uma nota pública organizada por diversos coletivos e escrita pelo movimento nomeado de *comunicainter*:

Figura 10 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (ii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

A situação relatada no site oficial do Intervozes através da nota pública se refere à reivindicação de respeito à autonomia do Conselho Nacional de Direitos Humanos - órgão colegiado que objetiva a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil. Na situação, o Conselho sofre com as imposições realizadas pelo Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos.

Já o FNDC utiliza apenas o site oficial do FNDC (<http://www.fndc.org.br/>) e links que direcionam para informações sobre o evento 4º ENDC. A Figura 11 demonstra um link na postagem que direciona para a matéria no site oficial do movimento escrita pela cobertura colaborativa do 4º ENDC:

Figura 11 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (ii)



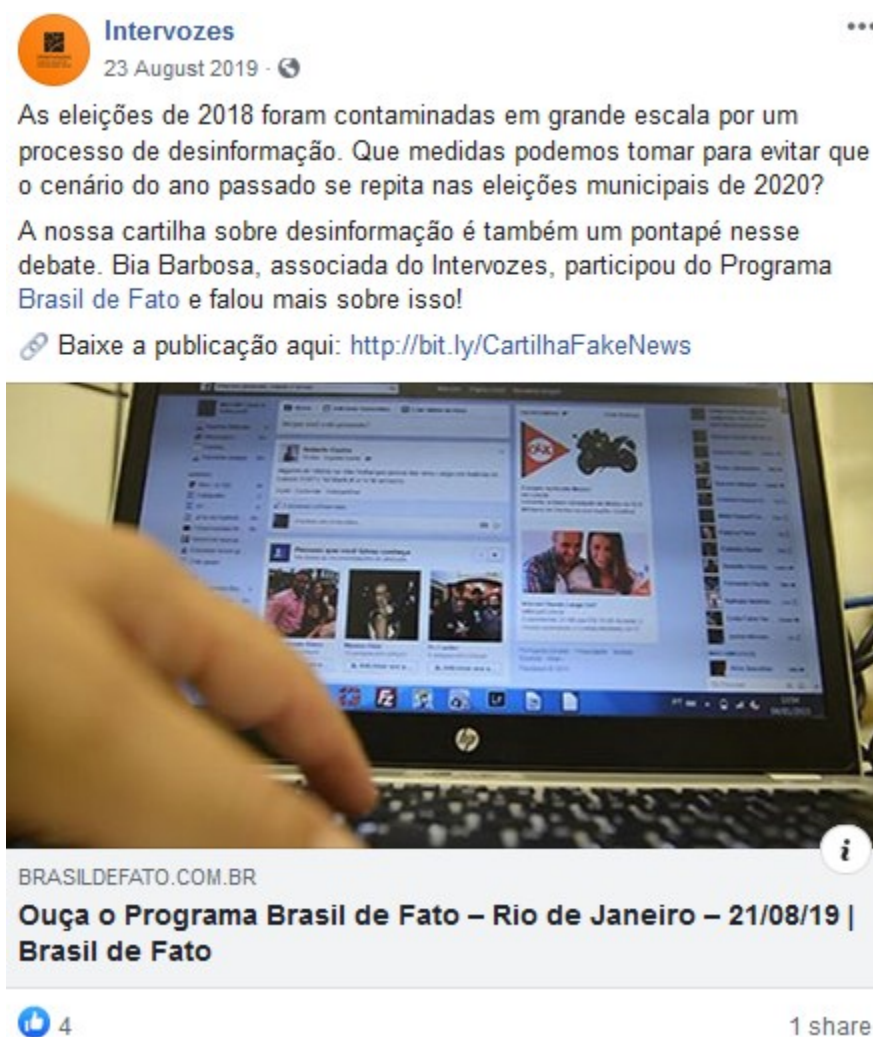
Fonte: Fanpage do FNDC (2019).

A subcategoria (iii) corresponde a 32,48% do Entrevizes e apenas 14,71% do FNDC.

O Entrevizes disserta sobre o processo de desinformação nas eleições de 2018 e incentiva a reflexão dos interessados sobre *que medidas podemos tomar para evitar que o cenário do ano passado se repita nas eleições municipais de 2020?* Para isso, além de divulgar o link da cartilha *Desinformação*, a página direciona a postagem para uma matéria de uma fonte distinta do Entrevizes que se refere ao Programa Brasil de Fato³³, o qual trata do impacto social e cultural provocado pela disseminação de fake news.

³³ Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/08/21/ouca-o-programa-brasil-de-fato-rio-de-janeiro-210819>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Figura 12 – Postagem do Intervozes categorizada como fonte do conteúdo (iii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

Em outra postagem, o Intervozes também compartilha a página do parceiro FNDC para direcionar o conteúdo sobre o repúdio às ações do governo vigente. Encontramos outros compartilhamentos de fontes parceiras ou distintas (iii): Teletime – informação independente e confiável; Plataforma Reforma Política; Coluna Política do Estadão; fanpage Coding Rights; fanpage Taturana Mobilização Social; fanpage O POVO Online; perfil de Max Maciel; canal da Câmara dos Deputados no Youtube; Fenadados CUT – Federação nacional dos trabalhadores em empresas de processamento de dados, serviços de informática e similares; CBN podcast; NICbrvideos; NETBLOCKS – mapping net freedom; Marco Zero conteúdo; Nenhuma Gota Mais; Ciudadanía_Inteligente.

A Figura 13 demonstra o convite a um encontro promovido por outra fonte parceira e que tem como objetivo a discussão da comunicação e resistência:

Figura 13 – Postagem do FNDC categorizada como fonte do conteúdo (iii)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

Devido a uma pequena porcentagem de compartilhamento de terceiros (iii), apreendemos que o FNDC direciona as postagens para outros conteúdos em uma quantidade menor se comparado ao Intervozes. As fontes encontradas correspondem a: fanpage Intervozes; fanpage Fopecom - Fórum Pernambucano de Comunicação; Carta Capital; canal da Câmara dos Deputados no Youtube; canal da TV Difusora no Youtube; Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUTRS); Sul21; Jornal da

Guará. A seguir, a análise continua com a próxima categoria correspondente ao tipo de conteúdo.

4.2.2.3 Tipo do conteúdo

A categoria tipo do conteúdo possui três subcategorias: (i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação – produções institucionais, rodas de conversa; debates; eventos; (ii) informações públicas referentes a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país – conteúdos que sinalizam a realidade da temática da democratização da comunicação, como denúncias, notas de repúdio e informações relativas ao Congresso Nacional; (iii) estímulo ao exercício da cidadania – construção de uma comunicação online em prol da cidadania pautada na difusão de informações, bem como na elaboração de políticas públicas de comunicação (LIMA, 2011).

Tabela 10 – Análise de Conteúdo da categoria *tipo do conteúdo*

	Tipo	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Intervozes	(i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação	13	09	07	29
	(ii) informações públicas referentes a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país	12	16	15	43
	(iii) estímulo ao exercício da cidadania	15	16	14	45
FNDC	(i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação	06	34	09	49
	(ii) informações públicas referentes a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país	01	11	01	13
	(iii) estímulo ao exercício da cidadania	04	-	02	06

Fonte: Elaboração própria (2020).

O conteúdo da subcategoria (i) na fanpage do Intervozes corresponde a 24,79% e 72,06% do FNDC.

O Intervozes divulga as seguintes programações:

- Debate *LACIGF* em sete de agosto de 2019, em La Paz, na Bolívia. Participantes: Gustavo Gómez - Observacom; Olivia Bandeira – Intervozes; Andrés Sastre – ASIET; Diego Canabarro – ISOC.
- Debate *Bases para un modelo democrático de regulación de internet*, no LACIGF.
- Evento *Grandes plataformas de internet e moderação de conteúdos* no dia dez de setembro de 2019. Apoio Fundação Ford, Open Society Foundation e FES.
- Conversa online para apresentar os dados da pesquisa *Vozes Silenciadas: Reforma da Previdência e Mídia*, no dia doze de setembro de 2019.
- Ato *Artigo 5º: censura nunca mais*, com Ana Mielke na Câmara dos Deputados.
- Debate *Comunicação, Liberdade de Expressão e Democracia* organizado pelo Fórum Sergipano pelo Direito à Comunicação, no dia dezanove de setembro de 2019. Participantes: Cristian Góes – jornalista, Izadora Brito – advogada, Taylane Cruz – escritora, Robson Barros (mediação) – presidente da comissão de direitos humanos da OAB Sergipe.
- Oficina *Tire a mão da minha segurança digital*. Parceria com a Internet sem Fronteiras – Brasil.
- Roda de conversa *direito à comunicação e direito à moradia: uma luta conjunta* no dia cinco de outubro de 2019.

Os produtos midiáticos e institucionais divulgados pelo Intervozes correspondem a(o):

- Concurso de vídeos aberto ao público com a finalidade de divulgar temáticas sobre *Conexão e Cidadania para todos*. O vídeo deve seguir a regra de ter no máximo de 3 minutos. O vídeo mais votado ganha o prêmio de 2 mil reais e a exibição nos canais de comunicação da Coalização Direitos na Rede e no evento 4º ENDC.

- Discussão da cartilha *Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news* na 18ª Jornada de Agroecologia do Paraná.
- Lançamento da cartilha *Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news*.
- Lançamento da pesquisa *Vozes Silenciadas: Reforma da Previdência e Mídia*.
- Lançamento do *minimanual contra a censura na EBC* produzido pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal.

A título de exemplificação, destacamos a Figura 14, que demonstra uma atividade do Intervozes em vista da divulgação de um produto institucional:

Figura 14 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (i)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

A porcentagem de 72,06% relativa ao FNDC sobre a (i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação se deve, principalmente, à divulgação do evento 4º ENDC.

A única postagem que se difere desse conteúdo do evento está representada na Figura 15 do dia dez de setembro de 2019 com informações sobre o seminário *Artigo 5º: censura nunca mais*, que considera a censura a temática principal e que deve ser discutida entre os interessados em prol da sociedade:

Figura 15 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (i)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

Assim, evidenciamos uma grande quantidade de atividades propostas pelo próprio movimento na fanpage do FNDC com conteúdos iguais. O mês de setembro foca grande parte das postagens na divulgação do 4º ENDC por ser um mês que antecede o evento, com data de 18 a 20 de outubro de 2019 em São Luís, Maranhão.

O conteúdo na fanpage do Intervozes que se refere às informações públicas referentes a dados e estatísticas sobre a democratização da comunicação no país (ii) engloba 36,75%.

A divulgação de projetos de lei é recorrente, bem como explicações através de episódios compartilhados da *Reforma Política Plataforma*³⁴ - programa semanal lançado

³⁴ Reforma Política Plataforma. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCIbNzRaj08-ux24P9QluJLA/videos>. Acesso em: 05 nov. 2019.

no segundo semestre de 2019 e apresentado por Madu Krasny sobre os assuntos tratados no Congresso Nacional que são de interesse do movimento.

O Intervozes denuncia a exoneração arbitrária, provocada pelo Ministério da Mulher, da coordenadora-geral do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). O movimento deixa claro que repudia as intervenções do Ministério da Mulher no Conselho através de uma nota pública³⁵:

As entidades da sociedade civil abaixo assinadas reivindicam o compromisso do Ministério e do Estado brasileiro em respeitar a autonomia do Conselho Nacional de Direitos Humanos e garantir seu pleno funcionamento como parte de acordos e normas dos quais o Brasil é signatário, e em conformidade com os parâmetros internacionais em matéria de direitos humano, bem como com a Política nacional de Participação Social. Brasília, 27 de agosto de 2019. Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, Intervozes, Barão de Itararé, Andi Comunicação e Direitos, Instituto Vladimir Herzog, Amarc, Repórteres Sem Fronteiras, União Brasileira de Mulheres, Fenaj, Palavra Aberta, Instituto Alana.

O Ministério Público Federal (MPF) aparece em seis postagens. O ativismo frequente está relacionado à oposição à censura promovida pelo governo em relação à fusão da TV Brasil e TV NBr, informação que é detalhadamente dissertada em redes sociais oficiais do movimento, como o Blog na Carta Capital e no Congresso em Foco.

Em outro momento, o MPF surge em um conteúdo que indica o crime de falsidade ideológica cometido pelo deputado estadual da Paraíba com participação de uma de suas filhas. O crime é referente à transferência de uma emissora de rádio de pai para filha, escondendo o controle do deputado sobre a outorga e desconsiderando o artigo 54 da Constituição Federal – demonstrado no Anexo B deste estudo. Nada disso foi divulgado pela mídia hegemônica e, então, o Intervozes escreve e complementa a postagem com um artigo no Blog da revista Carta Capital para explicar a situação e como políticos estão burlando a lei.

Encontramos também uma representação do Intervozes protocolada ao MPF sobre a remoção de vídeos que estavam disponíveis na plataforma Youtube que divulgavam cenas de programas violando os direitos humanos de idosos, mulheres, negros e LGBTIs, o que configura uma censura privada.

³⁵ Nota pública - Organizações lançam nota de repúdio às intervenções no Conselho Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <http://intervozes.org.br/organizacoes-lancam-nota-de-repudio-as-intervencoes-no-conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

A Figura 16 demonstra uma denúncia na qual o MPF requisita que as instituições responsáveis cumpram a Lei 11.652/08, de 07 de abril de 2008, que trata sobre aspectos dos serviços de radiodifusão pública no Brasil.

Figura 16 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (ii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

Em relação ao FNDC, o movimento reúne 19,12% de postagens na subcategoria do tipo (ii).

O FNDC divulga postagens sobre como o Presidente da República se dirige aos jornalistas utilizando discursos que ferem valores e práticas democráticas. Como exemplo, o movimento disponibiliza um vídeo no qual o Presidente afirma que, caso os jornalistas fossem presos por *excesso jornalístico*, todos os que estavam presentes na hora dessa declaração estariam presos.

Em outro momento, o FNDC escreve uma postagem com o episódio em que a exposição *Independência em Risco* é cancelada logo após doze horas de inaugurada na entrada do Plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O conteúdo da exposição possuía 36 desenhos de 19 cartunistas, e foram considerados desrespeitosos ao Presidente

da República. Assim, o FNDC julga a atitude de cancelamento um ataque à liberdade de expressão, cultura e democracia.

Ao encontro disso, destacamos a postagem sobre a tentativa de recolhimento de uma história em quadrinhos na Bienal do Livro feita pelo prefeito Marcelo Crivella no Rio de Janeiro. A atitude demonstra outra tentativa de censura que, após guardas municipais não concluírem a retirada do material, o montante total de impressões da história foi vendido na manhã seguinte ao acontecimento.

A Figura 17 demonstra uma postagem sobre o episódio em que foi requisitado que a obra de Chico Buarque fosse retirada da programação do 8º *Cine fest Brasil – Montevideú*, e representa também uma nota de repúdio do FNDC sobre esse ocorrido contendo informações sobre a realidade da democratização da comunicação no Brasil:

Figura 17 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (ii)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

Por fim, a subcategoria (iii) estímulo ao exercício da cidadania corresponde a 38,46% no Intervozes, encontrada durante todos os três meses, e 8,82% no FNDC, correspondente às postagens encontradas nos meses de agosto e outubro.

Percebemos que o Intervozes atua fortemente através de debates, eventos e rodas de conversa que possuem como objetivo informar a população e desenvolver atividades

cidadãs. A Figura 18 reúne fotos e informações sobre a luta em prol de justiça, democracia e igualdade da população indígena e, especialmente, da população composta por mulheres:

Figura 18 – Postagem do Intervozes categorizada como tipo do conteúdo (iii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

A partir dessa luta junto às mulheres indígenas, o Intervozes também participa do debate *Fundamentalismo: a pedra no caminho de nossa autonomia e liberdade*, organizado pela Articulação de Mulheres Brasileiras. Esses debates incentivam a participação de mulheres e salientam as lutas pela democracia, liberdade e soberania popular. O compartilhamento de fotos, informações e hashtags constroem uma

comunicação online detalhada e com uma forte representatividade cidadã por divulgar as informações de diversas maneiras.

A participação do movimento em audiência pública, fruto de um requerimento da deputada Benedita da Silva à Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, é divulgada, bem como acompanhada de um convite inserido na foto da postagem de um convite para a sociedade interessada. Aspectos importantes são tratados na postagem que incentivam a promoção do conteúdo midiático produzido nacionalmente, salientando o apoio de atividades que visam ao exercício da cidadania no Brasil.

O Intervozes divulga a participação em uma mesa de debate do LACIGF - Fórum de Governança da Internet para a América Latina e o Caribe de 2019 - que tem como interesse discutir as bases da regulação da internet e para que essa ferramenta sirva ao interesse público.

Em outro momento, o Intervozes expõe o debate sobre o Projeto de Lei das Teles. O conteúdo da postagem traz a chamada *Quem tem medo de debater o PL das teles?* e justifica que esse projeto irá definir a conexão no Brasil, pode provocar o favorecimento de poucas operadoras e minimizar o interesse público. Isso é explicado detalhadamente para os cidadãos no conteúdo direcionado para o Blog do Intervozes na Carta Capital. Atitudes que vão ao encontro do conteúdo (iii) por incentivar a difusão de informações e desenvolvimento de novas políticas públicas.

O debate *Grandes plataformas de internet e moderação de conteúdos* também é um exemplo, pois ele visa promover caminhos para a regulação dos conteúdos online. O compartilhamento do 4º ENDC é um outro exemplo de (iii), afinal, enfatiza a participação da sociedade em um evento que visa diretamente o desenvolvimento do direito à comunicação.

A postagem do dia 28 de outubro de 2019³⁶ contempla um assunto relacionado à política pública para a educação brasileira intitulada *PL REA*, referente à adoção dos Recursos Educacionais Abertos:

No dia 16/10, a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o texto substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.513/2011, que promove a adoção dos Recursos Educacionais Abertos (REA) pela administração pública. O PL REA estabelece os procedimentos a serem adotados pelo poder público na contratação, produção, subvenção de recursos educacionais, especialmente os digitais, para que sejam licenciados e disponibilizados com licença aberta de direito autoral. Ou seja, quando financiados ou subsidiados por fundos públicos devem ser, necessariamente, recursos educacionais abertos, e estar disponíveis para toda a sociedade em plataformas públicas.

³⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/intervozes/posts/3044780005548555?__tn__=-R. Acesso em: 20 ago. 2020.

A situação do Projeto de Lei nº 1.513/2011 ainda aguarda parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) desde a última atualização³⁷ em outubro de 2019.

O FNDC possui poucas postagens relacionadas ao tipo de conteúdo (iii). O episódio envolvendo a proibição de uma palestra no Instituto Federal do Paraná (IFPR) pelo procurador da instituição ocasionou o posicionamento do FNDC apresentado na Figura 19: o movimento repudia o ataque à liberdade de expressão e lamenta que uma instituição pública como a IFPR não disponibilize um espaço para a realização do debate democrático.

Figura 19 – Postagem do FNDC categorizada como tipo do conteúdo (iii)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

O FNDC também incentiva os seguidores a acompanhar o lançamento da cartilha *Desinformação: ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news* em suas postagens, e isso é categorizado como um desenvolvimento e apoio às atividades cidadãs (iii).

³⁷ Informações sobre a tramitação do PL nº 1.513/2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505535>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Em outro momento, a postagem do dia quatro de outubro de 2019 demonstra um incentivo à cidadania ao questionar o seguidor ou interessado pelo tema sobre a temática da *comunicação e existência – como você tem feito?*. Tal questionamento faz parte de um convite para o encontro gratuito realizado em Olinda intitulado *II Encontro Estadual de Direito à Comunicação*, que tem como objetivo reunir experiências pernambucanas a fim de democratizar a comunicação através de debates. Por fim, a categoria assunto é apresentada no próximo subtópico.

4.2.2.4 Assunto

A última categoria se divide entre: (i) democratização da comunicação – pautas específicas sobre a democratização da comunicação relacionadas ao tema de censura, liberdade de expressão e protestos que podem ser resultado de campanhas, projetos, notícias, manifestações ou divulgação de eventos em prol da democratização da comunicação; (ii) assunto distinto à democratização da comunicação – pautas relacionadas aos indígenas, animais, política, educação, e movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero. Qualquer outro assunto diferente da temática Comunicação como, por exemplo, a Marcha das Mulheres, a Marcha das Margaridas, o Ministério da Mulher e a Reforma Política.

Tabela 11 – Análise de Conteúdo da categoria *assunto*

	Assunto	Agosto	Setembro	Outubro	Total
Intervozes	(i) democratização da comunicação	34	39	28	101
	(ii) assunto distinto à democratização da comunicação	06	02	08	16
FNDC	(i) democratização da comunicação	11	45	12	68
	(ii) assunto distinto à democratização da comunicação	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria (2020).

A análise quantitativa relacionada à categoria assunto é apresentada na Tabela 11, a qual salienta que os conteúdos possuem uma grande parcela das postagens relacionadas ao assunto da democratização da comunicação (i).

A democratização da comunicação é retratada em 87,83% das postagens do Intervozes e em 100% do FNDC. Como já retratamos alguns desses conteúdos nas categorias anteriores, exemplificamos essa categoria com uma postagem de cada movimento social.

As fake news é um problema totalmente ligado à democratização da comunicação, afinal, promove a desinformação na sociedade contemporânea. Esse tema foi amplamente divulgado e abordado pelo Intervozes através da cartilha *Desinformação*. A partir disso, a postagem representada na Figura 20 expõe a temática e afirma que os problemas de oligopólio decorrentes da comunicação brasileira são fatores que intensificam a disseminação desses conteúdos.

Figura 20 – Postagem do Intervozes categorizada como assunto (i)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

O conteúdo da fanpage do FNDC é considerado inteiramente em prol da democratização da comunicação. A Figura 21 relata o tema da censura e retoma o decreto intitulado Ato Institucional Número Cinco (AI-5) instaurado durante o período ditatorial brasileiro, o qual censurava os meios de comunicação como punição:

Figura 21 – Postagem do FNDC categorizada como assunto (i)



Fonte: Fanpage FNDC (2019).

Para finalizar, a subcategoria (ii) é contemplada pelo Intervozes em 12,17% das postagens com pautas diferentes da democratização da comunicação. Já o FNDC não apresentou nenhuma postagem que pudesse ser categorizada dessa maneira.

O Intervozes publica informações sobre a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. A marcha visa ao reconhecimento das mulheres nos movimentos indígenas. Notamos que a inserção de hashtags #MarchadasMulheresIndígenas e #MarchaDasMargaridas está sempre vinculada a divulgação dessa temática na fanpage. Em relação à Marcha das Margaridas, o Intervozes informa que milhares de mulheres foram para as ruas para reivindicar o direito pela democracia, liberdade, justiça e soberania popular.

Uma postagem do dia vinte e um de agosto de 2019 faz referência a um artigo escrito por um integrante do Intervozes no blog da Carta Capital que discute o episódio de Wilson Witzel. Vídeos e fotos são disponibilizados a fim de criticar e repudiar os gestos emitidos pelo governador após celebrar a morte de um homem que havia sequestrado um ônibus.

A visibilidade é pauta de uma postagem do Intervozes no Dia da Visibilidade Lésbica, comemorado em vinte e nove de agosto. A postagem também direciona o conteúdo para o blog da Carta Capital com um texto de Ana Claudino, pesquisadora de políticas públicas em direitos humanos para a população negra LGBT.

O indígena é pautado na fanpage, desde a crítica à falta de informação sobre o vazamento de óleo no Nordeste, que afetou diretamente essa população, até a jornada de um mês realizada por eles a fim de pressionar o governo a cumprir os acordos de preservação do meio ambiente.

As hashtags utilizadas para a disseminação dessas informações relacionadas ao povo indígena foram: #NenhumaGotaMais, #GuardiansOfTheForest, #ApibOficial, #JornadaIndigenaEuropa, #ResistenciaIndigena, e #ClimateChange. As postagens na fanpage sobre essa temática também se relacionam aos pescadores e marisqueiras pelo fato de a população ser silenciada pela mídia hegemônica. Através de um artigo no blog da Carta Capital, a integrante do Intervozes enfatiza a falta de informações na mídia sobre o episódio do aparecimento dessas manchas de óleo no litoral nordestino.

Por fim, a violação dos direitos humanos cometidos pelo governo do Chile e do Equador é a pauta da Figura 22 sobre a postagem do dia vinte e cinco de outubro de 2019. Verificamos que organizações sociais e manifestantes se reuniram no Chile em prol da democracia e contra os casos de tortura, abusos sexuais e violação de direitos humanos.

Figura 22 – Postagem do Intervozes categorizada como assunto (ii)



Fonte: Fanpage Intervozes (2019).

Diante dessas apresentações, concluímos os procedimentos de codificação e categorização.

4.2.3 Inferência

A última fase da Análise de Conteúdo é a Inferência, na qual interpretamos os resultados obtidos nos dois primeiros procedimentos de maneira reflexiva e crítica. Essa fase compreende o distanciamento “da sua leitura aderente, para saber mais sobre esse texto” (BARDIN, 2011, p. 165). A seguir, demonstramos a síntese dos resultados articulados com a literatura pertinente sobre o tema.

Inicialmente, a questão do acesso à internet é verificada a partir da pesquisa TIC Domicílios (2020), a qual confirma que 75% da área urbana e 52% da área rural no Brasil possuem acesso à internet. A metodologia dessa pesquisa de nível nacional compreende a população-alvo de domicílios particulares e indivíduos com 10 anos ou mais. A amostra

inclui 23.490 domicílios e 20.536 indivíduos através da coleta realizada de outubro de 2019 a março de 2020. Para complementar essa informação e tensionar com o que é estudado nesta dissertação, também verificamos a pesquisa sobre os *usuários de internet, por atividades realizadas na internet – comunicação*, da TIC Domicílios - Indivíduos (2020). O resultado dessa pesquisa afirma que 77% da população da área urbana e 69% da área rural utilizam as redes sociais, a qual seria a maneira de acesso aos conteúdos disseminados pelos movimentos aqui estudados. Ou seja, não são todos os cidadãos que possuem acesso aos conteúdos inseridos no ambiente online.

Desconsideramos quem não possui acesso às redes sociais digitais e consideramos apenas os cidadãos que seguem as fanpages estudadas na análise, e o resultado são aproximadamente 33 mil seguidores do Intervozes e 20 mil do FNDC. Não identificamos oscilações perceptíveis nestes números durante os três meses de análise, o que demonstra que as fanpages não promove nenhuma campanha de expansão do movimento social com foco no alcance de novos seguidores ou interessados pela temática. Com isso, a comunicação online está voltada para os mesmos cidadãos que já estão habituados a acompanhar o movimento.

A comunicação nos movimentos sociais é imprescindível desde que seja flexível e não impacte no dinamismo da participação democrática, conforme é apontado por Henriques *et al.* (2013). Assim, notamos que as postagens de ambos os movimentos acontecem a qualquer hora do dia, sem que existam diretrizes específicas de comunicação.

A **linguagem do conteúdo** utilizada nos movimentos sociais estudados é predominantemente interativa e possibilita um entendimento sobre o que é retratado por compartilhar outros links ou hashtags que possibilitam a expansão do conteúdo e conhecimento em outras páginas. O fato de indexar as palavras-chaves utilizadas no conteúdo através das hashtags também enfatiza a importância da temática, pois se torna uma forma de destaque.

Em contrapartida, a falta de retorno dos seguidores ou leitores não possibilita que saibamos até que ponto esses conteúdos destacados e disseminados foram acompanhados e assimilados. No caso do Intervozes, as postagens com linguagens oficiais costumam apresentar *emojis* que podem ter a intenção de complementar o conteúdo e a utilização de fotos correspondente a materiais do próprio movimento.

A **fonte do conteúdo** demonstra que a maioria das postagens do Intervozes e do FNDC estão acompanhadas de outras páginas oficiais dos movimentos com a intenção de

detalhar e direcionar o seguidor ou interessado pelo tema para outros conteúdos. As leituras sugerem novas perspectivas sobre o conteúdo abordado pelo movimento social. Em vista disso, Touraine (2006) compreende que tais atitudes coletivas dos atores sociais promovidas pelos movimentos incentivam a busca pelos direitos humanos como, por exemplo, a divulgação transmitida pelo Intervozes sobre questões relacionadas à preservação da defesa da democracia e liberdade da imprensa durante um ato na Faculdade de Direito da USP, em São Paulo; e do FNDC, a respeito da reunião com um governador para discussão da violação do direito à liberdade de expressão e censura no Brasil.

O Intervozes traz também uma quantidade percebível de páginas de terceiros inseridos em seus conteúdos, demonstrando a importância aplicada aos conteúdos de outras fontes que vão ao encontro dos objetivos do coletivo. Essa parceria é benéfica para o coletivo, pois movimenta a fanpage e insere conteúdos diversificados. Já o FNDC trata de programações do movimento geralmente com fonte própria, indicando uma particularidade nos conteúdos disseminados.

Em relação ao **tipo de conteúdo**, verificamos que o Intervozes promove diversas atividades que estimulam a prática cidadã, e acarretam uma construção de uma comunicação online pautada na difusão de informações e na elaboração de políticas públicas, motivando a participação através de seus materiais institucionais e atividades. Já o FNDC divulga frequentemente o 4º ENDC, talvez pelo fato de a análise acontecer justamente durante o período de divulgação, e não informa muitas outras possibilidades de debates, atos, seminários e eventos. Essas formas de comunicação online vão ao encontro do que se pretende sobre o propósito de pertencimento social, as quais incentivam os seguidores ou interessados pelo tema de ações em prol do que Gohn (2007) relata sobre a efetivação das ações cidadãs.

Embora não seja tão representativa a categoria tipo de conteúdo (i) atividade proposta pelo movimento em prol da democratização da comunicação, o Intervozes divulga oito programações diferentes e cinco postagens que envolvem produtos midiáticos e institucionais com conteúdos fomentadores de opinião. Esses conteúdos são importantes e motivam a união de cidadãos, pesquisadores e profissionais da área da comunicação de maneira online e offline para discutir censura, modelo democrático para a regulação da internet, segurança digital, entre outros temas.

Como esperado em movimentos em prol da democratização da comunicação, o resultado da categoria **assunto** sugere que a maior parte das postagens corresponde a essa

temática em ambos os movimentos estudados. Scherer-Warren (2006) enfatiza as características dos movimentos sociais contemporâneos, os quais possuem identidades plurais. Fake news e defesa da liberdade de expressão são temáticas bastante abordadas por ambos os movimentos.

No caso do Intervezes, o compartilhamento de assuntos externos à democratização da comunicação contribui para que as articulações estejam cada vez mais alinhadas às necessidades da sociedade contemporânea, a fim de promover a igualdade e respeito à diversidade e cultura. Esses assuntos correspondem às mulheres indígenas que se posicionam contra a reforma da previdência e a favor da reforma política, à visibilidade lésbica, à ausência de mulheres na política, bem como a exposição de indícios de que a grande mídia possui responsabilidade na banalização do ódio no Brasil.

Notamos que as postagens dos dois movimentos não possuem interação, pois existem poucas reações como curtir, comentar e compartilhar. Assim, compreendemos que os conteúdos não alcançam um público específico e visualmente engajado, embora os movimentos disseminem informações importantes, focadas no interesse público, através de uma comunicação horizontalizada, isto é, a partir da construção coletiva de informações disseminadas nas redes sociais digitais e redigidas por atores sociais inseridos nos movimentos sociais. Alguns conteúdos se destacam por retomarem acontecimentos históricos prejudiciais à qualidade da comunicação social e que não são divulgados pela mídia hegemônica, a fim de salientar o repúdio às tais práticas e desdobramentos que podem comprometer a democracia brasileira.

4.3 Reflexões sobre a Análise de Conteúdo

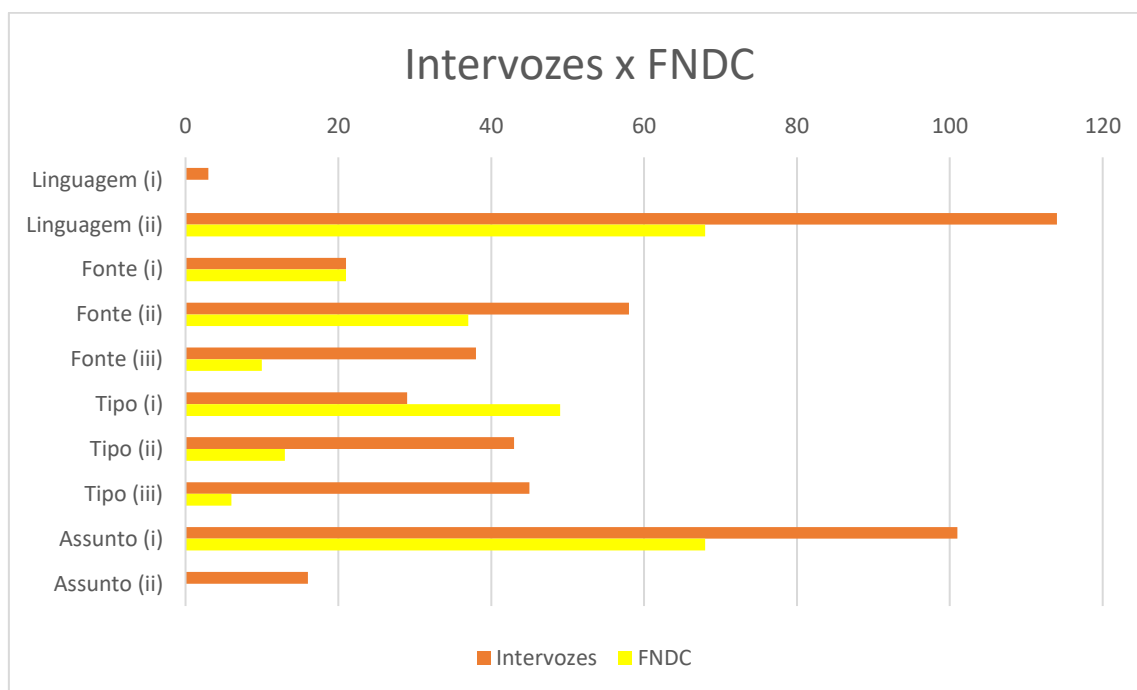
Diante do que é sugerido por Henriques *et al.* (2013), tanto o Intervezes, quanto o FNDC disponibilizam as premissas necessárias para que mantenham seus vínculos com a sociedade. Dentre elas, destacamos a inserção de informações nas comunicações online que incentivam a mobilização, especificamente sobre os conteúdos encontrados nas fanpages. Destacamos o interesse pelo estudo das redes sociais digitais, e salientamos que são ferramentas distintas à grande mídia – *media mainstream* – dissertadas nesse estudo durante o capítulo II, com a finalidade de complementar os estudos sobre a comunicação social no Brasil.

Primeiramente, o fácil acesso ao percurso histórico dos dois movimentos sociais nos sites oficiais aparenta ter foco no fortalecimento da identidade do movimento. As

informações são transparentes e trazem dados sobre mobilizações e publicações, o que torna a experiência online confiável. Em seguida, a análise de conteúdo realizada nas fanpages ajudam a compreender os conteúdos disseminados nas postagens: não existe um padrão de horário, não houve oscilação nos números de curtidas e seguidores das fanpages, os conteúdos possuem majoritariamente a linguagem interativa, a fonte do conteúdo se refere ao compartilhamento de páginas oficiais, o tipo de conteúdo incentiva o exercício da cidadania e também envolvem atividades propostas pelo movimento, e o assunto está relacionado à democratização da comunicação.

O gráfico 5 demonstra que o Intervozes possui uma diversidade maior em relação à publicação de conteúdos se comparado ao FNDC:

Gráfico 5 – Postagens categorizadas em linguagem, fonte, tipo e assunto



Fonte: Elaboração própria (2020).

Uma reflexão já realizada e salientada pelo Gráfico 5 é de que o FNDC não apresenta nenhum tipo de postagem relacionada a categoria de linguagem oficial (i) e de assunto distinto à democratização da comunicação (ii), caracterizando-se como um conteúdo totalmente interativo e relacionado à democratização da comunicação.

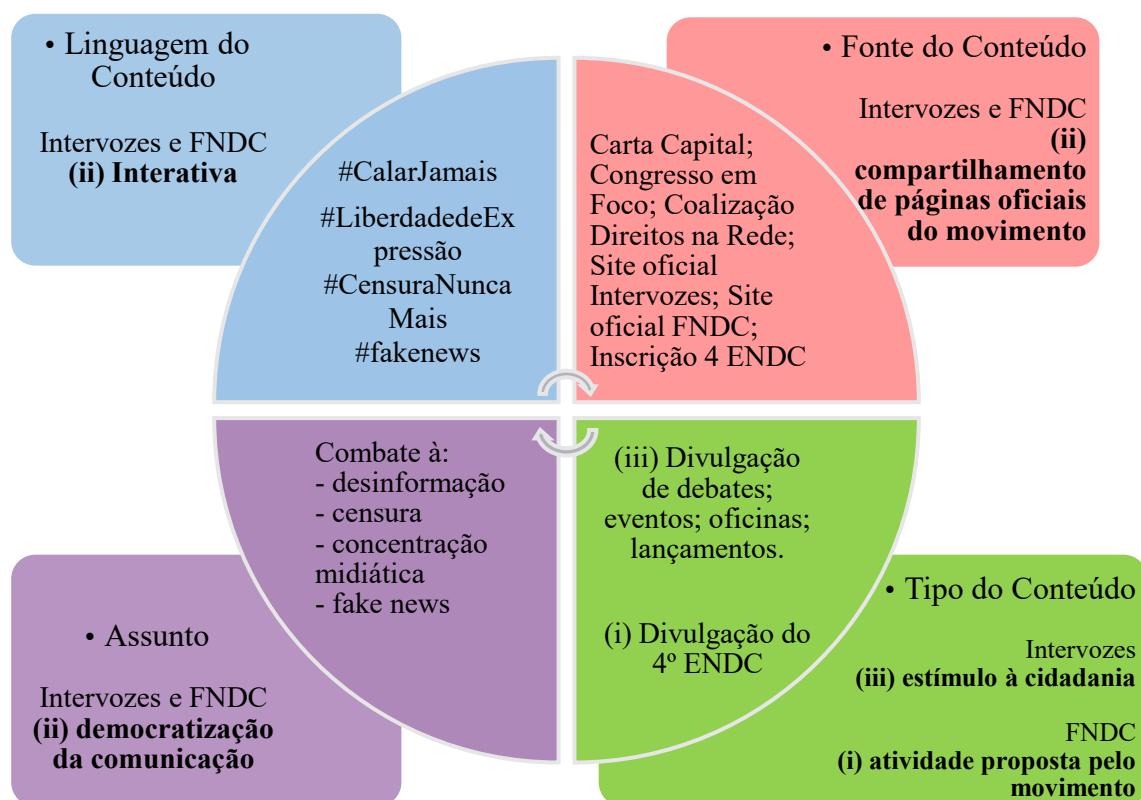
A partir das análises de conteúdo, constatamos que a rede social Facebook é atualizada constantemente em ambos os movimentos sociais. Tornam-se, portanto, um espaço de difusão de informação sobre o tema da democratização da comunicação e um

local que reúne informações importantes sobre a trajetória do movimento. Em relação aos dados da página durante agosto, setembro e outubro de 2019, o Intervozes apresenta um crescimento e o FNDC exibe um decréscimo nos números de curtidas e seguidores.

A constatação a respeito dos conteúdos disponibilizados pelo Intervozes é de que, embora exista um canal específico para doação de valores na plataforma Benfeitoria (2020), tal projeto de manutenção do coletivo não aparece em nenhum conteúdo das postagens. Existem postagens que citam a campanha *Levante Sua Voz*, mas o movimento não disponibiliza o link para acesso rápido e direto às doações.

A Figura 23 demonstra os conteúdos de destaque identificados em cada uma das categorias analisadas. Mencionamos a categoria e a subcategoria mais representativa nos retângulos externos, e citamos os exemplos nos triângulos formados na parte interna da figura. A categoria tipo de conteúdo é a única em que os movimentos Intervozes e FNDC possuem destaques diferentes:

Figura 23 – Destaque dos conteúdos



Fonte: Elaboração própria (2020).

Esses são os principais destaques encontrados nas categorias de análise de conteúdo propostas nesta pesquisa. Verificamos que os conteúdos inseridos nas fanpages são importantes e devem ter a atenção da sociedade por ter um grande apelo à democratização da comunicação. Entretanto, o conteúdo não nos demonstra um retorno visível. Alguns questionamentos surgem durante essa fase: por que os seguidores ou interessados nos temas não interagem nas páginas? O alcance da página é prejudicado pelo número de seguidores por causa das métricas? O conteúdo é extenso ou demasiadamente direto? O que o seguidor aprende e fomenta quando realiza a leitura dos conteúdos inseridos na comunicação online?

Questões como essas não são respondidas nesse estudo, mas dão abertura para o desenvolvimento de pesquisas posteriores que possam ter foco na participação social de cidadãos a partir da comunicação online praticada pelos movimentos sociais contemporâneos.

CAPÍTULO V – Considerações finais

A presente pesquisa se propôs, centralmente, a estudar a democratização da comunicação no Brasil com base na comunicação online promovida pelo Intervozes e FNDC. As etapas da pesquisa, que foram definidas logo no projeto escrito em 2018 e aprovado pela Fapesp, não sofreram grandes alterações.

A revisão bibliográfica foi contemplada com as trajetórias históricas e características dos movimentos sociais. Apresentamos uma cronologia dos acontecimentos e dos órgãos relacionados à comunicação no Brasil, os processos e os movimentos sociais que abrangem a temática. Essas reflexões visam contemplar o objetivo geral da pesquisa sobre o percurso histórico da democratização da comunicação.

O percurso histórico envolve principalmente a trajetória da grande mídia e isto é fundamental para a análise de conteúdo realizado nas fanpages, pois os conteúdos encontrados nas postagens dos movimentos sociais em prol da democratização da comunicação possuem relatos de censura, discursos e notas de repúdios que foram divulgados ou praticados pela grande mídia durante o período analisado. Embora as redes sociais digitais sejam ferramentas que se diferem da grande mídia, o desenvolvimento científico e teórico sobre esse tema foram necessários para compreensão do momento que vivemos e oportunos para uma leitura crítica da análise de conteúdo.

Paralelamente a essa etapa mencionada, após o meu retorno do Estágio no Exterior, optamos por inserir na dissertação os estudos sobre os movimentos sociais portugueses e a regulação da comunicação em Portugal, para exemplificar uma outra realidade, externa ao Brasil. Compreender e vivenciar outro cenário, diferente do Brasil, contribuiu para o meu amadurecimento científico relacionado à temática que envolve a democratização e regulação da comunicação. Aspectos sobre mobilização, participação, assembleias, fóruns, também foram explorados durante esse período no exterior. As duas visitas técnicas realizadas na ERC possibilitaram a aquisição de novos materiais de estudo, além de conhecer o modelo e os trâmites de funcionamento desse órgão regulador português.

Sem considerar aspectos aprofundados sobre a cultura e identidade, o Brasil apresenta um histórico representativo desde 1968 com as passeatas estudantis, em 1984 com o Movimento Diretas Já, em 1992 com o impeachment do ex-Presidente Collor de Mello, e em 2013 com o Vem Pra Rua (GOHN, 2019). Em Portugal, destacam-se a Revolução dos Cravos em 1974 e a Geração a Rasca em 2011, mostrando-se movimentos

sociais notórios na sociedade portuguesa e, em contrapartida, a ausência de movimentos menores e reconhecidos pelos cidadãos por causa de uma herança cultural proveniente de um governo ditatorial e autoritário, tornando-se um dos problemas do ativismo português. Durante esse período, notamos que a participação social no Brasil se difere do que se encontra em Portugal em relação a quantidade de cidadãos inseridos nos movimentos sociais e perante as ações sociais exercidas. A partir dos resultados coletados nas metodologias investigativas, o estereótipo foi apontado por ser um dos problemas enfrentados atualmente pelo ativismo português. Isso se refere ao fato de a sociedade criar um repertório sem a devida compreensão sobre o que são movimentos sociais, criando-se uma ideia equivocada e uma barreira para a disseminação de pautas que, consequentemente, prejudicam as ações sociais.

Para alcançarmos a segunda parte do objetivo geral dessa dissertação, que contempla estimar o potencial da comunicação online do Intervozes e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, apresentamos a segunda etapa da pesquisa correspondente à análise de conteúdo com base nos conteúdos disseminados nas fanpages da rede social digital Facebook. Descrevemos o percurso de codificação e categorização, e inferência dos objetos de pesquisa. Apresentamos as considerações quanti-qualitativas oriundas das quatro categorias e demonstramos a existência majoritária dos conteúdos relacionados ao tema específico da democratização da comunicação nessas fanpages.

Destacamos a subcategoria (iii) estímulo ao exercício da cidadania, proveniente da categoria tipo de conteúdo, por corresponder a um dos objetivos específicos deste estudo. Concluímos que 38,46% das postagens do Intervozes e 8,82% do FNDC indicam uma pauta em prol de atividades consideradas cidadãs. Isto é, trazem conteúdos relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas e informações de interesse público, muitas vezes, silenciadas pela mídia hegemônica. Assim, o elemento cidadania também se insere nas postagens, principalmente do Intervozes, como forma de incentivo às práticas cidadãs através da promoção de campanhas, projetos, notícias, manifestações e/ou divulgações de eventos. Assim, as novas possibilidades do exercício da cidadania inseridas nos movimentos sociais estão aqui citadas.

É notório o tema da democratização da comunicação e o crescente aumento da desinformação provocada pelas fake news em postagens de ambos os movimentos brasileiros. A luta pela democratização da comunicação enfrenta a seguinte dificuldade: a falta de interesse sobre a temática constada em cidadãos prejudica o desenvolvimento democrático da sociedade. Isto é, o distanciamento da sociedade sobre temáticas

relacionadas ao desenvolvimento de políticas públicas de comunicação podem ser um dos problemas enfrentados pelos movimentos.

A relação entre os movimentos sociais e o uso dos meios de comunicação são majoritariamente positivas por utilizarem frequentemente o Facebook como um meio de comunicação entre os integrantes e os adeptos às lutas dos movimentos sociais. Percebemos também que a comunicação online pode auxiliar na atuação dos movimentos sociais, entretanto não é possível mensurar o alcance dessas ações ativistas disseminadas na internet.

É possível identificar que os meios de comunicação hegemônicos privilegiam os discursos majoritários e/ou ligados ao poder vigente e, por conta disso, os movimentos sociais em prol da democratização da comunicação são tão importantes para o tema no Brasil. Trata-se, portanto, de enfrentar as dificuldades e promover uma disseminação cada vez maior sobre os conteúdos relativos a essa temática, a fim de exercer o contrapoder diante das mídias hegemônicas por meio de conteúdos inseridos nas redes sociais digitais dos movimentos sociais e aumentar a disseminação de informações importantes para a sociedade brasileira.

Salientamos também a relevância do combate do coronelismo eletrônico no Brasil, uma das principais pautas dos movimentos em prol da democratização da comunicação (INTERVOZES, 2015). As demandas promovidas pelos movimentos e conduzidas até instâncias superiores responsáveis pelo setor comunicacional brasileiro aprimoram a qualidade e o exercício da democracia. Exemplificamos os conteúdos relacionados à divulgação de Projetos de Leis inseridos nos movimentos estudados, como o Projeto de Lei das Teles e Projeto de Lei REA – divulgados pelo Intervozes, e Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática – divulgado pelo FNDC.

Estas questões são decorrentes das três décadas posteriores à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual insere o país na democracia e nas questões de direitos. Gohn (2019, p. 259) salienta a necessidade de não deixar a produção de informação e formação de opinião pública apenas para as mídias tradicionais e disseminadores de fake news: “as identidades culturais e as múltiplas diferenças sociais [...] vieram para ficar e tem que ser a base para avanços e saídas, e não para exclusão e retrocessos”.

Um outro ponto a ser destacado é sobre a utilização da comunicação online estimular as maneiras de participação social e política devido as transformações provocadas na “forma como as pessoas do século XXI se comunicam, se organizam e

interagem social, cultural, política e economicamente” (GOHN, 2019, p. 52). Contudo, as fanpages analisadas criam conteúdos interessantes que não excedem os seguidores ou cidadãos interessados pelo movimento social, ocasionando uma comunicação online centrada em grupos sociais que já são considerados parceiros, e não se expande em busca de novas conexões. Essa característica deveria ser revista, afinal, o conteúdo disseminado possui sua importância para a sociedade contemporânea.

A ferramenta *reviews* pode ser adicionada junto com a pontuação da fanpage no Facebook. Um meio pelo qual seguidores ou interessados pela temática expõem comentários e opiniões sobre o movimento social. Verificamos que a ferramenta presente na fanpage Intervenções possui avaliações positivas, entretanto, o FNDC nem ao menos disponibiliza a ferramenta. Assim, acreditamos que isso demonstra uma falta de interesse por parte do FNDC em saber a opinião dos seguidores sobre o trabalho desenvolvido nos ambientes online e offline.

Por fim, verificamos que a falta de interação nas fanpages dos movimentos sociais se torna um desafio para a comunicação online e para o acontecimento comunicacional elencado por Marcondes Filho (2019). Não se sabe o alcance dos conteúdos e das informações disseminadas, por isso outros estudos podem ser realizados a partir dessa premissa para que a comunicação online dos movimentos sociais possa ser cada vez mais assertiva e benéfica para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABERT. Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – História. **Site oficial ABERT**. 2020. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomosnew/menu1/histoabert>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVES, Alda Judith. A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio, 1992.
- ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. 13 abr. 2017. **Site oficial ANATEL**. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/institucional/institucional-menu>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- ANCINE. Agência Nacional do Cinema. 2019. **Site oficial ANCINE**. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/pt-br/ancine/apresentacao>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- ANJ. Associação Nacional de Jornais – Quem somos. 2020. **Site oficial ANJ**. Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/institucional/instquemsomos.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Chalini Torquato Gonçalves de. **Democratização da comunicação: discussão teórico-conceitual e análise comparada de ambientes regulatórios para o setor de televisão nos países do Mercosul**. 2014. Tese. (Doutorado em Comunicação). Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Universidade Federal da Bahia.
- BENFEITORIA. Levante a sua voz com o Intervozes. **Levante sua voz**. 2020. Disponível em: <https://benfeitoria.com/levantesuavoz>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BIANCHI, Felipe; MARTINS, Helena. **Campanha Calar Jamais!**. 2017. Disponível em: <http://fndc.org.br/publicacoes/calar-jamais/calar-jamais-um-ano-de-denuncias-contra-violacoes-a-liberdade-de-expressao-203/>. Acesso em: 26 set. 2019.
- BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. Movimentos sociais e mídia de espalhamento: democratização da comunicação em contexto de convergência. **Revista Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 51-60, jan./jun., 2014.
- BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOBBIO, Norberto. Marxismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 26 ago. 2020.

CARLSSON, Ulla. Prefácio. In: GRIZZLE, Alton *et al.* **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. Brasília: UNESCO, 2016.

CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, António Monteiro; FIGUEIREDO, João Pedro. **Direito da Comunicação Social**. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. Internet e Sociedade em rede. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CLIPPING. **Categorias de clipping no Site do FNDC**. 2020. Disponível em: <http://fndc.org.br/clipping/categorias/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

COALICIÓN POR UNA COMUNICACIÓN DEMOCRÁTICA. **Página no Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/coalicionporunacomunicaciondemocratica/>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COALICIÓN POR UNA COMUNICACIÓN DEMOCRÁTICA. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.coalicion.org.ar/quienes-somos/>. Acesso em: 06 jun. 2018.

COALIZAÇÃO DIREITOS NA REDE. **Quem somos da Coalização Direitos na Rede**. 2020. Disponível em: <https://direitosnarede.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COMUNICAÇÕES, Ministério das. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Ministério das Comunicações: Brasília, 2010.

CONFECOM. **Caderno de propostas aprovadas - 1ª Conferência Nacional de Comunicação**. Ministério das Comunicações: Brasília, 2009.

CONSELHO. Conselho de Comunicação critica fim de conselho curador da EBC. **Agência Senado**, out., 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/10/10/conselho-de-comunicacao-critica-fim-de-conselho-curador-da-ebc>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo Focal. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

COSTA E SILVA, Elsa; FIDALGO, Joaquim; SOUSA, Helena. Regular para a liberdade: o caso português. **Derecho a Comunicar**, n. 1, abr., 2011, p. 80-97.

CRUZ, Rafael de la. Os novos movimentos sociais: encontros e desencontros com a democracia. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

CUNHA, Isabel Ferin. A globalização da investigação em Ciências Sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono. **MATRIZES**, ano 7, nº 1, jan./jun., p. 149-165, 2013.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2019.

DEMARCHI, Carlos Henrique; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A democratização da mídia no Brasil pós-Confecom (2010-2017): Proposta de um estudo de caso. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 12, n. 1, p. 82-92, 2018.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

EBC. Empresa Brasil de Comunicação: Missão, visão, valores e cultura. **Site oficial da EBC**. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/o-que-e-a-ebc/2012/09/missao-visao-valores>. Acesso em: 06 ago. 2019.

EBC. Regulação da Mídia. **Site oficial da EBC**. [201-]. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/regulacaodamidia>. Acesso em: 26 ago. 2019.

EMBRATEL. Embratel – 50 anos. **Site oficial da Embratel**. 2019. Disponível em: <http://portal.embratel.com.br/embratel/50anos/>. Acesso em: 29 ago. 2019.

ERC. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. **Estatutos da ERC**. Lisboa: ERC, 2005.

FNDC. Arquivos. **Estatuto Social do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**, 15 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/system/uploads/documentos/922290/arquivo/estatuto-social-fndc-2018.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

FNDC. Guia de Mobilização da Lei da Mídia Democrática. **Site FNDC**, 2013. Disponível em: <http://fndc.org.br/publicacoes/manuais/guia-de-mobilizacao-da-lei-da-midia-democratica-194/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FNDC. Site para assinar Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática. **Site FNDC**, 05 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/assina.php>. Acesso em: 07 de jul. 2020.

FNDC. E-fórum/notícias: EBC unifica canais público e estatal e viola Constituição. **Site oficial Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**, 10 de abril de 2019. Disponível em: <http://fndc.org.br/noticias/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao-924894/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FNDC. Página inicial. **Fanpage no Facebook do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/fndc.br/>. Acesso em 11 set. 2019.

FNDC. Página inicial. **Site oficial do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. 2019. Disponível em: <http://fndc.org.br/>. Acesso em: 26 set. 2019

FNDC. Página inicial. **Twitter do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. 2019. Disponível em: https://twitter.com/fndc_br. Acesso em: 12 set. 2019.

FNDC. Quem Somos. **Site oficial Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação**. Disponível em: <http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Prefácio. 2010. In: FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FREENET. Documentário Intervozes. São Paulo: Intervozes, 2013. Disponível em: <https://intervozes.org.br/projetos/freenet/>. Acesso em: 12 set. 2019.

FRIENDS. Friends of Canadian Broadcasting. **About us**. 2019. Disponível em: https://www.friends.ca/About_Us. Acesso em: 11 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n.17, maio/ago., 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, v. 15, n. 33, p. 301-311, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GRIZZLE, Alton *et al.* **Alfabetização midiática e informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. Brasília: UNESCO, 2016.

HEBERLE, Rudolf. **Social movements: an introduction to political sociology**. Nova York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; SILVA, Daniela Brandão do Couto e; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: Funções e características. In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HERCOG, Alex *et al.* **Direito à comunicação no Brasil 2018**. São Paulo: Intervozes, 2019.

INTERVOZES. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil - Como combater as ilegalidades no rádio e na tv**. São Paulo: Fundação Ford, 2015.

INTERVOZES. Quem somos. **Carta de Princípios do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/quem-somos/carta-de-principios/>. Acesso em: 10 set. 2019.

INTERVOZES. Quem somos. **Estatuto Social**: revisto na XV Assembleia Ordinária. 2017. Disponível em: <https://intervozes.org.br/quem-somos/estatuto-social/>. Acesso em: 10 set. 2019.

INTERVOZES. Página inicial. **Fanpage no Facebook do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/intervozes/>. Acesso em: 11 set. 2019.

INTERVOZES. Página inicial. **Flickr do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://www.flickr.com/people/intervozes/>. Acesso em: 11 set. 2019.

INTERVOZES. Página inicial. **Site oficial do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://intervozes.org.br/>. Acesso em: 11 set. 2019.

INTERVOZES. Página inicial. **Twitter do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/intervozes>. Acesso em: 11 set. 2019.

INTERVOZES. Página inicial. **Youtube do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCqIUx1pQhTiaaJ4R6Hi5ORw>. Acesso em: 11 set. 2019.

JULIO quer saber. Produção de Molotov Filmes. Realização: Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2017. 26'35''. Colorido, sem legenda, português.

KORNHAUSER, William. **The politics of mass Society**. Glencoe: Free Press, 1959.

KUCINSKI, Bernardo. Prefácio: O poder da imprensa e os abusos do poder. In: LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Venício Artur de. **Conselhos de comunicação social: a interdição de um instrumento de democracia participativa**. Brasília: FNDC, 2013.

MACHADO, José Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 8, jul./dez., p. 248-285, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. A questão da comunicação. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 3, n. 5, jan./jul., p. 17-26, 2019.

MARINONI, Bruno. **Desinformação: Ameaça ao direito à comunicação muito além das fake news**. São Paulo: Intervozes, Fundação Ford, 2019.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **A revolução digital e os desafios da comunicação**. Cruz das Almas: UFRB, 2013.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, may, 1977.

MCTIC. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Institucional**. 2019. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MELLO, Maria Goés de. **Movimentos sociais em luta pela democratização da comunicação**: da CONFECOM ao projeto de lei da Mídia Democrática (2009-2013). 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MENDES, José Manuel de Oliveira; SEIXAS, Ana Maria. Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 72, p. 99-127, 2005.

MÍDIA DADOS. **Mídia dados Brasil 2018**. Grupo de Mídia São Paulo: São Paulo, 2018.

MOM-Brasil. Página inicial. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2019. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em: 11 set. 2019.

MOURÃO, Mônica. Mídia, política e religião: mistura que ameaça a democracia. **Intervozes – Observatório do direito à comunicação**, 01 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=29759>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MOVIMENTO 15-M. **Página no Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/Mov15M/>. Acesso em: 13 jun. 2018.

NAPOLITANO, Carlo José. A regulação constitucional da Comunicação Social e a efetivação de suas normas. **ALCEU**, v. 12, n. 24, 2012.

NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; GONZALES, Lucilene dos Santos. Censura à liberdade de expressão e propaganda política: estratégias para legitimação do regime militar. In: NAPOLITANO, Carlo Jose; *et al.* (Orgs.). **O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014.

NAPOLITANO, Carlo José; STROPPIA, Tatiana. Políticas públicas de comunicação na Constituição de 88: avanços, retrocessos e desafios futuros. In: TOLEDO, Claudia Mansani Queda de; PEGORARO, Luis Nunes (Orgs.). **A evolução do sistema constitucional de garantias de direitos nos 30 anos de Constituição Federal de 1988**. Bauru: Spessotto, 2018.

NOGUEIRA, Juliana Pires Ferreira; CASTRO, Carlos Potiara. Internet, Democracia e Comunicação de Governo – análise de conteúdo da página do Facebook do Portal Brasil da Presidência da República. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 15, n. 37, p. 134-151, jan./mar., 2014.

OPEN MEDIA. **How we operate**. Disponível em: <https://openmedia.org/en/how-we-work>. Acesso em: 12 jun. 2018.

OPEN MEDIA. **Página no Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/openmediaorg/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as Comunicações no Brasil**: Construção e Reconstrução da Administração Pública. Brasília: Abras/Lecotec, 2011.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007.

REDE TVT. Vídeo Coletivo Intervozes lança cartilha para combater Fake News. **Canal Rede TVT no Youtube**, 21 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CS94IYpIL1s&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1BwcLRXiErnJ69RvP3WD6nvHvOcML5c2jM61SQOjIkDFrnp5Ut9qCORaM>. Acesso em: 21 ago. 2020.

REVIEWS INTERVOZES. Reviews inseridos na fanpage do Intervozes. **Fanpage no Facebook do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/intervozes/reviews/?ref=page_internal. Acesso em: 27 ago. 2020.

RODRIGUES, José Varela. ERC disponível para ir ao Parlamento prestar “esclarecimentos” sobre site de propaganda e desinformação. **O Jornal Económico**, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/erc-disponivel-para-ir-ao-parlamento-prestar-esclarecimentos-sobre-site-de-propaganda-e-desinformacao-541908>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ROLIM, Renata Ribeiro. **Direito à comunicação**: possibilidades, contradições e limites para a lógica dos movimentos sociais. Recife: 8 de Março, 2011.

ROTHBERG, Danilo; NAPOLITANO, Carlo José; STROPPA, Tatiana. Direito, sociedade e comunicação: um exame do anteprojeto de lei da mídia democrática no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 87-102, 2016.

SAID, Flávia. Senado impõe derrota ao governo e decide não adiar vigência da LGPD. **Congresso em foco**, 26 de agosto de 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/ao-vivo-senado-vota-mp-que-adia-vigencia-da-lei-geral-de-protecao-de-dados/?fbclid=IwAR1jOoqzWt2ldMENtgRn-kSl2R8Qe6gJVn7gkO189WQZ5jq6SUcTUnp0hnA>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SANTO, Manuela Espírito. Entidades reguladoras: três décadas de reticências. **Comunicação e Sociedade**, vol. 11, p. 57-63, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 38, jan/abr, p. 44-62, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e engajamento político**: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: EDUFSC, 2015.

SCHNEIDER, Steven M.; FOOT, Kirsten. Web sphere analysis: an approach to studying online action. In: HINE, Christine (ed.). **Virtual Methods**. Oxford: Berg, 2005. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/kfoot/Publications/schneider-foot-websphereanalysis-20040303dist.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SIMÕES, José Alberto; CAMPOS, Ricardo. Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 13, n. 38, p. 130-150, 2016.

SMELSER, Neil J. **Teoría del comportamiento colectivo**. México: Fondo de cultura económica, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Márcio Vieira de. **As vozes do silêncio de uma rede de redes**: O Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil (1984-1994). 1995. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

SOUSA, Helena; LAMEIRAS, Mariana. Portugal. In: SOUSA, H., TRÜTZSCHLER, W., FIDALGO, J.; LAMEIRAS, M. (orgs.). **Media Regulators in Europe**: A Cross-Country Comparative Analysis. Braga: CECS, University of Minho, 2013, p. 137-146.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. Democratização da comunicação e sistema público de mídia: um olhar a partir dos movimentos sociais. **Revista Eptic**, Universidade Federal do Sergipe, v. 19, n° 3, set./dez., 2017a.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **A luta pela comunicação democrática**: os atores, concepções e práticas movimento pela democratização da comunicação no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017b.

STROPPIA, Tatiana. **As dimensões constitucionais do direito de informação e o exercício da liberdade de informação jornalística**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

SUL21. **Quem somos Sul21**. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

TIC Domicílios. Pesquisas e Indicadores - 2018. **Domicílios com acesso à internet**. 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

TIC Domicílios. Pesquisas e Indicadores - 2019. **Domicílios com acesso à internet**. 2020. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

TIC Domicílios – Indivíduos. Pesquisas e Indicadores - 2019. **Usuários de internet, por atividades realizadas na internet – comunicação**. 2020. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C5/>. Acesso em: 14 out. 2020.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr., 2006.

VALENTE, Jonas; PITA, Marina. **Monopólios digitais**: concentração e diversidade na Internet. São Paulo: Interviços, Fundação Ford, 2018.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos cravos. **Outros Tempos**, vol. 11, n. 17, 2014, p. 212-229.

VIANNA, Rodolfo. **Vozes Silenciadas – reforma da Previdência e Mídia**: O posicionamento de especialistas sobre a proposta de reforma da Previdência do governo Bolsonaro. São Paulo: Interviços, Fundação Ford, 2019.

VIEGAS, Manuel Leite; BELCHIOR, Ana Maria; SEICEIRA, Filipa. Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. *Análise Comparada Europeia. Perspectivas – Journal of Political Science*. vol. 5, p. 17-42, 2011.

WEISS, Marcos Cesar. Sociedade sensoriada: a sociedade da transformação digital. **Estudos avançados**, v. 33, n. 35, 2019.

YO SOY 123. **Página no Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/yosoy132/>. Acesso em: 13 jun. 2018.

APÊNDICE A – Roteiros de perguntas (Portugal)

Roteiro de questões utilizado para a realização do grupo focal:

1. A data de “25 de abril de 1974” é marcada por um marco histórico para os direitos sociais em Portugal. Assim, como a sociedade compreende o processo de Regulação de modo geral?
2. A Regulação da Comunicação teve seu início em 1976 quando foi proposta na Constituição da República Portuguesa. Tem conhecimento de instituições que regulam a comunicação em Portugal? Se sim, quais?
3. Em relação ao objetivo principal da ERC, enquanto ativista de um movimento social, o que você sabe sobre a atuação da Regulação da Comunicação Social? Acredita que seja importante para os cidadãos e para os movimentos sociais?
4. Com o surgimento a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) em 2005, como você acredita que a Regulação da Comunicação é vista pela sociedade portuguesa?
5. Como ativista de um movimento social, quais são as ferramentas que possuem para participar e se fazer presente a partir dos meios de comunicação (*medias*) em Portugal?
6. Qual seria a relação dos ativistas inseridos no movimento social que faz parte com o acesso aos meios de comunicação (*medias*)?
7. Você concorda ou discorda da Regulação da Comunicação Social em Portugal? Acredita que exista algum ponto positivo ou negativo que pode ser ressaltado para com os movimentos sociais?
8. Gostaria que comentasse sobre as perspectivas futuras da comunicação online, especialmente da internet, no movimento social que faz parte aqui em Lisboa.
9. Quais seriam os problemas enfrentados pelo ativismo em Portugal?
10. Gostaria de acrescentar outras informações sobre alguma questão anterior?

Roteiro de questões utilizado para o grupo focal

1. A data de “25 de abril de 1974” foi um marco histórico para os direitos sociais em Portugal por se tratar de um período de luta democrática e conquista de direitos cidadãos - como o direito ao voto e a liberdade de circulação. Tendo em vista esse desenvolvimento e partindo da ideia de que a regulação seria um comportamento organizado a partir de regras de modo a alcançar um resultado específico, pergunto: Como que vocês compreendem o processo de Regulação de modo geral?

2. A Regulação da Comunicação surgiu em 1976 através da Constituição da República Portuguesa com o objetivo de assegurar a independência do setor público da Comunicação Social perante o poder político, garantindo a expressão das diversas correntes de opinião. Com isso, pergunto: vocês conhecem alguma instituição que regulam a comunicação em Portugal? Se sim, quais?
3. A ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social surgiu em 2006 como um órgão ativo na sociedade portuguesa que é composta por outras entidades reguladoras. Como exemplo, temos a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) que visa a regulação das comunicações eletrônicas e postais. A Autoridade da Concorrência (AdC) promove o acompanhamento das regras da concorrência, e assegura o interesse dos cidadãos diante da prestação de informações transparente sobre as práticas exercidas. Essas são duas das diversas entidades reguladoras que compõem a ERC. Com isso, pergunto: como vocês acreditam que a Regulação da Comunicação é vista pela sociedade portuguesa?
4. A ERC possui como objetivo “a regulação e a supervisão de todas as entidades que exerçam atividades de comunicação social em Portugal”. Assim, a ERC monitora os conteúdos midiáticos e faz a gestão de reclamações realizados por cidadãos. Sendo assim, pergunto: vocês acreditam que a Regulação da Comunicação é importante para os cidadãos e para os movimentos sociais?
5. Vocês concordam ou discordam da Regulação da Comunicação Social em Portugal? Acredita que exista algum ponto positivo ou negativo que pode ser ressaltado?
6. Quais são os movimentos sociais que conhecem, atuam ou possuem interesse aqui em Portugal e qual seria a temática abordada por eles?
7. Tendo em vista a atuação dos movimentos sociais, pergunto: quais são as ações e ferramentas de comunicação utilizadas pelos movimentos sociais em Portugal? Eles estão inseridos nos *medias* (meios de comunicação) online?
8. Vocês acreditam que a utilização da comunicação online – como Facebook, Twitter, Youtube, Instagram, sites - pode aumentar a visibilidade e o alcance das ações propostas pelos movimentos sociais?
9. O ativismo é uma prática que visa defender uma causa específica. Tendo em vista essa definição, pergunto: quais são os problemas enfrentados pelo ativismo em Portugal?
10. Gostariam de acrescentar outras informações sobre alguma questão anterior?

APÊNDICE B – Links de postagens

Links das postagens utilizadas	
Figura	Link
5	https://www.facebook.com/intervozes/photos/a.830410123652232/3018550108171545/?type=3&__tn__=-R
6	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2858205640872660?__tn__=-R
7	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3082884341753975?__tn__=-R
8	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2934965123196711?__tn__=-R
9	https://www.facebook.com/fndc.br/photos/a.645558688819898/3075985745777168/?type=3&theater
10	https://www.facebook.com/intervozes/photos/a.499434030083178/2910742782285612/?type=3&theater
11	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3208128035896271?__tn__=-R
12	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2900992763260614?__tn__=-R
13	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3161681880540887?__tn__=-R
14	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2983708118322411?__tn__=-R
15	https://www.facebook.com/fndc.br/photos/a.645558688819898/3116689355040140/?type=3&theater
16	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2860159157343975?__tn__=-R
17	https://www.facebook.com/fndc.br/photos/a.2867626169946461/3109203722455370/?type=3&theater
18	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2881414671885090?__tn__=-R
19	https://www.facebook.com/fndc.br/photos/a.2867626169946461/3006693236039753/?type=3&theater
20	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2901029349923622?__tn__=-R
21	https://www.facebook.com/fndc.br/photos/a.645558688819898/3245450012164073/?type=3&theater
22	https://www.facebook.com/intervozes/posts/3038365009523388?__tn__=-R

Links dos conteúdos inseridos nas Tabela 6 e 7	
Data	Link
18/08/2019	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3030717266970683?__tn__=-R
23/08/2019	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2901011159925441?__tn__=-R
15/09/2019	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3109008859141523?__tn__=-R
17/09/2019	https://www.facebook.com/intervozes/posts/2950376951655528?__tn__=-R
17/10/2019	https://www.facebook.com/fndc.br/posts/3202620483113693?__tn__=-R
25/10/2019	https://www.facebook.com/intervozes/posts/3037490619610827?__tn__=-R

ANEXO A – Capítulo V da Comunicação Social (Art. 220 a 224) (Brasil)

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º - Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º - A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

· Lei nº 9.294, de 15.7.1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.

· Decreto nº 2.018, de 1º.10.1996, que Regulamenta a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996.

· Decreto nº 3.157, de 27.8.1999, que dá nova redação ao art. 5º do Decreto nº 2.018, de 1º de outubro de 1996.

§ 5º - Os meios de comunicação social

§ 6º - A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

§ 1º - Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º - A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º - Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantira a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º - Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º - As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (NR)

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º - O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º - A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º - O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º - O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º - O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Lei nº 8389, de 30.12. 1991, que Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências.

ANEXO B – Capítulo I do Poder Legislativo (Art. 54) (Brasil)

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.